



# 13<sup>o</sup>

ENCONTRO DE  
INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA



# **13º Encontro de Iniciação Científica**

**IESP/FATECPB 2013 - Livro de Resumos**

<http://www.iesp.edu.br> • [coordireito@iesp.edu.br](mailto:coordireito@iesp.edu.br)

Cabedelo - PB

Vol. 1 – dezembro de 2013.



## **IESP/FATECPB 2013 - Livro de Resumos**

### **CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Msc. José Carlos Ferreira da Luz (IESP) • Prof<sup>a</sup> Josemary Marcionila Freire dos Santos (IESP) • Prof. Msc. José Maurício Alves Fernandes Filho (IESP/FATECPB) • Prof<sup>a</sup>. Simone Travassos de Moraes Andrade (IESP) • Prof. Msc. Donato Henrique da Silva (IESP) • Prof<sup>a</sup>. Msc. Mayra Andrade Marinho (IESP) • Prof. Msc. Ricardo Berilo Bezerra Borba (IESP/FESP) • Prof. Dr. Antônio Marcus Alves de Souza (IESP) • Prof<sup>a</sup> Joana D'arc de Sousa Cavalcanti (IESP).

### **EDITOR**

Prof. José Carlos Ferreira da Luz

### **ENDEREÇO DA REDAÇÃO**

IESP - Instituto de Educação Superior da Paraíba  
Campus Universitário  
Estrada de Cabedelo - BR 230 - Km 14  
Cabedelo - PB - CEP 58.310-000  
Fone: (xx83) 2106.3509

### **IESP**

**Instituto de Educação Superior da Paraíba**

### **DIRETORA GERAL**

Prof<sup>a</sup>. Msc. Christianne Melo de Leopoldino

### **DIRETOR ADMINISTRATIVO**

Prof. Richard Euler

### **Coordenação do Evento**

Prof<sup>a</sup> Josemary Marcionila Freire dos Santos

## APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o Livro de Resumos do 13º Encontro de Iniciação Científica do IESP e da FATECPB.

A realização do evento de iniciação científica, objetiva divulgar os Trabalhos de de pesquisa dos alunos das IES, dessa forma o IESP e FATECPB aperfeiçoam as discussões advindas não apenas do plano teórico, mas também do plano empírico, onde se dá a realização do conhecimento.

A previsão da produção acadêmica para professores e alunos é objetivo expresso do projeto político pedagógico dos cursos das IES. Essa iniciativa reconhece a importância da pesquisa, que é indissociavelmente ligada ao ensino e extensão.

A opção, pelo meio eletrônico de publicação, visa a permitir o franco acesso da comunidade acadêmica ao seu conteúdo, além de conferir o dinamismo necessário à rápida divulgação de informações e notícias atuais.

Seja bem-vindo e boa leitura!

Cordialmente,

Coordenação do Evento

## O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

\*Clara Moura Douettes  
\*Maisa Mara Brandão Magalhães  
\*Nathália Rayane Ferreira da Silva  
\*Tibério Coelho Marques  
\*\*Ricardo Berilo Bezerra Borba

O presente trabalho tem como objeto de estudo analisar os Princípios da Recepção e da Adaptação e sua relação com o Código Tributário Nacional (CTN) e sua força normativa em nosso ordenamento jurídico. Isso porque o CTN foi recebido pela Constituição de 1988 com o *status de lei complementar*, embora seja formalmente uma lei ordinária (Lei n.º 5.172/1966). O dado é relevante. Antes de 1988, o CTN não tinha força de lei complementar. Por este motivo, considera-se a Lei n.º 5.172/66 (CTN) foi recebida pela Constituição de 1967 como "lei formalmente ordinária e materialmente de caráter nacional." O patamar de lei materialmente complementar deriva da circunstância de que hoje o CTN está a salvo das investidas da lei ordinária, pois para ser alterado naquilo que diga respeito a qualquer das matérias constantes no art. 146, III da Constituição o texto constitucional exige lei complementar. O fato é que a Constituição de 1969 e anteriores previam o estabelecimento de normas gerais sobre matéria tributária como assunto regido por Lei Ordinária e, com o advento da Constituição Cidadã (CF/88), a qual ampliou os direitos e garantias fundamentais, essa matéria ficou ao crivo da Lei Complementar haja vista que a mesma passa por um processo legislativo mais dificultoso exigindo um quórum mais rigoroso para aprovação. Foi aí onde nasceu toda a discussão em matéria tributária na doutrina sobre o CTN. Na verdade o diploma foi recepcionado pela nossa constituição federal, pois era compatível com a mesma nos aspectos materiais, mas faltava o procedimento formal do mesmo que era de Lei Ordinária foi aí onde haja visto que já tinha sido recepcionado pela CF/88, ele foi adaptado com força de Lei Complementar. A discussão na doutrina é sobre a hierarquia da Lei Complementar sobre a Ordinária, visto que o CTN é formalmente uma Lei Ordinária e Materialmente uma Lei Complementar. Sem dúvida, essa é uma das questões mais controvertidas em Direito Constitucional Tributário. Há os que dizem claramente inexistir hierarquia entre lei ordinária e lei complementar, também os que admitem existir a primazia da lei complementar quando esta for o fundamento de validade da lei ordinária, e os que afirmam abertamente que a lei intermediária entre a lei complementar é um ato normativo ao texto constitucional e a lei ordinária — o que lhe daria uma posição hierarquicamente inferior à Constituição e superior à lei ordinária. Dessa forma, abordar-se-á o tema em epígrafe, com o viés de pesquisa científica, e finalidade de aprofundamento acerca das questões polêmicas suso-referidas.

**Palavras-Chave:** Lei Complementar; Lei Ordinária; Código Tributário Nacional.

\*Alunos do Curso de Direito do IESP

\*\* Professor Orientador

Apresentação oral

## ALIMENTOS GRAVÍDICOS

\* Bertonio Jansen  
\*Ewelín Jenina de Lima dos Santos  
\*Paulo Leandro de Oliveira  
\*Rebeca Silva Pordeus Mariz  
Francisca Luciana de Andrade Borges\*\*

Quando falamos de Direito, falamos de um conjunto de Leis, algo que está de acordo com a Lei, um conjunto de normas a serem seguidos pela sociedade, que vivem também de evoluções, de transformações e que essas Leis acabam se adaptando a alguns costumes criados pela mesma. Essas evoluções mexem com a moral do povo, quer na linha de regressão mas também em progressão que se adaptam a esses novos anseios. Por tais razões, a irretroatividade das leis e a proteção do direito adquirido é uma garantia de que o passado é inviolável, que o Direito vale no presente, gerando uma combinação no futuro. Dentre essa transformação gradual que a sociedade vive, temos como ponto deste nosso trabalho a Lei nº 11.804, de 5 de novembro de 2008 em seus artigos 1 e 2 tratando de Alimentos gravídicos, ou seja, concretizar um benefício relevante à pessoa humana, destinando-se as despesas no período de gravidez, que serão decorrentes do momento da concepção ao parto, seja ela alimentar, assistência médica, psicológica e outras que englobam este contexto, sendo todos os quesitos que o médico considere necessário e o juiz julgue adequado. Contudo, é necessário haver indícios da paternidade para requerer o cumprimento da obrigação que irá permanecer após o nascimento com vida e que se converterá em pensão de alimentos em favor da criança, cabe lembrar que tal transformação ocorrerá independente do reconhecimento da paternidade. Todavia, a mãe e o feto são protegidos, pois essa lacuna a qual se encontra a assegura os cuidados necessários para uma gestação saudável. Contudo entende-se que os alimentos gravídicos não são para substituir qualquer espécie de pensão alimentícia, mas com o intuito de assegurar a saúde da criança a partir da concepção e não somente após o parto. Tal Lei visa disciplinar a forma em que ela deverá ser aplicada para atingir seu objetivo de eficácia.

**Palavras-Chave:** Leis. Costumes. Alimentos Gravídicos.

\*Alunos do Curso de Direito do IESP

\*\*Professora Orientadora

Apresentação oral

## ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

\* Gabriella Nepomuceno Costa

\*Karine de Paula Passos

\*Roberta Amador Ribeiro

\*\* Maria Edlene Lins Felizardo

Assédio moral é um fenômeno que ocorre em diversos países nas relações de trabalho, cada país adota uma terminologia diferente, mas tanto os atos quanto as consequências se assemelham. Segundo a definição adotada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, assédio moral: “É toda e qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, escritos, comportamento, atitude, etc.) que, intencional e frequentemente, fere a dignidade e a integridade física ou psíquica de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho”. O objetivo do assediador é massacrar alguém mais fraco, cujo medo gera conduta de obediência, não só da vítima, mas de outros empregados que se encontram ao seu lado. Ele é temido e por causa disto a possibilidade de a vítima receber ajuda dos que a cercam é remota. As modalidades de assédio moral são diferenciadas de acordo com o patamar hierárquico do agressor em relação à vítima. Suas formas são: forma vertical descendente, que parte do superior hierárquico em face do seu subordinado; forma vertical ascendente, que acontece quando subordinados praticam assédio moral em face de seus superiores; e forma horizontal ou transversal, quando o assédio parte de colegas de trabalho que estão no mesmo patamar hierárquico da vítima. Dentre os comportamentos que podem configurar o assédio moral, destacam-se: carga de trabalho excessiva, comentários maliciosos, controle de idas ao banheiro, desvio de função, imposição de condições e regras personalizadas, metas imiscíveis de serem atingidas, não repasse de trabalho, recusa de comunicação direta, vigilância específica e atribuição de tarefas inúteis, impossíveis ou absurdas. O assédio moral provoca efeitos nocivos no contrato de trabalho, entre eles estão a perda do interesse do trabalhador, queda da produtividade, degradação do meio ambiente de trabalho, além de provocar a incidência das moléstias do trabalho e falta de motivação e de concentração, o que aumenta os erros no serviço. O assédio moral no trabalho é um fato de risco psicossocial capaz de provocar danos à saúde da vítima, se apresentando como doença do trabalho, podendo ser equiparada a acidente de trabalho. Desse modo, compete à CIPA (Comissão Interna de Prevenção contra Acidentes do Trabalho) atuar na sua prevenção e no seu combate. Verificamos a distribuição da carga probatória, pois há condutas que são muito difíceis de serem provadas. Cabe à vítima apresentar indícios que levem a uma razoável suspeita, aparência ou presunção de assédio, e cabe ao demandado demonstrar que agir razoavelmente. O empregado vítima do assédio moral poderá fazer do seu direito de resistência, e em casos mais graves rescindir indiretamente o contrato de trabalho e postular, na Justiça do Trabalho, reparação de danos morais e patrimoniais em razão do assédio moral sofrido. Percebe-se que a violência moral no ambiente de trabalho constitui uma realidade mundial que envolve valores sócio-culturais, por isso é preciso discutir a respeito desse fenômeno no meio acadêmico, principalmente na área do direito.

**Palavras-chave:** Assédio Moral. Trabalho.

\*Alunos do Curso de Direito do IESP

\*\* Professora Orientadora

Apresentação oral

## TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA FAMILIAR: EDUCAÇÃO COMO HERANÇA OU EXPLORAÇÃO?

Fawsia Santos Silva\*  
Juliana Figueiredo e Carvalho Costa\*\*

A inserção no mercado de trabalho gera uma troca de obrigações e responsabilidades que prejudicam o desenvolvimento da criança e do adolescente em vários níveis: físico, cognitivos e sociais, pois estes precisam assumir tarefas adultas sem estarem preparados para isso. A exploração da criança e do adolescente no trabalho é um problema que vem acontecendo há muitos e muitos anos, e apesar da maquiagem e da ilusão de que é um problema em resolução, ele continua atuando com vigor, principalmente em cidades do interior onde as famílias encontram-se em extrema vulnerabilidade econômica, psicológica e social, e nos chamados países subdesenvolvidos. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1995, aproximadamente 120 milhões de crianças, entre 5 e 14 anos, trabalhavam no mundo todo. Muitas delas trabalhavam em condições penosas e de risco, durante mais de dez horas diárias. Uma das atividades econômicas que movem o mercado interno é a agricultura, o trabalho desenvolvido no campo em seus diversos ramos de atividade. Combater o trabalho infantil na agricultura é tarefa bastante árdua, visto que muitas crianças e adolescentes estão inseridos na agricultura familiar, levando-os a auxiliar seus pais nesse trabalho. O que, então, leva as crianças e adolescentes a trabalharem? O fator mais importante seria a pobreza? Até que ponto a estrutura familiar determina essa decisão? É a educação da criança e/ou dos pais o fator mais relevante para reduzir o trabalho infantil? Quem é o culpado? Ou melhor, quem são os culpados? É difícil indicar um culpado ou os culpados por essa situação, pois são vários os fatores que levam a isso. O objetivo deste trabalho é demonstrar através da legislação no tempo e a vigente, o não cumprimento dos direitos fundamentais da criança e do adolescente e, prevenir o agravamento da situação; favorecer a superação da situação de violação de direitos e reparar a violência vivida juntamente com o fortalecimento dos vínculos e o resgate da dignidade. O trabalho do adolescente aprendiz é previsto na CLT (redação dada pela Lei n.º 11.180/2005) e no Decreto 5.598/05, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90 A primeira lei a tratar do assunto foi a Lei nº 1.097/2000. Um dos mais graves e complexos problemas da atualidade, apesar de já estarmos no ano de 2012, são a exploração e o trabalho precoce de crianças e adolescentes, tal prática fere os princípios básicos do desenvolvimento humano. Porém, com a precariedade das condições de vida dos trabalhadores rurais assalariados, adicionando certos valores culturais, inala uma ideia de ser aceitável e compreensível à toda sociedade a emergência de crianças na condição de trabalhadoras para o capital.

Palavras- chave: Trabalho Infantil. Estatuto da Criança e Adolescente. Agricultura  
Aluna do Curso de Graduação em Direito

Apresentação Oral.



## EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

\*Caroline Rodrigues Leite  
\*Elana Alexandra Kolontai Azevedo  
\*Fernanda Andreza  
\*Isabelle Alencar Freire  
\*Laise Ellen  
\*\*Maria Edlene Costa Lins

No Brasil a exploração de trabalho infantil é caracterizada pela criança ou adolescente menor de 16 anos que exerce algum tipo de trabalho, o que é proibido por lei, exceto na condição de aprendiz, onde fica estabelecido pelo artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal. A Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, a idade mínima para o menor poder trabalhar saltou de quatorze anos, para os dezesseis anos de idade. A falta de oportunidade de trabalho, a renda baixíssima dos pais, a não alfabetização, e a pobreza contribuem para a exploração do trabalho infantil. A pobreza só cresce em nosso País, crianças que abrem mão do lazer e dos estudos, para vender sua mão de obra em lugares como canaviais, plantações, casas de família onde meninas trabalham como domésticas, e meninos como pedintes de rua, crianças vendendo jornal no semáforo, ou envolvidas com atividades ilegais, como a exploração sexual e o tráfico de drogas. Estas crianças se tornarão adultos sem instrução, se chegarem à fase adulta da vida e terão empregos insignificantes e medíocres, que poderão no futuro obrigar seus próprios filhos a trabalharem da mesma forma como foram explorados por conta de necessidades. A necessidade da criança de ajudar a família que possui uma carência com relação à questão financeira, acaba por colocar os próprios pais, como principais incentivadores desta situação, tirando vantagem da exploração de seus filhos. Apesar de algumas vezes os próprios pais estarem diretamente envolvidos, os verdadeiros responsáveis por este problema, são os nossos representantes públicos. A lei brasileira proíbe a exploração do trabalho infantil, mas raramente as punições estabelecidas para os empregadores de menores são aplicadas de fato e não é dada a devida importância para se combater essa infração. A CLT trata do trabalho do menor do artigo 402 a 441. A Lei 8.069/90 também fala da proibição a menor de 14 anos de idade ao trabalho, salvo na condição de aprendiz. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento. Os horários e locais devem ser observados. Não é permitido ao menor, trabalhar em salões de bilhar, sinucas, boliche, até porque sua entrada nestes locais não é permitida. Ao menor é permitido trabalhar em atividades artísticas cinematográfica, circenses e teatrais, desde que as apresentações não sejam prejudiciais a sua formação moral. Também é proibido ao menor que o emprego necessite de força muscular superior a 20 ou 25 quilos. As práticas de políticas eficazes que fiscalizem com eficiência e punam duramente aqueles que exploram o trabalho infantil devem ser colocadas em prática. O Ministério do Trabalho, a **Superintendência Regional do Trabalho, os Conselhos Tutelares tem a obrigação de fiscalizar o cumprimento da lei e os direitos da criança e do adolescente estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.**

**Palavras-Chave:** Exploração. Trabalho infantil. Necessidade.

\*Alunas do Curso Direito do IESP

\*\* Professora Orientadora

Apresentação Oral.

## USO DO PRINCÍPIO “LEX LOCI EXECUTIONIS” E O CANCELAMENTO DA SÚMULA 207 NAS RELAÇÕES LABORAIS NO ESTRANGEIRO

\*Paula Maria Silva Sobral\*

\*\*Mariana Tavares de Melo

O presente estudo trata do cancelamento da súmula 207, que versava sobre o conflito de leis trabalhistas no espaço, com o princípio da “Lex loci executionis”, matéria de Direito Internacional Privado do Trabalho. O seu teor era: “a relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação do serviço e não por aquelas do local da contratação”. O que ocorre na verdade, que sempre houve discussões teóricas e práticas, principalmente após o caso que envolveu a Braspetro Oil Service Company (Brasil), subsidiária da Petrobrás, no qual foram assegurados direitos trabalhistas da lei brasileira a um trabalhador contratado no Brasil e que prestava serviços à subsidiária da empresa nacional no exterior, contrariando, assim, o entendimento da extinta súmula 207. Com isso, houve o reconhecimento da Lei 11.962/2009 e foi editada a Lei 7.064/1982, que alterou o seu caput. Passando assim sua aplicabilidade a todos os trabalhadores que em seu art. 1º vem regular a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior, não excepcionando situações, a não ser a do empregado designado para prestar serviços de natureza transitória, por período não superior a 90 dias Parágrafo único da referida lei. Por sua vez, o artigo 3º, inciso II, da mesma lei em mudança, dispõe que será observada a lei brasileira, independentemente da observância da lei do local da prestação do serviço, naquilo em que não for incompatível com ela, sempre que for mais favorável, ou seja, o princípio da norma mais favorável que a lei territorial, no conjunto de normas e em relação a cada matéria. Os opositores da súmula sustentavam a incompatibilidade das regras, visto que alguns achavam que aqui está à teoria do conglobamento e outros achavam que aqui está o conjunto do conglobamento mitigado. Observa-se que, por questões que esmera o trabalhador com a globalização, possibilitou o intercâmbio e a possibilidade de transferência de trabalhadores para outros países, pois o Direito deve se moldar aos fatos sociais, não podendo ser rígido, estático, ele é dinâmico, uma vez que o legislador não pode prever todas as possíveis situações a serem reguladas pelo direito e passou a reconhecer a aplicação de legislação mais benéfica ao trabalhador que vai exercer atividades laborais em outro País. Isto é, onde todo trabalhador deve ter seus direitos, garantias e proteção mínimas para que se possa ter sua aplicabilidade necessária garantida pela legislação brasileira. Contudo, apesar das discursões intelectuais, o importante é entendermos o seguinte; com o cancelamento da súmula 207, o TST sinaliza no sentido de entender ser aplicável a legislação brasileira aos empregados contratados no Brasil e transferidos para o exterior. Já para os casos de empregados brasileiros contratados diretamente por empresas estrangeiras para trabalhar no exterior se aplicaria o princípio da territorialidade.

**Palavras-Chave:** Súmula 207, Lei 11.962/2009 e “Lex loci executionis”.

\*Aluna do Curso Direito do IESP

\*\* Professora Orientadora

Apresentação Oral.

## MEDIAÇÃO: UMA ALTERNATIVA ÁGIL PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

\*Reginaldo Francisco de Souza

\*\*Marlene Pereira Borba Cahú

A atual conjuntura jurídica brasileira evidencia o esgotamento do nosso sistema jurisdicional, com a insatisfação dos usuários, lentidão processual, insuficiência de recursos materiais, dentre outros. Com este cenário, um dos direitos fundamentais da pessoa, independente de ser ela natural ou jurídica, que é o acesso à Justiça, é claramente mitigado. Com vistas nesse panorama, a proposta deste trabalho se funda na Mediação como uma alternativa muito importante para a melhoria imediata da solução de conflitos. Muito embora tenhamos notícias recentes sobre esforços do Poder Judiciário brasileiro no sentido de estimular a criação, desenvolvimento e fortalecimento de métodos alternativos de solução de conflitos (Resolução 125 do CNJ), a mediação não é uma opção a ser considerada como inovadora nesse cenário. Esta assertiva é sustentada considerando que na Constituição do Império de 1824, a figura do juiz de paz, arbitragem, reconciliação e mediação passaram a ser previstas nos artigos 160 e 161 daquela carta Magna. Na seara trabalhista, a Lei n. 1.637, de 05 de novembro de 1907, que previu a criação dos Conselhos Permanentes de Conciliação e Arbitragem e a Lei n. 1.869, de 10 de outubro de 1922 (Lei Estadual Paulista), que criou os chamados Tribunais Rurais no governo de Washington Luís, foram os primeiros institutos criados com o intuito de estimular a mediação de litígios na relação empregado x empregador. Já em 12 de janeiro de 2000 houve a inserção na CLT dos artigos 625-A ao 625-H, por meio da Lei 9.958/00, que previam a criação de Comissões de Conciliação Prévia, com características extrajudiciais e ainda impôs a obrigatoriedade de buscar a conciliação prévia como condição indispensável ao ingresso de uma ação para dirimir conflitos trabalhistas (ainda que afronte o artigo 5º, XXXV, existe a previsão). De todo o articulado é possível extrair que fundamentos legais existem. No entanto, existe também, a lentidão do poder público em instrumentalizar e operacionalizar estas propostas, tornando-as ferramentas da universalização e celeridade da Justiça. A Mediação sem prazos processuais ou recursos judiciais, torna a solução do litígio mais ágil, gerando compromissos entre as partes que, segundo estudos, são amplamente cumpridos evitando sobremaneira que esta querela atinja os tribunais já abarrotados de processos ainda não solucionados, conduzindo o sistema a uma morosidade notadamente maior. Finalizando, destaque-se que a solução total para as dificuldades encontradas no nosso sistema judiciário atual está longe de ser tão somente a Mediação, mas indubitavelmente ela, Mediação, é um importante meio para garantir ao cidadão o acesso à Justiça, ao passo que viabiliza o desfecho de conflitos sem a meticulosidade excessiva da Justiça, com maior celeridade e mais economia.

**Palavras-chave:** Mediação. Garantia acesso à Justiça. Lentidão do Judiciário. Conciliação prévia.

\*Aluno do curso de Direito IESP

\*\*Professora orientadora

## ARBITRAGEM NO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA E A PROBLEMÁTICA DA MOROSIDADE DA JUSTIÇA

\*Verônica Bezerra da Nóbrega Costa

\*\*Mayra Andrade Marinho Farias

Em nosso estudo consideramos a análise da Lei 9.307/96 (Lei de Arbitragem), apresentando os meios alternativos de composição como solução frente à superlotação do Poder Judiciário paraibano. Para tanto, levamos em conta as vantagens auferidas no uso da técnica arbitral para que, ao final, o leitor possa se convencer da questão mais insipiente de nosso trabalho, que diz respeito ao fato desse sistema auxiliar ou não o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) a aliviar o desgaste da máquina jurisdicional. Assim, o tratamento da discussão técnica dos meios alternativos de composição se limitou, precisamente, ao juízo arbitral, cuja aplicação no TJPB tem se revelado como a alternativa mais célere, econômica e com resultados bastante satisfatórios. Para isso, valemo-nos de alguns critérios de pesquisa e através desses “métodos de abordagem”, nos propomos a utilizar o método dedutivo, discutindo suas vantagens, necessidades, objetivos e resultados partindo em seguida para a situação e uso da arbitragem na Paraíba. Nossa pesquisa teve a profícua finalidade de expandir os conhecimentos em torno do assunto, não há necessariamente uma aplicação prática prevista, muito embora se demonstre que os resultados apontados possam servir como norte para os destinatários da apreciação técnica, os operadores do direito. Assim, realizamos uma pesquisa de natureza bibliográfica, apoiados pelo método descritivo e, por vezes, usando também o método explicativo quanto à identificação dos fatores que determinam a necessidade da criação das Câmaras de Mediação e Arbitragem. Os resultados que obtivemos mostraram que estas servem como válvulas de escape ao Poder Judiciário, visto desafogarem a demanda da Justiça levando os litigantes aos meios privados de solução de conflitos, auxiliando a sanar a morosidade que acomete a Justiça brasileira. Nossa pesquisa filiou-se, então, à ideia de que as partes deveriam buscar tais meios alternativos de composição como suficientes para apaziguar uma situação de conflito instaurada. Evidenciamos em nosso estudo que o problema não está na lei, nos magistrados, nos patronos, nem na criação de mais varas, mas na arbitragem, como equivalente jurisdicional que é. Assim, deveria ser ela a primeira medida a ser buscada pelas partes antes de procurar a Justiça. Em uma cultura civilizada o acordo entre as partes tem se mostrado muito mais eficiente, vez que o Judiciário não é a garantia de que suas queixas serão atendidas. A Justiça tem trabalhado na promoção dos meios conciliatórios, promovendo mutirões cujos resultados alcançam níveis altíssimos de satisfação, especialmente em nosso Estado, onde o TJ, atento às mudanças, tem se empenhado em projetos que possam desafogá-lo.

Palavras-chaves: Arbitragem. Meios Alternativos de Composição. TJPB

**Palavras-chave:** Arbitragem. Meios alternativos de composição. TJPB

\*Aluno do curso de Direito IESP

\*\*Professora orientadora

## EFEITO VINCULANTE DO PRECEDENTE JUDICIAL NO DIREITO BRASILEIRO E SUA IMPORTÂNCIA NAS CAUSAS REPETITIVAS

\*Aurileide Alexandre Farias\*

\*\* Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva\*\*

Este trabalho acadêmico tem como objetivo esclarecer sucintamente a eficácia vinculante dos precedentes obrigatórios adotados no Brasil e a previsibilidade das decisões para atuação do poder judiciário. O precedente é a decisão judicial construída no caso concreto com o objetivo de garantir os valores fundamentais, tais como: segurança e isonomia jurídica, irretroatividade do direito, previsibilidade, coerência do direito e a razoável duração do processo. No Brasil, adotamos o controle difuso de constitucionalidade o que põe em risco estes valores fundamentais. A segurança jurídica é requisito essencial à própria existência do Estado Democrático de Direito (art. 1º, *caput*, CF). A quantidade de leis e a grande demanda também contribuem sensivelmente para a insegurança jurídica no país e com isto a necessidade de se proporcionar uma atuação mais efetiva do Poder Judiciário. Por conseguinte, é notório que a doutrina do *stare decisis*, de respeitar os precedentes judiciais, é essencial a um sistema como o brasileiro, onde se aumenta a previsibilidade das decisões e, portanto, a segurança jurídica. Segundo Teresa Wambier, “o sistemático desrespeito aos precedentes compromete o próprio Estado de Direito, na medida em que as coisas passam a ocorrer como se houvesse várias leis regendo a mesma conduta, o que indubitavelmente gera um clima de integral instabilidade e ausência absoluta de previsibilidade”. Quando a forma interpretativa se opõe à jurisprudência que vem sendo praticada, compromete o próprio Estado de Direito e revela uma ordem jurídica incoerente fazendo com que uns tenham e outros deixam de ter a tutela jurisdicional. Para que se evite este inconveniente de decisões conflitantes entre os diversos órgãos e instâncias do Judiciário, e para que se proporcione uniformidade e estabilidade na aplicação do direito, só há uma forma, que é a atribuição de eficácia *erga omnes* e efeito vinculante às decisões definitivas do STF em recurso extraordinário. Para que os precedentes judiciais tenham efeito vinculante, basta que a decisão tenha sido tomada pelo órgão superior em respeito a algum procedimento capaz de conferir-lhe tal força, independente da opinião do juiz. Nas causas repetitivas este efeito tem o condão de vincular decisões posteriores, obrigando os órgãos jurisdicionais a adotarem aquela mesma interpretação jurídica na fundamentação dos seus jurados. Não restam dúvidas que o efeito vinculante do precedente judicial no Direito Brasileiro contribui para economicidade aos cofres públicos e celeridade ao sistema jurídico, já que solucionadas as causas iguais, os juízes poderão dedicar-se a questões novas. Em compensação, existe uma preocupação em relação ao magistrado, onde tal efeito poderá “engessar” os juízes de primeira instância, estando sempre a mercê dos órgãos superiores, impedindo assim uma renovação do pensamento jurisprudencial sobre a lei brasileira. Porém, esse possível “engessamento” não corresponde a sérios riscos, tendo em vista que o sistema *stare decisis* age com flexibilidade além de ser utilizadas técnicas de aplicação e superação do precedente como, *distinguishing* e *overruling* que permitem, a um só tempo, de um lado, a estabilidade e uniformidade do direito e, de outro o seu natural desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Eficácia vinculante. Precedentes obrigatórios. Previsibilidade.

\*Aluna do Curso de Direito do IESP

\*\* Professor Orientador

## ASPECTOS SOBRE O MEIO AMBIENTE ARTIFICIAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL E O PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA EFETIVAÇÃO DESSE DIREITO

\*Maria Gabrielle M. de Vasconcelos Confessor<sup>1</sup>

\*\*Mariana Tavares de Melo

Este trabalho tem o objetivo de definir aspectos sobre o meio ambiente artificial e sua relevância sobre qualidade de vida das pessoas nos centros urbanos. Este tema está intimamente ligado aos direitos fundamentais tendo em vista que a promulgação da Constituição Federal de 1988 garante um meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida a todos. O princípio da qualidade de vida é uma evolução do direito a vida. O princípio da ubiquidade é a qualidade do que está em toda parte estando localizado no epicentro dos direitos humanos. O meio ambiente artificial pode ser compreendido como aquele que é constituído pelo espaço urbano construído. É possível observar impactos ambientais negativos no meio ambiente artificial como poluição sonora, visual, problemas de mobilidade urbana nos transportes viários e também processos de ocupação desordenada do solo conhecida como fenômeno da segregação urbana. O Poder Público, em especial o Município, tem papel fundamental para garantir a efetividade das normas criando políticas de desenvolvimento urbano. O plano diretor do município tem um papel fundamental na política de desenvolvimento e expansão urbana no município. Mediante o caos urbano pela qual a maioria das grandes vivencia, é evidente a falta uma maior rigidez na aplicação da prática das diretrizes do Plano Diretor por conta de ineficácia nas fiscalizações do Poder Público. A lei 10.257/01 que criou o estatuto da cidade é um importante instrumento para aplicação do plano diretor. Esse estudo foi capaz de apontar os principais problemas existentes nos centros urbanos, identificar as legislações vigentes, apontar as falhas na aplicabilidade e efetividade das normas. Também foi possível demonstrar medidas capazes de garantir que a qualidade de vida das pessoas que habitam no meio ambiente artificial seja realmente alcançada para se atingir a finalidade de nossa lei maior, que é vida com qualidade para todas as pessoas.

**Palavras chaves:** Meio ambiente artificial. Direitos fundamentais. Políticas Públicas.

\*Aluna do Curso de Direito do IESP

\*\* Professora Orientadora

Apresentação Oral

## O DIREITO A SAÚDE REGULAMENTADO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.

José Sergio Almeida \*  
Marlene Pereira Borba Cahu\*\*

Saúde é um direito primário, comum a todo ser humano garantido em primeiro lugar no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que universaliza o direito à saúde no artigo 196. A Constituição Federal de 1988 instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS), art. 200, para todos, como sistema nacional de saúde pública, regulamentado pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que na prática deixa muito a desejar e muito mais a lamentar. As informações que nos chegam todos os dias através dos meios de comunicação em nossa cidade associados aos conhecimentos adquiridos nas aulas de sociologia jurídica nos fizeram refletir sobre o alto índice de insatisfação nos clientes usuários do Sistema Único de Saúde da cidade de João Pessoa e que nos despertaram para estudar os artigos: 196, 197, 198, 199 e 200 da Constituição e a sua relação com a eficácia social partindo de um estudo prático. Neste trabalho, analisamos a eficácia social do direito à saúde procurando identificar as principais políticas de saúde desenvolvidas pelo Estado e suas contribuições para um efetivo exercício dos direitos fundamentais existentes na Constituição Federal através de uma pesquisa exploratória, bibliográfica, expositiva e descritiva devido aos relatos e sugestões observados ao longo da pesquisa. O Sistema Único de Saúde é o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições federais, estaduais, municipais de administração direta e indireta e das mantidas pelo Poder Público para promoção, proteção e recuperação da saúde. Desde a VIII Conferência Nacional de Saúde, a saúde é um complexo bem-estar físico, mental e social embora isto não venha ocorrendo na nossa cidade. No tocante a eficácia, podemos afirmar que representa o resultado positivo alcançado pelas normas jurídicas ou seja, eficaz é aquela norma que provoca as consequências sociais almejadas por seu autor ao elaborá-la, sendo assim de forma ordinária, a eficácia pressupõe a vigência, pois juridicamente a solução de problemas só advém da norma que se põe obrigatória a seus destinatários. A eficácia requer efetividade, uma vez que pelo cumprimento das normas que os efeitos sociais se concretizam. Podemos concluir o presente trabalho, afirmando que estas normas não são socialmente eficazes na cidade de João Pessoa, uma vez que não produzem os resultados almejados que deveriam alcançar.

**Palavras-chaves:** Direito – Saúde – Eficácia

\* Aluno do Curso de Direito do IESP

\*\*Orientadora.

Apresentação Oral

## Reflexos da Reforma do Judiciário na Competência da Justiça do Trabalho

Isabella do Nascimento \*  
Marlene Pereira Borba Cahu\*\*

O trabalho refere-se à nova competência da Justiça do Trabalho, em face da Reforma do Poder Judiciário. O campo de atuação dessa Justiça especializada foi ampliado sensivelmente, passando a julgar todas as ações oriundas da relação de trabalho e não apenas de emprego. Conseqüentemente, será necessária uma reorganização na estrutura do Judiciário Trabalhista, a fim de adequar o novo perfil traçado pelo legislador constituinte derivado aos verdadeiros objetivos do Direito do Trabalho, que são: buscar a paz social, aperfeiçoar as condições laborativas e promover o enquadramento setorial justralhista. Analisar o que mudou na competência da Justiça Laboral com as inovações advindas da EC nº 45/2004, promulgada em 08 de dezembro de 2004 e publicada no DOU no dia 31 de dezembro de 2004. Definir o escopo da ampliação da competência da Justiça do Trabalho. Exame comparativo entre o vetusto art.114 da CF/88 e sua nova redação; pesquisa em revistas e livros jurídicos, verificando qual o entendimento doutrinário atual; participação em congressos para ouvir a posição jurisprudencial acerca da matéria, permitindo assim delimitar o novo campo de atuação da Justiça do Trabalho. A reforma modificou o enfoque da Justiça do Trabalho, que sempre foi vista como a Justiça do Emprego. A partir da Emenda perde esta característica, pois, por determinação do novel art.114 da *lex legum*, incluiu-se em seu objeto todo trabalho prestado por pessoa física. Anteriormente, restringia-se a análise das relações entre empregados e empregadores. Em decorrência desse aumento no campo conceitual de sua atuação, a Justiça do Trabalho passa a ser responsável pelas ações de indenização por dano moral ou patrimonial, proveniente da relação de trabalho; ações envolvendo o direito de greve; representação sindical; conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista; mandados de segurança; *habeas corpus* e *habeas data*; execução de contribuições sociais e penalidades administrativas. Isto reflete uma preocupação na busca de uma Justiça Social, aparelhada pela Constituição dos instrumentos necessários à proteção do núcleo fundante das relações sociais hodiernas: o trabalho. Todavia, adaptações terão que ser feitas. A Justiça do Trabalho já reconhecidamente assoberbada, com uma competência restrita às questões que envolviam apenas relações de emprego, terá, evidentemente, um acréscimo bastante considerável de serviço, o que deverá ser objeto de medidas urgentes, principalmente, na área processual, sob pena de se tornar inválida a sonhada ampliação de sua competência. Naturalmente, muito esforço será depreendido para acompanhar e compreender as alterações na organização da competência da Justiça do Trabalho, pois elas representam um meio importante de efetivar a democracia social.

**Palavras-Chave:** Reforma do Judiciário, Competência, Justiça do Trabalho.

\* Aluna do Curso de Direito do IESP

\* Orientadora

Apresentação Oral



## ADOÇÃO HOMOAfetiva

\*Ludimila Sarmiento Meira Gadelha

\*Gustavo Viana Montenegro

\*Tâmara Gomes Cirilo

\*\* Camila Yamaoka Mariz Maia

A união homoafetiva é uma realidade presente na sociedade brasileira, sociedade esta impregnada de desigualdades. Através dessas desigualdades a sociedade desenvolve ideias e opiniões preconceituosas, concebidas sem maiores reflexões, cuidados, respeito e longe de serem imunes a contestações. O que se percebe com essas atitudes é a dificuldade que a sociedade tem em encarar o que é novo, desigual aos padrões estabelecidos por ela, recusando as diferenças que considera inaceitáveis ao seu convívio. Diante dessa realidade, este trabalho discorre sobre a questão da adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos avaliando os aspectos discriminatórios que contornam este processo de constituição de unidade familiar. O reconhecimento obrigatório da união homoafetiva como entidade familiar no ordenamento jurídico brasileiro foi assunto por muito tempo discutido, sendo levado à instância suprema do poder judiciário para que esta pudesse declarar à união entre pessoas do mesmo sexo os mesmos direitos e deveres reconhecidos à união entre homens e mulheres. Embora mesmo com a existência dessa previsão jurídica aceitando esse novo modelo de entidade familiar, ainda assim são levantados alguns questionamentos a respeito de possíveis consequências na construção e no desenvolvimento da identidade pessoal e social dos adotandos quando estes são inseridos num convívio familiar em que os pais possuem o mesmo sexo. Esse novo contexto social e os questionamentos que o rodeiam são os motivadores da realização dessa pesquisa descritiva, que aborda os conceitos de família, adoção, união homoafetiva e preconceito, trazendo uma evolução histórica desses institutos na sociedade brasileira. Tais conceitos são fundamentados por meio de pesquisa documental e bibliográfica, auxiliando na organização da coleta da legislação e de trabalhos já realizados por autores renomados no assunto. A partir de então, tendo como base os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana (atributo este inerente à condição de ser humano), a pesquisa se volta aos permanentes questionamentos a respeito desse novo modelo de família, analisando e comentando as intolerâncias culturais que ele ainda enfrenta.

**Palavras-chave:** Entidade familiar. Adoção. União homoafetiva.

\*Alunos do Curso de Direito do IESP.

\*\*Professora Orientadora

Apresentação Oral

## TÍTULO: DIREITO A SAÚDE FACE À INÉRCIA DO ESTADO

\* Gilvaneide Cavalcanti Holanda  
\*\*Mayra Andrade Marinho Farias

O presente trabalho objetiva analisar a saúde como um direito fundamental que deve ser assegurado pelo Estado aos cidadãos através de políticas e ações públicas, ou seja, conforme a dicção constitucional. Reconhecendo a essencialidade da saúde na construção de uma vida digna para as pessoas humanas, desnuda os males advindos do seu maltrato. Finalmente e, fundamentalmente, almeja refletir o dever que o Estado tem de garantir a saúde, pontuando a função a ser desenvolvida pelo Judiciário no processo de efetivação desse direito. Voltando-se para um ambiente específico, o da cidade de João Pessoa-PB, conclui pela falência do seu sistema de saúde e, conseqüentemente, pela necessária reestruturação para que cumpra com seus mais altivos desígnios humanitários.

**Palavras-chave:** Saúde, Direito, Estado

\*Aluna do Curso de Direito do IESP

\*\*Professora Orientadora

Apresentação Oral

## HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

\*Marianna Magalhães C. de Luna Freire

\*Thaís Agra Guilherme

\*\*Rinaldo Mouzalas

Os “honorários de sucumbência recursal” são considerados subespécies do gênero “despesas processuais”. A sucumbência é o critério adotado pelo art. 20 do atual CPC para atribuir a obrigação pelo custo do processo, baseado na premissa de que a vitória processual deixaria de ser integral quando o vencedor tivesse que arcar com os gastos advindos do processo. A doutrina entende que a Sucumbência não é, em si, um princípio; mas apenas um indicador do verdadeiro princípio que é o da Causalidade. Pelo Princípio da Causalidade, aquele que, indevidamente, deu causa à instauração da demanda ou à propositura de incidente processual deve arcar com as despesas processuais. Deveras, o Princípio da Sucumbência não se desvincula do Princípio da Causalidade, pois se o sucumbente deve arcar com as despesas do processo, fica demonstrado, com isso, por quem o processo foi causado. Dessa forma, ambos encontram-se interligados, embora o Princípio da Causalidade seja mais amplo que o da Sucumbência, visto que esta pode ser considerada apenas um dos vestígios da causalidade. O Projeto de Lei nº 166/2010 (Projeto do Novo Código de Processo Civil) passou a prever a possibilidade de condenação da parte sucumbente no pagamento de honorários na instância recursal; constituindo, pois, um avanço. Expressamente previstos, os Honorários de Sucumbência Recursal proporcionaram além das garantias processuais como a celeridade e efetividade, a inibição na interposição de recursos meramente protelatórios, o fortalecimento das decisões de primeira instância e a justa remuneração dos advogados. Além disso, o Novo Código de Processo Civil veio penalizar aqueles que se beneficiam do recurso meramente procrastinatório. Outro aspecto positivo a ser destacado diz respeito ao realinhamento da condenação ao pagamento de honorários de sucumbência, já que, independentemente do resultado obtido na instância recursal, haverá realinhamento da verba advocatícia. Logo, pode-se considerar que, em geral, a finalidade de tal projeto foi atingida, porém, deve-se ressaltar que a lei não atingirá seus objetivos sem que o Poder Judiciário se adeque às propostas estabelecidas.

**Palavras-chave:** Honorários de sucumbência recursal. Causalidade. Novo Código de Processo Civil.

\*Alunas do Curso de Direito do IESP

\*\*Professor Orientador

Apresentação Oral

## EXECUÇÃO DA SENTENÇA DECLARATÓRIA

\*Tatiana Brito Ugulino de Araújo

\*Ana Paula Crepaldi Pereira

\*\*Rinaldo Mouzalas

O entendimento doutrinário tradicional limita os efeitos da Ação Declaratória à obtenção da certeza dos fatos que rodeiam uma dada relação jurídica, cabendo ao autor, caso pretenda a satisfação do direito que a sentença tornou certo, propor nova demanda, de natureza condenatória, tendo em vista, que a força executiva seria característica presente apenas nas sentenças provenientes desse tipo de ação. Entretanto, a partir da alteração do Código de Processo Civil instituída pela Lei Nº 11.232/2005, retirou-se do texto legal a menção que havia à *sentença condenatória* no art. 584, inciso I, do CPC, ora revogado, prescrevendo o art. 475-N, inciso I, do CPC que é título executivo a sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia, deixando claro que qualquer sentença que reconheça a existência de uma obrigação exigível, incluindo a declaratória, tem eficácia executiva. A tendência de emprestar executividade a qualquer decisão judicial que reconhecesse a existência de um *dever de prestar*, condenatória ou declaratória, já se visualizava em manifestações da doutrina e da jurisprudência. Essa tese pautada, sobretudo, na celeridade e efetividade do processo, tem como precursor o notável professor e Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Teori Albino Zavascki. Segundo seu entendimento, tem eficácia executiva a sentença declaratória que traz definição integral da norma jurídica individualizada. Nesses casos, não haveria razão alguma, lógica ou jurídica, para submeter o detentor do direito ali declarado mais uma vez a um processo de conhecimento com o fim de conseguir apenas um título executivo, já que o resultado do novo processo não poderá ser diferente do primeiro em razão do respeito à coisa julgada. De acordo com a tese ora levantada, possuindo a sentença declaratória uma norma individualizada que contenha todos os atributos que constituem o título executivo judicial (relação jurídica, obrigação certa, prestação líquida e certa, partes e eficácia executiva), não haveria óbice doutrinário e jurisprudencial para iniciar-se a atividade executiva. A mesma conclusão pode-se chegar em relação à sentença de procedência em ação declaratória negativa, pois ao ser julgada improcedente o pedido de declaração de inexistência da relação jurídica obrigacional, a sentença o faz sob o fundamento de que existe a obrigação negada pelo demandante, exaurindo-se, assim, a tutela cognitiva. Dessa sentença, também se resultam afirmados os elementos essenciais da relação obrigacional, inclusive no que se refere aos sujeitos que a integra, à natureza e à exigibilidade da prestação, configurando-se de igual forma, um título executivo judicial em favor do demandado. Neste contexto, muito embora haja discordância doutrinária sobre o tema abordado, há de se concluir que pensamento contrário ao exposto estaria em desarmonia com a atual tendência do processo civil que prepondera a efetividade dos resultados em detrimento ao formalismo.

**Palavras-Chave:** Execução. Possibilidade. Sentença Declaratória.

\*Alunas do Curso de Direito do IESP

\*\*Professor Orientador

Apresentação Oral

## PROCESSO ELETRÔNICO: CONQUISTAS E DESAFIOS

\*Luciano Correia Carneiro  
\*Patrícia Janine de Oliveira Lopes  
\*Silvana Carneiro Maciel  
\*\*Rinaldo Mouzalas

Processo eletrônico está relacionado ao uso dos sistemas computadorizados (*informatização*) nos Tribunais nas suas atividades processuais. Pode-se dizer que é o processo no qual a prática dos atos processuais (petições, certidões, despachos, etc.) é virtual. O processo eletrônico permite aos advogados a visualização das peças processuais e o peticionamento pelo seu próprio escritório, por meio da internet, sendo possível peticionar em horário diferenciado, acompanhar o recebimento da petição eletrônica e ter a segurança de que os dados foram transmitidos sem falhas ou incorreções. No Brasil, desde 2006, há uma lei regulando o *processo eletrônico* ( Lei nº 11419 de 2006). O *Processo eletrônico* vem sendo referido como uma iniciativa necessária para a economia ao erário público, decorrente de mecanismos diretos (diminuição de custos) e indiretos (ganhos decorrentes da celeridade); apontando também outros pontos positivos como a facilitação do trabalho dos advogados e procuradores dos órgãos públicos; melhoria da qualidade de atendimento às partes e agilização dos serviços. Contudo estas questões não são consensuais na literatura, tendo em vista alguns desafios a serem superados como a necessidade de investimento financeiro para compra de equipamentos e software específicos, bem como a capacitação para o trabalho com o processo eletrônico e a segurança dos sites. No que se refere ao acesso ao sistema, somente usuários cadastrados terão acesso, de forma que o advogado terá de se cadastrar no *site* do Processo Eletrônico e comparecer na sede do juizado em 15 dias munido de sua carteira da OAB para registrar sua senha, a qual é de uso pessoal e intransferível conforme termo de compromisso assinado; e todos os usuários cadastrados poderão acessar o processo eletrônico de qualquer lugar através da *Internet*. Todo o acesso é feito através de *site*, sendo possível determinar a origem de cada acesso, onde todo o documento enviado recebe um protocolo eletrônico e uma assinatura digital, certificando a origem e garantindo o conteúdo. O novo Código de Processo Civil também aborda a questão do processo eletrônico e tem como uma de suas propostas uniformizar o uso da tecnologia para efetivação dos processos. A implantação do processo eletrônico foi uma modernização do Poder Judiciário, conquistando magistrados e advogados, mas ainda possui desafios a serem superados.

**Palavras-chave:** Processo eletrônico. Informatização. Tecnologia

\*Alunos do curso de Direito  
\*\*Professor orientador

Apresentação Oral

## A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DOS SÓCIOS NA EXECUÇÃO FISCAL

\*João de Farias Pimentel Neto

\*Marcel Silva Luz

\*Tárcio Renan Moreira Fialho

\*\*José Carlos Lima

No ordenamento jurídico brasileiro é prática comum a não imputação de responsabilidade aos sócios ou dirigentes de uma determinada pessoa jurídica, salvo em casos desses últimos agirem fora dos poderes delimitados pelos respectivos estatutos ou contrato social e pela violação de lei. Pela exegese literal do dispositivo do artigo 135, inciso III do CTN todo inadimplemento da pessoa jurídica implicaria a responsabilização dos sócios ou dirigentes em uma futura execução fiscal, pois, em qualquer caso, o inadimplemento de tributos é, em verdade, violação de disposição legal. Porém, a responsabilidade da pessoa jurídica deve ser a regra, como desejava o legislador, sendo a responsabilidade dos sócios ou dirigentes a exceção. Em análise da letra crua do artigo 135 do CTN, que dispõe sobre a estudada responsabilidade dos sócios e dirigentes de pessoas jurídicas em execução fiscal, verifica-se que buscou o legislador, como forma de comprovar a excepcionalidade da responsabilização subsidiária, exigir a prova de que o sócio ou dirigente agiu com excesso de poderes ou infringindo a lei, contrato social ou estatutos. Por ser algo que excepciona todo o entendimento jurídico, de que a responsabilidade por atos da pessoa jurídica é imputada exclusivamente à ela, como dispõe toda a legislação civil, com raríssimas exceções, o legislador fez por bem exigir tal exame probatório de dolo do dirigente ou sócio da devedora dos tributos, em sede de execução fiscal, para, com isso, evitar abusos e ilegalidades por parte do próprio poder público. Como disposição expressa do Código Civil de 2003, em seu artigo 265, a responsabilidade resulta da lei ou da vontade das partes. Comprovado está que o legislador buscou excepcionar a responsabilidade solidária dos sócios e dirigentes, o que muitas vezes não se verifica na prática forense, onde as fazendas públicas buscam a todo modo colocar aqueles como responsáveis pelo débito, onde muitos casos não caberia. Buscam as fazendas públicas, ao ajuizarem execuções fiscais com sócios ou dirigentes como responsáveis pelos débitos, junto com a pessoa jurídica ampliar o leque de possibilidades de ter satisfeitos seus créditos, desconsiderando, com isso todo o entendimento jurídico sobre a excepcionalidade da medida. Na realidade, a legislação tributária em nada inovou sobre o tema; apenas colocou para seu âmbito de atuação o que ocorria na seara do direito privado, sem ir de encontro ao que as legislações civilistas dispunham. Em direito civil/empresarial os dirigentes ou sócios respondem solidaria e ilimitadamente, em relação às dívidas da pessoa jurídica, da mesma forma como no direito tributário, em havendo de poderes violando disposições legais, contratuais ou estatutárias.

**Palavras-chave:** Responsabilidade. Pessoa jurídica. Sócio.

\*Alunos do curso de Direito

\*\*Professor orientador

Apresentação Oral

## DA HERMENÊTICA DO FATO JURÍDICO

\* Anne Caroline da Silva Trigueiro  
\* Nelson Antonio Faustino Florencio Eugenio  
\* Taíse Domingues Lima  
\* Tarciana Araújo de Lima  
\*\* Fernando Monteiro

O trabalho busca demonstrar a impossibilidade de qualquer narrativa ficar isenta dos valores pessoais do narrador. Ressalta a carga valorativa como elemento vinculado de modo intrínseco àqueles que o transmitem. O fato puro, portanto, seria algo inexistente, e qualquer tentativa em transmiti-lo mostrar-se-ia tendencioso. O fato puro aproxima-se do inefável, do indizível. Na verdade, uma narrativa permeada de valores pessoais aproxima-se de uma fabulação, pois que esta visão se funda na subjetividade. Qualquer fato torna-se solidário a qualquer interpretação a ele dada. Destarte, em se tratando do fato jurídico, mais especificamente, o trabalho tenta demonstrar que as relações jurídicas não se estabelecem a partir de fatos, mas sim de não-fatos, pois que se manifestam como visões pessoais daqueles que estabelecem a relação jurídica. O trabalho discorre sobre a ciência hermenêutica, seu surgimento, conceito e aplicação, bem como seu emprego no que se relaciona ao fato jurídico. O artigo chama a atenção para o fato de que a interpretação só se faz necessária quando o texto assim o exigir; textos que se nos apresentam com clareza e evidência prescindem de interpretação. O trabalho visa ainda mostrar a importância da hermenêutica na interpretação e aplicação das leis, não obstante, a grande dificuldade do emprego da mesma no que tange aos fatos jurídicos. Em face de tais dificuldades, o texto, a título de sugestão, discorre acerca da utilização do método fenomenológico, extraído da obra de Edmund Husserl, como auxiliar a hermenêutica, estabelecendo, portanto, uma hermenêutica fenomenológica como mecanismo imprescindível na compreensão dos fatos que estabelecem as relações jurídicas. Este método tenta purgar, afastar, suprimir todo e qualquer valor acessório, bem como os juízos de valor manifestados em narrativas, através de uma redução fenomenológica, ou seja, uma *epoché*.

**Palavras-chave:** Fato jurídico. Hermenêutica. Fenomenologia.

\*Alunos do curso de Direito

\*\*Professor orientador

Apresentação em painel

## A RELAÇÃO, ÉTICA E DIREITO

\*Thiago Barbosa Trajano  
\*Thiago Thadeu de Lima Cabral  
\*\*Marlene Pereira Borba Cahú

A relação entre ética e direito é fruto de um processo de construção, a falta desta relação é a existência do direito fora do campo da ética, que chamamos de positivismo jurídico. Para o juspositivismo a validade de uma norma jurídica não supõe a afirmação do seu valor, ou seja, independe de qualquer conotação valorativa, assim, uma norma jurídica, desde que seja legal e vigente, tem validade, configurando-se a separação entre direito e ética. Foi por causa da característica avalorativa do direito positivo que, historicamente, na Alemanha Nazista, surgiu o Estado Totalitário, critérios externos a norma, como a justiça ou injustiça não eram questionados, consideravam-se válidas todas as normas criadas por um processo legislativo. Este exemplo nos dá uma ideia dos exageros jurídicos que podem acontecer se seguirmos à risca um positivismo cego. O Estado Totalitário não é a disciplina da convivência social, mas sim, um instrumento de dominação, sem a observância de padrões éticos. O Estado existe para servir o homem, e não o contrário, para isto, existe um documento jurídico que funciona como uma regra de equilíbrio da ordem internacional que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ela é considerada um instrumento do Direito Natural, não se opondo propriamente ao Direito Positivo, mas servindo para balancear a ordem jurídica, dando limites às normas elaboradas pelo Direito Interno e Externo, construindo um universo ético realizável para atuação de toda e qualquer norma. Na teoria, o objetivo da ética é a justiça, então é a justiça quem faz a integração entre Direito e Ética, mas a prática tem nos afastado desta integração. A ética que rege o comportamento dos homens se mostra melhor do que os homens, dividindo o legal do real. Fazer com que os homens conheçam seus direitos e possam desfrutar deles é uma ação ética. As leis éticas são criadas pelos homens para organizar seus comportamentos, a ética é quem indica o caminho.

Palavras-chave: Ética. Direito. Estado.

\*Alunos do Curso de Direito do IESP

\*\*Professora Orientadora

**Apresentação em painel**



## CONCUBINATO E A UNIÃO ESTÁVEL

\* Érico Silva  
Francisca Luciana de Andrade Borges\*\*

Antes da Constituição de 1988, só existia Concubinato, com a chegada da nova constituição federal Artigo 226, §3º, surge a União Estável. Até hoje, os Supremos Tribunais ainda confundem Concubinato com União Estável, mesmo com a existência de artigos no código civil que explicam as diferenças entre eles, como exemplo temos o Art. 1727 CC, que diz, Concubinato é uma relação não eventual entre homem e mulher, impedidos de casar, temos também, o Art. 1723 CC, diz que, União Estável é uma relação duradoura entre homem e mulher desimpedidos de casar com objetivo de constituir família. Só podem se tornar concubinos os casados e os parentes que não podem casar, porém o legislador não teve como foco principal os parentes que não podem casar, como por exemplo, um irmão que tenha relação com a irmã, e sim os casados. Amante é um exemplo de concubinato, se for comprovado uma relação contínua, ou seja, se os amantes tiverem sempre um dia certo para encontrarem-se, isso comprovaria a continuidade, mas, se os encontros não tiverem dia certo, não será concubinato, e não passará de uma "amizade colorida", pelo fato de não ser contínuo. No concubinato, para um concubino ter direito ao patrimônio do outro concubino é necessário provar o esforço comum, e o concubino não tem direito a metade do patrimônio, e sim, o recebimento do valor que foi dado, com juros e correção monetária. Já na união Estável, os bens adquiridos na Constância da união e a título Oneroso se comunicam, ou seja, metade para cada um. A união Estável é dividida em duas partes, a de Direito e a de Fato, onde a de Direito é feita expressamente, seja por um contrato público ou particular. Já a de Fato, nada é formalizado, ou seja, nada é registrado, e tudo é de forma verbal e deverá ser comprovada a notoriedade. Para que seja comprovada a notoriedade perante o Juiz, poderá ser levado em conta fotos ou testemunhas que afirmem que existia entre as partes a intuito de constituir uma família.

\* **Palavras-chave:** Concubinato, União Estável, Amante

\*Aluno do Curso de Direito do IESP

\*\*Professora Orientadora

**Apresentação em painel**

## RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DOS SÓCIOS NA EXECUÇÃO FISCAL

\* Dorlei Braz Ribeiro

\*\* José Carlos Lima

No presente estudo objetivou discutir a aplicação das normas de responsabilidade dos sócios perante a execução fiscal. Para isso, foi importante abordar a responsabilidade patrimonial, bem como obrigação patrimonial, e, conseqüentemente, adentrar ao tema do princípio da autonomia patrimonial, apontando para casos excepcionais de responsabilidade ilimitada do sócio, seja eles presentes na legislação material e processual civil, tributária ou em leis extravagantes. Havendo união entre o referido princípio com a desconsideração da personalidade jurídica, esta também será estudada, notadamente quanto à diferença para a responsabilização dos sócios. Neste ponto, parte-se para a responsabilidade do sócio, apontando alguns dispositivos legais incidentes na Legislação Brasileira, principalmente na Lei de Execução Fiscal, colacionando-se, por fim, decisões jurisprudenciais acerca do tema.

Palavras-chaves: **Responsabilidade patrimonial. Responsabilidade secundária. Execução Fiscal.**

\* **Aluno do Curso de Direito do IESP**

\*\* **Professor orientador**

**Apresentação em painel**

## **DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA; ORIGEM E SEU PROCESSO DE CONCRETIZAÇÃO**

\*Thiago Francisco Bento da Silva

\*\*Gustavo Guimarães

Apesar de os Direitos Fundamentais serem fruto de movimentos anteriores ao Constitucionalismo, tanto para limitar o poder do Estado sobre o homem como para trazer responsabilidade ao Estado pela plena dignidade da pessoa humana, o direito humano a alimentação adequada só veio ser abordada como norma constitucional, recentemente em 2010, com a emenda constitucional número 64. Somando o que reza o artigo 25 da Declaração Universal de Direitos Humanos ao explicitado em nossa constituição com o advento da referida ementa, é que esse Projeto de Pesquisa irá se basear, limitando sua abrangência aos países do Mercosul. Sob o tema Direito Humano a Alimentação Adequada, enfoque será dado prioritariamente a Dignidade da Pessoa Humana, abordando a exemplo propostas de suprimento do referido direito, sua exigibilidade por meios administrativos e/ou judiciais, bem como os principais movimentos voltados para esse direito. O direito humano e em destaque (o direito humano a alimentação adequada, focado aos países membros do MERCOSUL), vem sendo tema de doutorados, debates e conferências nos países membros do MERCOSUL e no mundo, com o intuito de promover a garantia da alimentação não só para matar a fome, mas com adequação nutricional.

**Palavras Chave:** Garantia. Alimentação. Direito.

\* **Aluno do Curso de Direito do IESP**

\*\* **Professor orientador**

**Apresentação em painel**

## **A INTENSIFICAÇÃO DOS CENTROS DE CONCILIAÇÃO DIANTE DA SOCIEDADE PROCESSUALISTA BRASILEIRA**

\*Bárbara de Queiroz Vilaça  
\*Débora Medeiros Toledo  
\*Fernanda Alves de Moraes  
\*Laís E. Moraes Mendes  
\*\*Juliana Figueiredo e Carvalho Costa

Na atualidade jurídica, é de notável percepção que um dos principais projetos promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça de acordo com a Resolução Nº 125/2010, foi indubitavelmente o Movimento pela Conciliação através da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, cuja proposta é a solução consensuada dos conflitos que implicam direitos disponíveis, incidindo na redução da quantidade de processos em tramitação no Poder Judiciário. Através desta iniciativa, inúmeros centros de conciliação e/ou mediação estão sendo instaurados em todo o país, atrelados a campanhas publicitárias com o incentivo à exploração desta nova medida de resolução de litígios. Contudo, embora este projeto esteja se intensificando de forma autônoma pelas vias judiciárias, nota-se que o instituto de conciliação necessita de uma maior aceitação social, uma vez que a sociedade pós-moderna brasileira ainda possui uma cultura processualista significativa e está distante de tornar-se uma sociedade menos litigiosa em que o Estado apenas venha a intervir diante da impossibilidade do acordo. Destarte, o objetivo deste presente artigo é intensificar este liame entre a população e o Judiciário, através da disseminação da informação e de esclarecimentos acerca desta célere medida alternativa, que é a conciliação e/ou mediação. A metodologia adotada para a produção deste estudo fundamentar-se-á em pesquisa bibliográfica através do método dedutivo, com a revisão sistemática da literatura e do ordenamento jurídico, e em pesquisa de campo através do método quantitativo, com a aplicação de questionários para os usuários dos principais centros de conciliação da região metropolitana do estado da Paraíba, com o intuito de analisar qual a concepção que este contingente populacional possui acerca dos serviços prestados e da eficiência dos centros de conciliação e/ou mediação.

**Palavras-chave:** Centros de conciliação. Resolução de litígios. Sociedade processualista.

\* Alunas do Curso de Direito do IESP

\*\* Professora orientadora

**Apresentação em painel**

## REGIMES PREVIDENCIÁRIOS

\*Italo Henrique dos santos souza

\*José Ailton da Silva Pacifico

\*Pedro Vítor

\*José Rodrigues

\*\*Joana D'Arc de Souza Cavalcanti

O Regime Previdenciário é um seguro coletivo e contributivo, regido pela Previdência Social, no entanto também é um seguro social coletivo e contributivo e em regra compulsório contra riscos sociais em razão da contribuição com cobertura contra os riscos sociais que são infortúnios da vida como doenças, velhice entre outros. O seguro é dado pela concessão de benefícios e aposentadorias. Assim, esta pesquisa objetivou apresentar um escopo explicativo de como se apresentam as concessões de benefícios nos regimes previdenciários no Brasil. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de uma revisão da literatura especializada e de uma pesquisa documental, onde foi feita uma análise da legislação previdenciária. Desse modo, a pesquisa assinou que no Brasil a previdência social divide-se em dois segmentos, que são eles, regimes básicos e os complementares, a previdência Social Brasileira possui dois regimes básicos distintos, que são: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que é um benefício destinado aos empregados privados e o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), que é destinado aos servidores públicos e comissionados, também são benefícios, porém só são destinados aos servidores públicos, cada ente Federativo tem competência para criar um único Regime Previdenciário para seus servidores, desde que sejam ocupantes de cargo de provimento efetivo, qualquer pessoa contratada pela administração pública que não ocupem cargo publico efetivo são vinculados ao RGPS como empregados públicos, comissionados e etc, o RGPS é único para todo Brasil, já o RPPS são vários criados por entes Federativos, restritos aos servidores efetivos das respectivas unidades federativas, cada ente federativo poderá ter um único RPPS, qualquer pessoa pode se vinculada ao RGPS e RPPS desde que um servidor além da sua atividade normal, venha exercer outra atividade remunerada vinculante ao RGPS, exemplo: o professor ou profissional da área de saúde sendo servidores efetivos vier dar aulas ou atender pacientes em empresas privadas, e estiver vinculado aos dois Regimes Previdenciários, podendo contribuir para os dois, pode também aposentar-se pelos dois Regimes Previdenciários, é vedada acumulação de aposentadorias dentro de um mesmo Regime, salvo nos RPPS nos cargos de Professor ou Profissionais da área de saúde, ambos os cargos podem acumular dois cargos públicos e um cargo comissionado como dar aulas em colégio particular, desde que haja compatibilidade de horários, podendo acumular duas aposentadorias, Exemplo: duas em RPPS mais uma em RGPS, podendo ainda ter Previdência Complementar, deixando a livre escolha das condições da aposentadora.

**Palavras-chave:** Regimes previdenciários; Regime geral da previdência social. Regime próprio da previdência social.

\*Alunos do Curso de Direito do IESP.

\*\*Professora Orientadora.

Apresentação em painel

## OS PARADOXOS DA POLÍTICA – A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA ELEITORAL NA PARAÍBA

\*Mislene Santos

\*\* Joana D’Arc de Souza Cavalcanti

Corre no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TER-PB) um número de recursos bastante elevado o que vem a demonstra a judicialização da política. Candidatos e partidos políticos não conseguem resolver suas divergências internas no campo político partidário e partem para a judicialização do processo eleitoral, essa é a tendência das explicações para esse fenômeno. Assim, esta pesquisa se orienta no sentido de analisar como vem se dando o fenômeno da judicialização da política eleitoral na Paraíba. Através da revisão da literatura especializada e de uma análise dos dados levantados junto ao TRE da Paraíba, observou-se que as divergências internas transbordaram a seara partidária e ancoraram na Justiça Eleitoral para que fossem solucionadas. Dados do Tribunal Regional Eleitoral apontaram que 679 processos relacionados aos registros de candidaturas foram julgados pelo órgão durante o processo eleitoral de 2012. Até o dia 7 de outubro de 2012, data da realização do primeiro turno das eleições municipais, 224 candidatos ainda estavam com problemas na Justiça Eleitoral paraibana. Do montante, 60 disputavam o cargo de prefeito, 131 de vereador e 33 de vice-prefeito. Eles tiveram os registros de candidaturas indeferidos ou deferidos com recurso pelo TRE. Os processos que tramitaram no órgão foram relacionados a questões extremamente simples, como problemas na grafia do nome do candidato, as mais complexas como a de partidos registrados em duas coligações. Com isto, se conclui que muitas questões desnecessariamente aportaram na Justiça Eleitoral, sem a observância a Emenda Constitucional nº 52/2006, que deu nova redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal de 1988, que disciplina as coligações eleitorais e a verticalização das decisões políticas. Incentivando assim, que as questões políticas partidárias sejam tomadas pelos partidos e não através da ceara judicial. O que é um indicador de que o fenômeno da judicialização eleitoral perdura e tem se tornado cada vez mais evidente no processo eleitoral brasileiro.

**Palavras-chave:** Política; Judicialização; Eleições.

\*Aluna do Curso de Direito do IESP

\*\*Professora Orientadora

Apresentação em painel

## ELISÃO E EVASÃO FISCAL – PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

\* Dorlei Braz Ribeiro

\*\* Mayra A. Marinho Farias

A efetivação de um planejamento tributário é o que permite a racionalização da carga tributária a ser suportada pela empresa. Ressalta-se que o planejamento é imprescindível para o alcance de bons resultados. Por isso, é sem dúvida um excelente negócio para as empresas, porém, é muito importante que tenha certo conhecimento do assunto e os recursos necessários para conduzi-lo de forma lícita, por isso, a importância de saber diferenciar Evasão Fiscal de Elisão Fiscal. Não deve ser tratado como uma simples análise, o fisco está sempre melhorando suas formas de cobrar os impostos, e as empresas necessitam preparar-se para este impacto de tributos. O presente estudo tem por finalidade o estudo do planejamento tributário, assim como sua importância para as empresas. Para alcançar tais objetivos, foram usados conhecimentos teóricos e também em bibliografias existentes, buscando assim demonstrar a importância do planejamento tributário. Constata-se a importância de se obter uma desoneração tributária de forma lícita. Disserta-se também, aspectos relevantes pertinentes à legislação tributária no que concerne a aplicabilidade do planejamento, bem como tipos e características utilizadas como meio de organizar o departamento tributário das empresas. Além disso, apresentam-se sugestões para aperfeiçoamentos dos sistemas existentes. Este estudo caracteriza-se de forma descritiva, adotando-se procedimentos teóricos, baseando-se nas bibliográficas existentes.

Palavras-chaves: Planejamento tributário; Evasão fiscal; Elisão fiscal.

\* Aluno do Curso de Direito Noturno– IESP

\*\* Professora Orientadora

Apresentação em painel

## CONCURSO PÚBLICO: DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO

Carla Roberta Figueirôa Gouveia de Lima

\*Thayse Silveira de Carvalho

\*\* Juliana Figueiredo e Carvalho Costa

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, no artigo 37, inciso I, o princípio da ampla acessibilidade aos cargos, funções e empregos públicos aos brasileiros que preencham os requisitos legais, assim como aos estrangeiros na forma da lei. No inciso II do mesmo artigo, a Constituição Federal trouxe o princípio do concurso público, ao estabelecer que “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”. Consagrado ao status de princípio, a realização de concurso público para provimento de cargos e empregos no âmbito da Administração Pública surgiu como mecanismo para se assegurar a observância do princípio democrático, bem como dos princípios da impessoalidade ou isonomia, de modo que o Estado Democrático de Direito deve assegurar a todos que preencham os requisitos legais, a participação na administração da coisa pública sem distinção, pautado nos preceitos de honestidade e boa-fé, de modo a evitar que os governantes de ocasião se utilizem dos cargos públicos para favorecimento de interesses pessoais, escolhendo os agentes públicos apenas por critérios políticos e/ou de nepotismo, sem levar em conta o objetivo maior que é atingir um fim de interesse público. Apesar de sua grande importância, a obrigatoriedade e a realização de concursos públicos por parte dos entes integrantes da Administração Pública direta ou indireta, não têm sido suficiente para afastar os gestores públicos da prática de atos contrários à finalidade pública, e direcionados à burla desse mecanismo constitucional de garantia da moralidade administrativa, com a realização de concursos públicos sem que haja a efetiva nomeação dos aprovados, de modo a assegurar, geralmente, a permanência no serviço público de pessoas contratadas sem concurso público, para atender a necessidade “urgente e temporária” de pessoal. São os comumente chamados de “protempores”. Por outro lado, paralelo ao direito dos governados de exigir de seus governantes a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, também surge o direito subjetivo daqueles que se submeteram e foram aprovados em um concurso público, de serem nomeados para o cargo ou emprego público para o qual obtiveram aprovação. Com efeito, se valendo do sistema de freios e contrapesos adotado no nosso país, esses indivíduos têm conseguido, através do poder judiciário, ver assegurado seu direito à nomeação. O Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar diversos processos que têm como objeto a nomeação de candidatos aprovados em concurso públicos, tem reconhecido o direito subjetivo destes à nomeação e posse no respectivo cargo, seja quando aprovados dentro das vagas previstas no edital, seja quando aprovado fora do número de vagas, mas estas surjam durante a validade do concurso, ou seja quando a contratação de servidores temporários comprova a necessidade da administração em preencher vagas existentes.

**Palavras-chave:** Concurso público. Direito subjetivo. Nomeação.

\*Alunos do Curso de Direito - IESP

\*\*Professora Orientadora

Apresentação em painel



## A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SUAS INCURSÕES.

\*Djamere de Sousa  
\*Vanessa Queiroz  
\*Vauherlene Pereira  
\*\*Gabriella Nóbrega

A Lei Maria da Penha, as Delegacias da Mulher, assim como os Juizados Especiais são estruturas conquistadas ao longo de um tempo em que as mulheres agredidas por aqueles que convivem no âmbito familiar não possuíam. Diante desse contexto situacional, o estudo em evidência tem por escopo expor a trajetória que as usuárias destes serviços públicos percorrem no município de João Pessoa-PB. Assim, foram levantados os principais enfrentamentos vividos por estas mulheres, que, ao chegarem fragilizadas nas Delegacias, depois de anos de agressão por parte de seus companheiros, decidem por um fim neste ciclo, crendo que seus direitos serão garantidos. A metodologia utilizada consiste em pesquisa de campo, bibliográfica e documental. É sabido que, em uma sociedade na qual a ideia de família é um recinto inviolável e a dominação masculina contra a mulher é histórica, a imagem da figura feminina é concebida como frágil e dependente de proteção por parte do homem, cujo papel primordial é de prover e proteger. Surgem, no bojo dessa história, a dominação e o sentimento de superioridade que leva à agressão, segundo Maria Berenice Dias, advogada e militante da causa no cenário nacional. Se todas as mulheres conhecessem seus direitos no tocante à questão da agressão, a violência doméstica seria mitigada. No entanto, um dado importante é que a vítima, ao veicular a queixa, nem sempre quer se separar do agressor por motivos peculiares, também não quer que ele seja preso. Sua única vontade é que a agressão cesse. Hoje, os crimes que se enquadram na proteção da Lei Maria da Penha são de ação penal pública incondicionada, a mulher não necessita assinar uma representação, basta que o delegado colha o depoimento, havendo elementos que indiquem a materialidade das agressões instaurando o inquérito policial. A pesquisa de campo revelou que a mudança na lei pouco transformou a realidade dos fatos ocorridos nas delegacias e Juizados Especiais, pois a grande maioria das mulheres agredidas não desejam ver seus companheiros presos, quando chegam na última fase do processo, o julgamento, decidem lograr o perdão judicial acreditando que cessarão as agressões, pois os agressores, ao serem denunciados, mudam o comportamento, mesmo que pareça ser permanente, as estatísticas demonstram que o ciclo se inicia.

**Palavras-chave:** Historicidade. Violência doméstica contra a mulher; Lei Maria da Penha.

\*Alunas do Curso de Direito de IESP

\*\*Professora Orientadora

Apresentação em Painel

## Direitos da personalidade para as partes do corpo naturalmente desprendidas

\*Raphael Bruno Veloni\*  
Maryland Medeiros da Silva\*  
Victor Hugo Lins A. Andrade\*  
Luciana Cavalcante Brito\*\*

Em uma sociedade pós moderna, na qual o avanço tecnológico, torna situações inusitadas parte do cotidiano da população, é imprescindível uma releitura dos institutos do direito civil. Esse ato deve se realizar com base na Carta Magna, nos tratados e convenções internacionais, objetivando aproximar o direito da realidade social, sem que com isso venha a legitimar abusos. Interessante tema é a proteção dos direitos da personalidade na atualidade. Um sistema poroso, criado pelo direito civil constitucionalizado, composto por cláusulas gerais e conceitos indeterminados permite a tutela desses direitos personalíssimos em um contexto de frenéticas mudanças sociais. O Código Civil consagra, em rol exemplificativo, os direitos da personalidade nos artigos 13 a 21, garantindo a integridade física, psíquica e intelectual de seus titulares. A integridade física é representada pelo direito à vida, ao corpo vivo, ao corpo morto e à autonomia do paciente. Cabe ressaltar que a vida digna também constitui direito a integridade intelectual e a psíquica. O artigo 13, ao garantir o direito ao corpo vivo, também faz alusão as partes que dele eventualmente se desprendam. Logo pode-se observar que constitui equívoco alegar que o corpo humano é uma estrutura única e indivisível, devendo a lesão à essas partes eventualmente separadas constituir dano extrapatrimonial. Importante observar que o dano extrapatrimonial é gênero da espécie dano moral, estético ou qualquer outro que configure como afronta a dignidade da pessoa humana. A Reclamação 2040/DF constitui emblemático caso de afronta ao direito do corpo vivo, no qual a placenta da atriz mexicana Glória Trevis foi utilizada, sem a sua permissão, para realização de exame de DNA. Peculiar situação, é saber se o sêmen pode se caracterizar como parte do corpo humano, conseqüentemente a possibilidade de garantir direitos da personalidade sobre o mesmo. Essa caracterização é imperiosa para solução de casos atípicos ocorridos na Inglaterra. O cônjuge varão havia se arrependido de realizar uma fertilização in vitro, antes que o embrião viesse a ser implantado no útero de sua companheira, não sendo ainda considerado nascituro e também não detendo direitos da personalidade. Fora utilizada uma fertilização in vitro ou em proveta, que se diferencia da inseminação artificial. A decisão dos tribunais e da doutrina negava a existência do direito de arrependimento ao cônjuge varão, cabendo a sua companheira a decisão de implantar o embrião. O companheiro foi obrigado a reconhecer a paternidade. Questionável entendimento por afrontar direito da personalidade, negar existência do material genético do cônjuge no embrião, e não garantir o princípio do planejamento familiar. Esse trabalho objetiva, de forma concisa, pontuar os fundamentos para proteção ao corpo vivo, especialmente as partes eventualmente separadas. Ao mesmo tempo busca observar as soluções dadas por outros ordenamentos para caso ainda não ocorridos no Brasil.

Palavras-chaves: Direitos da personalidade. proteção ao corpo. Planejamento familiar.

\*Aluno do Curso de Direito do IESP

\*\*Professor Orientador

Apresentação Oral

## Responsabilidade civil digital nas Redes Sociais

Victor Hugo Lins Almeida de Andrade\*  
Marylan Medeiros da Silva\*  
Raphael Bruno Veloni\*  
Luciana Cavalcanti Brito\*\*

A revolução digital trazida pela internet modificou radicalmente o comportamento humano e principalmente a forma como o homem interage com o mundo. Com o passar dos anos, a sua velocidade e potencial de compartilhamento de informações fez com que sua presença deixasse de ser meramente colaborativa e se tornasse essencial para o funcionamento da sociedade moderna como um todo. Progressivamente ela foi sendo incorporada no dia a dia, e como não poderia ficar de fora do contexto em que se encontra inserido, o Estado incluiu a internet na sua praxe administrativa. Desde as mais simples trocas de mensagens através de e-mails, até os mais complexos procedimentos licitatórios em pregões eletrônicos, ela se faz necessária à concretização de princípios constitucionais que regem a administração pública, como a eficiência e a impessoalidade. No campo das relações privadas, ela trouxe uma nova forma de trocar e adquirir produtos através do comércio virtual, e suas consequências se igualam - quiçá até superam - a das grandes navegações e revolução industrial. A internet também modificou a forma como se relacionam as pessoas, e o maior exemplo disso é o uso das redes sociais. Elas ganharam o mundo e modificaram, irreversivelmente, o ambiente cultural do atual século. As redes sociais ostentam um potencial infinito para a divulgação de informações e troca de conteúdo entre seus usuários. O problema se encontra quando determinadas pessoas se valem da impessoalidade que reveste a rede mundial de computadores para cometer a prática de atos ilícitos, imaginando que sua identidade não será revelada. Caso esta conduta gere um prejuízo à determinada pessoa, configura-se a obrigação de reparar o dano e consequentemente sua responsabilização. É nesse cenário que o tema da apresentação encontra-se inserido. O trabalho em tela busca fornecer uma análise atualizada da jurisprudência nacional, focada na responsabilidade civil digital dos provedores de conteúdo nas redes sociais. Apesar do tema ser bastante controvertido nos julgados de primeira instância, o Superior Tribunal de Justiça tem adotado um posicionamento reiterado em seus precedentes quando se trata da responsabilidade civil. Ao decorrer da apresentação serão discutidos temas de grande relevância, como se há ou não a incidência do CDC nas relações envolvendo usuários e provedores, qual a responsabilidade destas empresas pelo conteúdo disponibilizado em suas páginas, dentre outros. Objetivando expor de forma sucinta as decisões paradigmáticas acerca do assunto, o presente trabalho acaba que servindo como uma orientação aos internautas a respeito de qual o procedimento mais eficaz a ser adotado caso sejam vítimas de publicações ofensivas.

Palavras-chaves: Responsabilidade civil. Redes sociais. CDC.

\*Aluno do Curso de Direito do IESP

\*\*Professor Orientador

Apresentação Oral

## **Breve explanação sob o ponto de vista constitucional-trabalhista dos adicionais de penosidade, periculosidade e insalubridade**

Marylady Medeiros da Silva\*  
Victor Hugo Lins Almeida de Andrade\*  
Raphael Bruno Veloni\*  
Luciana Cavalcanti Brito\*\*

A Revolução Industrial marcou a passagem do feudalismo para o capitalismo, trazendo, em consequência, as primeiras grandes alterações nas relações trabalhistas que refletem até os dias atuais. Naquela época as condições ambientais de trabalho não possuíam boa qualidade, e pouco importava a idade do trabalhador, que era introduzido no mercado por volta dos seis anos de idade. As horas que se trabalhava eram aquelas necessárias ao cumprimento da tarefa, chegando a 15 horas por dia e, ao fim do mês, o salário era pago de forma irrisória, não sendo suficiente, sequer, para a garantia de uma vida digna e, sobretudo, saudável. Depois de muitos movimentos coletivos, revoltas sociais e greves, os trabalhadores começam a conquistar seus direitos, em face das primeiras normas legais, criadas com a finalidade precípua de por fim aos conflitos. Como consequência, eis que se começa a perceber os primeiros sinais da possibilidade de condições mais justas e favoráveis à humanização nas condições de trabalhos ofertados que, ao menos teoricamente, passam ao obreiro maior segurança, dignidade e liberdade. Nasce então o benefício do adicional de insalubridade, que com um objetivo diverso do que representa nos dias atuais, buscava apenas suprir as necessidades calóricas de cada empregado. Em contrapartida, desonerava o empregador de investir em condições que fossem mais apropriadas ao ambiente laboral e das doenças que acometiam os seus trabalhadores. Ou seja, em verdade o empregador passou a obter mais benefícios. No ordenamento jurídico brasileiro surge, nos idos de 1950, um segundo adicional, o de periculosidade, a fim de compensar, com um acréscimo de 30% no salário, os empregados que laboravam exclusivamente em atividades com inflamáveis. A Constituição Federal de 1988 traz em seu rol de direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além dos benefícios já explicitados, o adicional de penosidade que, infelizmente, ainda não possui regulamentação jurídica, mas representa, junto aos demais, um direito ao trabalhador brasileiro. Apesar da modernidade e dos avanços tecnológicos, é certo que muitos ofícios ainda trazem riscos à saúde e à qualidade de vida do trabalhador, fazendo recair sobre seus direitos os adicionais de insalubridade, periculosidade ou penosidade que, na forma estabelecida no artigo 193, parágrafo 2º, da CLT, terá que optar pelo adicional que lhe for mais benéfico. Entretanto, com respaldo nas normas protetivas da OIT (Organização Internacional do Trabalho) – do qual o Brasil faz parte e tem ratificado convenções –, e na necessidade de se atualizar constantemente a legislação no que diz respeito aos agentes nocivos do trabalho, o TST, em recente decisão, reviu seu posicionamento e declarou a inconstitucionalidade do referido artigo de lei. O trabalho em tela busca de maneira sucinta expor os principais aspectos desta decisão paradigmática do Tribunal Superior do Trabalho, numa demonstração coerente da evolução dos direitos do trabalhador, que poderá abrir novos precedentes acerca do tema, modificando todo um posicionamento que já se encontrava consolidado na prática trabalhista.

Palavras-chaves: Penosidade. Periculosidade. Insalubridade

\*Aluno do Curso de Direito do IESP

\*\*Professor Orientador

Apresentação Oral

**ALIENAÇÃO PARENTAL: guarda compartilhada mecanismos mais eficazes na diminuição de sua ocorrência.**

Fabiana Juvêncio Aguiar Donato\*  
Marcelo Cadete\*  
Marinésio Peixoto\*  
Genildo Lucena\*\*

Esse trabalho busca promover uma análise sobre o reflexo da alienação parental na promoção do desenvolvimento da pessoa humana. Com este estudo, discutimos a importância da reflexão sob a questão da alienação parental voltada para as crianças. Assim, essa análise estará voltada para a seguinte problemática: Como a alienação parental poderá promover o desenvolvimento afetivo da pessoa humana? Para nos ajudar a discorrer sobre esta e outras questões no percurso desse trabalho foi necessário pesquisas bibliográficas e revisões doutrinárias referentes a temática em andamento. Segundo pesquisa realizada pelo IBGE, o número de famílias cresceu exacerbadamente, os divórcios triplicaram e, os de casamentos formalizados e legalizados sofreram um prejuízo considerável. Então ao outorgar o conceito da instituição família, para Gardner que baseou-se num modelo tradicional, no qual consiste numa relação entre pais biológicos e filhos também, biológicos, a alienação pode ser realizada pelos avós ou por qualquer um que tenha a guarda da criança, como consta na lei 12.318 /2010. Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. (...) § 3º. Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. § 4º. Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. Para o artigo 6º dessa lei que traz as medidas imputadas aos causadores desse tipo de conflito familiar, tais como: guarda compartilhada, inversão de guarda, pagamento de multas, entre outras. A lei não procura impor formas de punição aos alienantes, a responsabilidade penal coloca-se em última instância somente quando as demais medidas não surtirem efeito. Uma das constatações realizadas pelos profissionais que atuam na área é de que a guarda compartilhada tem sido um dos mecanismos mais eficazes na diminuição da ocorrência da alienação parental. Em meio a essa temática surgiu um projeto de lei 4.853 /2008 proposto pelo deputado Regis Fernandes de Oliveira que visava a punição aos genitores alienantes projeto esse que sofreu um longo tramite e só em 2010 foi aprovada a lei 12.318. Ao finalizarmos nosso trabalho buscaremos uma conscientização entre os partícipes da questão sobre as consequências vindouras, que poderão acarretar no desenvolvimento mental, afetivo e socioeconômico para as crianças que estejam envolvidas em processo de separação familiar.

Palavras-chaves: Alienação parental. Crianças. Família.

\*Aluno do Curso de Direito do IESP

\*\*Professor Orientador

Apresentação Oral

## **Avaliação de conforto e readequação do ambiente da lanchonete Amigos Lanches**

\* Daniele Dias dos Santos;  
\*Kalina Maria Araújo Cabral de Melo  
\*\* Larissa Nascimento dos Santos

Este trabalho refere-se a um estudo sobre o conforto nas lanchonetes, abordamos temas como: o conforto térmico, luminotécnico e acústico. Com base nas informações adquiridas em pesquisa, escolhemos uma lanchonete para aplicar o conhecimento adquirido. O ambiente escolhido foi à lanchonete Amigos lanches, é especializado em oferecer refeições rápidas, sejam elas: jantar ou lanches, no período diurno e noturno. Esta fica localizada no campus da Faculdade IESP/ FATEC-PB, localizada no município de Cabedelo – Paraíba. Aqui nós levantamos as problemáticas existentes na lanchonete de acordo com as normas de conforto. A metodologia utilizada foi a aplicação de questionários com os alunos que são clientes desta lanchonete, medições in loco com o luxímetro digital, a bússola e o termo-higro-decibelímetro, nos horários de pico da movimentação da lanchonete e em horários mais calmos para obter os resultados de quantidade de luz e a quantidade de ruído, que existe em cada ambiente da lanchonete, também foi calculado a área útil de abertura para verificar se há ventilação suficiente e o levantamento de todos os móveis e eletrodomésticos existentes. Quem determina se um serviço é de qualidade é o cliente e analisando os resultados da pesquisa de satisfação feita com os clientes observamos que a grande maioria dos consumidores reclama do ambiente ser pequeno, de não suportar a quantidade de alunos apresentados, como também a falta de recursos para acessibilidade de cadeirantes. A partir dos resultados da pesquisa e do programa de necessidades da lanchonete, propomos um projeto de reforma e readequação do ambiente de acordo com as normas de ventilação, iluminação e acústica. A execução desta reforma tornará o ambiente de atendimento aos clientes mais agradável e aumentará rendimento e a satisfação dos funcionários. Com isso concluímos que um projeto dentro das normas de conforto trás ao consumidor e ao trabalhados melhores condições de vida.

**Palavras-chave:** Lanchonete, Conforto, Acústico, Térmico, Iluminação.

\* Aluno do Curso de Graduação em Design de Interiores – FATECPB

\*\* Professor Orientador

## A Arte Renascentista Além-Itália

Aluno: Isabelli Roberto Rodrigues  
Professor: Flavia Giangiulio Taveira

O estilo renascentista tomou proporções além-Itália e havia sido difundida em outros países da Europa que muito ainda vivenciavam a arte gótica, bem como nos países baixos e na Alemanha. Arte esta muito presente principalmente em terras germânicas. Estima-se que, por volta do século XV, alguns artistas já apresentavam em suas telas características específicas da arte renascentista, tanto na forma e nas linhas, como nos instrumentos utilizados em suas obras. A tinta a óleo – ainda usada atualmente pelos artistas – foi um material de máxima importância para o avanço e o aperfeiçoamento da pintura renascentista. Entretanto, o estilo renascentista não faz parte exclusivamente da pintura. Os arquitetos holandeses e alemães tinham uma grande preocupação e interesse em fazer igrejas e catedrais que pudessem superar a imponência da arquitetura gótica. Enquanto o estilo gótico enaltece a supremacia do divino, o renascimento contempla o ser humano na posição daquele que possui o poder (outrora divino) de modificar as coisas do mundo e, conseqüentemente, a sua própria história. Logo, as igrejas e catedrais renascentistas possuíam vários lugares visíveis com pinturas e esculturas com representações personificadas e com características bem humanas, desde o seu aspecto às suas ações, antagônico aos santos anteriormente distantes de nós. Na Alemanha, quem principiou a pintura renascentista foi o artista Dürer. Outros artistas tentaram antes dele, mas encontraram dificuldades e não tiveram muita aceitação, visto que a cultura gótica estava muito enraizada nestas regiões. Bosch, Brugel e Holbein são alguns dos pintores mais importantes do período renascentista na Germânia. Contudo, mesmo diante de tantos problemas para que fosse aceito um novo jeito de se expressarem artisticamente, os renascentistas conseguiram expor seus trabalhos com certa sutileza. Assim como nos países baixos e na Alemanha, a Inglaterra e a França demoraram um pouco para vivenciar o renascimento. Porém, logo que isso ocorreu, iniciaram produções artísticas em massa. Produções estas, das quais retiramos influências até hoje. Um dos maiores dramaturgos renascentistas, o William Shakespeare, ainda faz parte das nossas vidas, através de suas peças. Como por exemplo: Hamlet e Romeu e Julieta, entre outros. Suas peças se tornaram, posteriormente, em literatura. Há também autores e produtores que tentam adaptar as obras de Shakespeare para o cinema, outros criam histórias baseadas nelas. Se Shakespeare não faz parte das nossas vidas por livre e espontânea vontade, ele está sempre presente nas escolas, nas universidades, nos concursos e, também em nossos momentos de deleite. A arte renascentista é nada mais que uma busca de restaurar o conhecimento ocidental perdido pela imposição do cristianismo. Conhecimento este construído por filósofos, poetas, matemáticos, dramaturgos e artistas Greco-latinos. A tentativa de um retorno as nossas origens fez outra civilização ocidental surgir com uma fusão do novo e do velho. A arte renascentista não se estabeleceu desses lugares como na Itália, por exemplo. Mas deu origem a majestosos artistas que se eternizaram ao longo dos tempos pela grandiosidade de suas obras.

Palavras-chave: Artistas Renascentistas, Arte na Itália, Arte Renascentista.

Aluno do Curso de Graduação em Design de Interiores – FATECPB  
Professor Orientador: Flávia Giangiulio Taveira

## A TEORIA DA FORMA ALIADA À PRÁTICA NA DEFINIÇÃO DOS INTERIORES.

FREIRE DE OLIVEIRA, Maria das Graças\*  
COSTA, Patrícia de Lourdes Casadei\*\*

Este estudo tem como principal motivação discutir a trajetória da teoria diante da prática projetual em Designer de Interiores, com vistas à compreensão dos reflexos na aplicabilidade dos Elementos da Linguagem Visual e seus benefícios estéticos e comportamentais. A pesquisa, de natureza exploratória e qualitativa, baseia-se na revisão da literatura com referência às vertentes teóricas e nas entrevistas com os profissionais da área, a propósito da pertinência do debate em torno do modelo projetual. Os resultados contribuirão para a análise crítica no que diz respeito às mudanças de paradigmas culturais e projetuais. Refletir sobre a afinidade da fundamentação teórica e a sua aplicação nos ambientes, tem trazido claras mudanças de paradigmas na estrutura do comportamento humano em relação ao espaço. Entre os muitos fatores que envolvem a elaboração de um projeto de interiores, o conhecimento e a utilização da Teoria da Forma são imprescindíveis para se chegar à harmonia, equilíbrio e funcionalidade. Ao uso dessas ferramentas deve-se associar a criatividade à utilização de metodologias, unidas à compreensão da complexa interação homem-ambiente nos níveis psicológico, sociocultural e comportamental. O projeto é o núcleo central da atividade, enquanto o ateliê é o centro de convergência de ideias e significância dos elementos teóricos na definição dos interiores. Ensinar a projetar constitui, também, instigar a criação e despertar o senso crítico nos alunos, diminuindo-se as distâncias disciplinares e metodológicas e favorecendo a consecução de um projeto com características próprias. Com a revisão do projeto baseado nos avanços tecnológicos e no desenvolvimento científico delineiam-se, novas ideias no campo do Design de Interiores e a reflexão crítica quanto ao papel dos profissionais. Essas experiências beneficiam os usuários ao desencadearem emoções positivas, ao desfrutarem dos efeitos da interação com os serviços e a garantia do conforto e da qualidade de vida recompensados.

**Palavras-chave:** Design de Interiores, Projeto, Teoria da forma.

\*Aluna do Curso de Design de Interiores

\*\*Orientadora



## Cotas para Afrodescendentes nas Universidades Públicas

Mariana Silva Gomes\*  
Maria Adelice da S. Luz\*\*

Políticas afirmativas são medidas temporárias criadas para integrar um certo número de pessoas na sociedade, de modo a aumentar a representação desse grupo em esferas sociais. O sistema de cotas nada mais é que uma vertente das ações afirmativas, que tem o objetivo de compensar o desfavorecimento de uma parcela social. Se a igualdade se confunde com democracia, como então assegurá-la e eliminar a discriminação? O sistema de cotas utilizado pelo Governo adota como critério de seleção a auto-declaração que vem gerando muitas discussões nos diversos meios sobre sua eficácia, já que o Brasil apresenta uma população muito miscigenada onde fica difícil de se distinguir as raças. O objetivo do trabalho é discutir se a utilização do sistema de cotas evita realmente a discriminação, ao adotar o critério da auto-declaração, visto que se mostra ineficaz mediante a realidade brasileira. Devido à miscigenação, o sistema de cotas devia se basear na questão econômica com o intuito de proporcionar oportunidades iguais independente da origem racial do estudante. Como base para a pesquisa serão utilizados, pesquisas bibliográficas, manuais, periódicos, Internet, revistas, jornais, e pesquisas de campo. A discriminação existe desde a época da colonização quando os negros eram escravizados pelos considerados brancos sendo apenas meros objetos a serem usados. Com isso, os afrodescendentes nunca tiveram muitas chances na vida, e a intenção do governo é promover a inclusão desses grupos historicamente excluídos das instituições, valorizar as escolas públicas onde está a maioria dos alunos de classe baixa e média, garantir um quadro de alunos com o mais variado histórico e perfil social, étnico e cultural, reduzir as desigualdades sociais, além de reafirmar sua política de ações afirmativas para inclusão social. Porém, o critério adequado para a seleção é a questão econômica segundo a realidade social dos estudantes pré-universitários. Segundo a Constituição todos são iguais perante a lei, sem distinções de raça, cor, sexo e religião. No entanto, a questão da igualdade é tratada sob o vértice da máxima aristotélica que preconiza o tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais na medida dessa desigualdade. É notório que o Governo não oportuniza igualmente a entrada dos estudantes em suas universidades por não oferecer ensino público de qualidade, gerando, com isso, desigualdades de desempenho no processo de seleção do vestibular. Devido esta realidade, se faz necessária a utilização de um sistema de cotas tendo como base os critérios econômicos como meio paliativo para suprir as desigualdades até o momento em que o Estado equiparar o seu ensino médio e fundamental público com o ensino privado.

Palavras-Chave: sistemas de cotas; critério de escolha; políticas afirmativas

\* Aluna do Curso de Direito

\*\* Orientadora

## EDUCAÇÃO-CIDADÃ PARA UMA SOCIEDADE HUMANITÁRIA

João Paulo da Cunha Santos\*  
Maria Adelice da S. Luz\*\*

A iminente necessidade de criação e sistematização de uma política inclusiva de Educação Social com ênfase nos Direitos Humanos é um problema progressivo que tem gerado inúmeras discussões, principalmente no tocante ao contexto social brasileiro que é intrinsecamente marcado por uma marginalização social baseada na exclusão proveniente do nosso meio cultural, que só será modificada mediante a implantação da Educação Cidadã, que sustenta a concepção dos direitos humanos na educação com vistas a implantar a consciência de que a pessoa humana é o primeiro dos valores. O objetivo desta investigação consiste em realizar um diagnóstico sobre a atuação das ONG's, do governo e da sociedade na promoção da referida Educação Cidadã visando à defesa dos Direitos Humanos. A metodologia empregada nesse estudo foi realizada na internet e em livros, partindo a pesquisa do entendimento doutrinário e da legislação. O crescente número de casos e relatos sobre discriminação no país causou uma grande preocupação governamental e da sociedade organizada originando políticas públicas governamentais voltadas à minimização das causas geradoras desta exclusão social. A partir desta necessidade surge a reivindicação de uma sociedade mais justa e igualitária voltada a ações mais eficazes objetivando a inclusão social dos mais desfavorecidos, desenvolvidas através da parceria Estado-Sociedade, oriunda do Terceiro Setor, que se caracteriza por não ser público nem privado, sendo este responsável pela manifestação de interesses, valores e crenças, surgindo assim os Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDH), para beneficiar os socialmente excluídos, tornando-se um veículo crucial na participação cidadã, reflexo da pluralidade social e proporcionando educação através de projetos político-pedagógicos e social. Os mecanismos implantados para a geração e efetivação das políticas públicas governamentais têm sido basilar à conscientização humana e a formação de agentes multiplicadores da Educação Cidadã advinda da humanização dos direitos sociais voltados a conservação e formação de uma consciência ética fundamentada no respeito e na cidadania através de um exercício do trabalho em parceria do Governo, Terceiro Setor e sociedade.

Palavras-Chave: Educação em Direito Humanos. Terceiro Setor. Exclusão e Inclusão Social.

\* Aluno(a) do Curso de Direito

\*\* Orientador(a)

## ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Antônio Elias Sobrinho\*  
Vital Borba de Araújo Júnior\*\*

O assédio moral é recente no mundo jurídico, embora haja indícios que desde os primórdios das relações trabalhistas existam diferenças de tratamento para os trabalhadores. Doravante, com um importante diferencial, a vítima dessa nova figura do direito laboral passa a ser protegida pela Justiça do Trabalho. Esta pesquisa visa analisar a ocorrência do assédio moral no ambiente do trabalho, à luz do contexto organizacional brasileiro, discutindo aspectos como o poder de direção do empregador frente ao trabalhador; a insuficiência de normas para garantir os direitos fundamentais e aferição da ilicitude dos atos. A metodologia empregada será a análise de relatos extraídos de processos judiciais trabalhistas por danos morais, tendo como fonte principal os julgados da Justiça do Trabalho. O assédio moral caracteriza-se por ser uma conduta abusiva, de natureza psicológica, que expõe o trabalhador a situações de perseguição e humilhação, no exercício de suas funções, durante a jornada de trabalho, capazes de deteriorar sua integridade psíquica. Constitui ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana e quebra do caráter sinalagmático do contrato de trabalho, autorizando a extinção da relação empregatícia por justa causa do empregador, ensejando inclusive, indenização por dano moral. O texto constitucional, no artigo 1º, incisos III e IV, valorou a dignidade da pessoa humana bem como enalteceu o valor social do trabalho e, nesse contexto, consagrou a possibilidade de buscar indenização decorrente de dano moral (artigo 5º, V e X). Entretanto, no ordenamento brasileiro, existem apenas alguns projetos de lei federal em andamento que visam coibir o assédio moral no ambiente de trabalho. O que se encontra atualmente normatizado no Código Civil é a responsabilização civil do empregador por ação voluntária (artigos 186 e 187) como a pelo fato praticado por empregado ou preposto no exercício do trabalho que lhe competir (artigo 932, inciso III), respondendo o empregador independentemente de culpa, cabendo-lhe, entretanto, segundo o artigo 934, o direito de regresso. Dessa forma, as causas trabalhistas, com pedidos de indenização por danos morais, refletem a não aceitação da subordinação imposta pelo empregador e constitui-se em reação legítima à impunidade dos que praticam o assédio moral, sendo vitoriosas não apenas pelo ganho financeiro, mas também como ato inibidor de tratamento desumano nas organizações. O trabalho a realizar-se nas organizações é uma reeducação de valores, implicando uma mudança cultural, com a implantação de um código de ética e de conduta de todos os empregados. Não há como aceitar a impunidade do causador do dano, caso ocorra uma gravosa afetação na condição de subordinação do trabalhador frente ao empregador, não sendo a punição na esfera criminal suficiente para a vítima sentir-se ressarcida dos danos sofridos, necessitando-se uma reparação na esfera econômica, em maior proporção. Portanto, lutar contra o assédio moral no ambiente de trabalho é contribuir com o exercício concreto e pessoal de todas as liberdades fundamentais.

Palavras-Chave: dano moral; Constituição Federal; responsabilidade civil.

\* Aluno(a) do Curso de Direito

\*\* Orientador(a)

Apresentação Oral

## Liberdade Provisória em Crimes Hediondos

Gilberto Bruno Mesquita\*  
Fabiano Emídio de Lucena Martins\*\*

A CF estabelece, como direito fundamental do indivíduo, a liberdade de locomoção em todo o território nacional (art. 5º, XV), a regra é a liberdade, a exceção é a sua privação. Assim, a CF, ao garantir como direito que somente haja prisão em flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada do juiz competente, garante também que ninguém será privado de sua liberdades se a lei admitir liberdade provisória, com ou sem fiança (art. 5º, LXI e LXVI). A liberdade provisória é um direito constitucional que não pode ser negado se estiverem presentes os motivos que a autorizem. O objetivo geral desse trabalho é analisar criticamente a Lei 8072/90, sob o ponto de vista da possibilidade de concessão da liberdade provisória para autores de crimes hediondos. E como objetivos específicos compreender as hipóteses de liberdade provisória, na legislação processual penal brasileira assim como demonstrar que a restrição à essa liberdade nos casos de Crimes Hediondos não encontra fundamentos na Constituição Federal. Pesquisa bibliográfica de livros e artigos de doutrina jurídica e decisões jurisprudenciais inerentes ao assunto. A Lei dos Crimes Hediondos (8.072/90) foi criada em face aos crimes brutais de pessoas nacionalmente conhecidas dos quais provieram um sentimento de revolta, culminando com a busca de uma lei mais justa e severa de efeitos mais céleres. A questão controversa concernente ao assunto provém de que o direito-garantia individual da liberdade provisória, expresso no art. 5º, inc. LXVU, muitas vezes não vem sendo respeitado, caracterizando assim constrangimento ilegal. Fica certo que existe uma evidente inconstitucionalidade, porque, se a CF/88 estabelece que os crimes hediondos e assemelhados são apenas inafiançáveis, não pode o legislador ordinário ampliar aquela restrição constitucional, dizendo-os também insuscetíveis de liberdade provisória.

Palavras Chaves: Direito Penal, Crimes hediondos, Liberdade provisória.

\* Aluno(a) do Curso de Direito

\*\* Orientador(a)

## A MAIORIDADE PENAL

Patrícia Cristiane Ferreira\*  
Fabiano Emídio de Lucena Martins\*\*

Com a crescente onda de violência que acomete o país, mormente no que diz respeito à prática de fatos definidos como crimes por parte de adolescentes, faz-se necessário discutir se os menores infratores devem continuar recebendo o tratamento que a atual legislação dispensa a eles, ou, se é urgente uma alteração na lei para permitir a redução da maioridade penal. Este trabalho tem como objetivo retomar criticamente a discussão sobre a maioridade penal no direito brasileiro, trazendo argumentos que nos levarão a concluir que não é com a redução da idade que se conseguirá a diminuição da criminalidade. Primeiramente, dar-se-á enfoque ao problema de que a redução da maioridade de 18 anos para 16 anos, ou até menos, não vai acabar com a criminalidade praticada pelos adolescentes. Em segundo lugar, proceder-se-á a uma investigação crítica da história da maioridade penal no direito brasileiro, levando-se em conta que, para diminuir a violência, faz-se necessária a realização de modificações estruturais na sociedade, tais como maiores oportunidades de emprego, estudo, trabalho e condições satisfatórias de habitação. É evidente a necessidade de investimentos na educação, mas não adianta preparar os jovens para o mercado de trabalho, se não há trabalho para todos no Brasil. Outro fator que não deve ser esquecido é o chamado *crime organizado*: os jovens e as crianças na sua maioria são primeiramente aliciados pelo exército das drogas e, depois, começam com a prática de pequenos furtos, até chegar a roubos e extorsões seguidos de homicídios com requintes de crueldade. O Estado tem perdido a luta contra esse tipo de criminalidade organizada. Pesquisa bibliográfica, método analítico-conceitual e o método normativo. Com este trabalho, visa-se a contribuir de alguma forma para que a sociedade participe mais ativamente das decisões do país, fomentando a discussão, para se tentar mudar a mentalidade das pessoas, que, na sua grande maioria, influenciadas por uma mídia sensacionalista, urge por alterações radicais e superficiais na legislação vigente que, com certeza, não irão resolver o problema.

Palavras-Chaves: Direito Penal - Criminalidade – Maioridade Penal.

\* Aluno(a) do Curso de Direito

\*\* Orientador(a)

## A EFETIVIDADE DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR NO ÂMBITO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Patrícia Cristiane Ferreira\*  
Fabiano Emídio de Lucena Martins\*\*

Nos anos noventa, dois fatos constituíram-se em um marco para as relações de consumo no âmbito bancário. O primeiro deles foi o advento do Código de Defesa do Consumidor que estabeleceu uma nova fase na relação banco-cliente. Por outro lado, o desembarque das instituições financeiras estrangeiras no mercado brasileiro, promoveu uma maior internacionalização dos bancos privados nacionais. Este processo foi, sem dúvida, um saudável acontecimento para a economia, proporcionada pelo aumento das possibilidades das empresas brasileiras captarem recursos financeiros e tecnológicos no exterior e pelo aumento da competição bancária, ocasionada pelo esforço de oferecer melhores serviços ao público consumidor. O presente trabalho analisará aspectos específicos da microeconomia bancária quanto à efetividade dos direitos do consumidor em seu relacionamento com as diversas instituições financeiras. Nesse mister, três diferentes abordagens serão adotadas: a análise da internacionalização do Sistema Financeiro Nacional; as características do equilíbrio da relação consumidor-banco; e por último uma discussão sobre os meios de defesa em juízo, do consumidor bancário. A metodologia a ser utilizada nessa pesquisa tem caráter teórico, desenvolvida na forma de um estudo exploratório. A pesquisa exploratória, se coaduna com os objetivos desse trabalho pois ela permite ao pesquisador, desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, formular problemas mais precisos ou hipóteses mais consistentes para estudos posteriores. O Código de Defesa do Consumidor revolucionou as relações vividas na sociedade brasileira, impondo a partir da sua vigência, o fornecimento de produtos e serviços segundo os melhores padrões de qualidade, confiabilidade e segurança. A defesa do consumidor possui respaldo na Constituição Federal que a elevou à categoria de princípio geral da atividade econômica (art. 170, V). Todos os segmentos da economia nacional submeteram-se a essa evolução legislativa, inclusive as instituições bancárias e financeiras. O Sistema Financeiro Nacional protagonizou uma outra “revolução”, quando o Estado passou a autorizar a ampliação da presença dos bancos estrangeiros. A internacionalização ganhou fôlego a partir da aprovação pelo Presidente da República, em agosto de 1995, da Exposição de Motivos nº 311, a qual defendeu ser de interesse nacional a entrada e o aumento da presença de bancos estrangeiros, na medida em que essas instituições agregariam mais recursos e trariam a melhoria do atendimento ao público em geral. É dentro desse contexto que as relações fornecedor-cliente nesse mercado de serviços tem sofrido, nos últimos anos, profundas modificações decorrentes, sobretudo, de fatores como a competitividade, os avanços tecnológicos e o novo perfil do consumidor, mais exigente e consciente de seus direitos. A Lei de Defesa do Consumidor, ainda que não seja suficiente para estabilizar as relações bancárias, garante ao consumidor e ao sistema financeiro, maior coerência no seu relacionamento, suprimindo a hipossuficiência das partes, quer sejam contratantes ou litigantes. A análise dessa relação jurídica é, pois, o tema central desta pesquisa, que busca compreender a aplicação e integração do direito do consumidor de acordo com os princípios fundamentais da Constituição na realidade do sistema bancário.

Palavras-chave: Direito; Consumidor; Bancos.

\* Aluno(a) do Curso de Direito

\*\* Orientador(a)

## 1951-2012: A CULTURA DAS TELENÓVELAS

:  
\* Dayanne Karla,  
\* Priscilla Maia,  
\* Vinicius Nóbrega  
\*\* Luciana de Lima Martins

As telenovelas são os programas de maior audiência da televisão brasileira. A produção nacional das novelas tem o seu início a partir do ano de 1951 e a sua grande audiência garantiu a sua permanência até os dias atuais, bem como, a sua continuidade no horário nobre da televisão. Incorporando as diversidades culturais do Brasil, contemplando os estratos sociais, abrangendo um leque de temas e valores, influenciando de forma direta o cotidiano das pessoas, criando tendências e expressões são consideradas produtos tipicamente brasileiros. Elas se caracterizam por explorar enredos de fácil aceitação pelo público, como conflitos familiares, sociais e histórias de amor. Os telespectadores acreditam que aprendem enquanto assistem às novelas, pois elas abordam temas polêmicos, gerando uma discussão sobre o assunto. Os telespectadores, na maioria das vezes, dialogam e apreendem muitos valores, linguagem, hábitos e contribuem para a construção do universo cultural do seu público. As novelas utilizam os figurinos dos personagens da trama, para criar tendências na maneira de vestir, de se comportar e de agir, visando estimular o consumo dos telespectadores. O perfil das telenovelas, com a inclusão do merchandising social, se tornam mais próximas do cotidiano das pessoas, ao abordarem os problemas sociais. Atingindo o maior público possível, contemplam conflitos e dramas referentes a todas as faixas etárias, classes sociais, e de preferência também abrangem o meio urbano e o rural. As novelas tentam fazer uma espécie de grande painel da sociedade brasileira, mas sem enfrentar seus verdadeiros problemas, tendo um caráter predominantemente conservador. A sociedade brasileira apresenta-se mais suavizada, mais palatável, na qual os conflitos sociais se traduzem em conflitos sentimentais. A novela consegue levar o público a um mundo de fantasias e sonhos, e ao mesmo tempo, mostrar os personagens com os quais o público se identifica criando laços fortes de envolvimento emocional. As pessoas, através do processo de educação sentimental, entram em contato com situações e sentimentos e, através deles refletem sobre suas vidas, garantindo o sucesso da novela e a audiência da emissora.

**Palavras-chave:** Telenovela; Televisão; Brasil

\*Alunos de Publicidade e Propaganda – IESP

\*\*Orientadora:

**Apresentação em painel**

## GESTÃO DE MARKETING NA ESTRATÉGIA DE PREÇOS

\* Fernando Werner da Silva

\*\*Antonio Augusto Albuquerque Vaz

As mudanças na motivação e no comportamento do consumidor desta primeira década do milênio são latentes, hoje as preferências de marcas estão caindo e o preço esta tomando seu lugar como o fator principal de uma ampla faixa de decisões de compra, como o comportamento na situação em que todas as marcas são basicamente similares e a escolha final é feita com base no preço ou em incentivo especial. A capacidade de uma empresa de lidar com seus clientes individualmente viabilizou-se mediante avanços na customização em massa. O marketing é a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às relações de troca, orientadas para satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos da organização. É através de ferramentas existentes no *marketing* que as organizações vão traçar estratégias capazes de identificar e atender as necessidades do cliente e através de pesquisa constante, desenvolver uma estratégia de preços que proporcione ao mesmo tempo maior margem e o maior nível de satisfação do seu público. A gestão de marketing na estratégia de preços causa um impacto no nível de vendas, na margem de contribuição propiciada pelo produto e, principalmente, na posição estratégica desse produto no mercado. Em termos estratégicos, a marcação de preço é algo fundamental, espelhando a sensibilidade da organização aos anseios dos seus consumidores e ao mercado como um todo. O referido artigo tem como objetivo, evidenciar a importância da gestão de marketing na estratégia de preços. A metodologia utilizada foi o método descritivo e bibliográfico, sendo fundamentado por autores da área em comento. Tendo concluído que a gestão de marketing na estratégia de preços consiste em numerosas decisões quanto às atividades de marketing de aumento de valor a serem usadas apresentando vantagens tanto para a empresa como aos consumidores.

**Palavras-chave:** Gestão. Marketing. Preço

\* Graduado em Gestão em Varejo, Pós-Graduado em Gestão Empresarial e Estudante de Pós-Graduação do Curso de Marketing avançado do Instituto de Educação Superior da Paraíba-IESP.

\*\*Mestre em ciências da sociedade e Professor do Instituto de Educação Superior da Paraíba-IESP



## **ESTUDO DE CASO RESTAURANTE JORJÃO: A PRÁTICA DO MARKETING COLABORATIVO E O AUXILIO NA TOMADA DE DECISÃO EMPRESARIAL**

\*Fernando de Oliveira Freitas Neto  
\*\*Antonio Augusto Albuquerque Vaz  
\*\*\*Luciana Rabay

O ramo de atividade de restaurante, que lida diretamente com comida e clientes, tem uma dinâmica muito grande quando o assunto é garantir sua clientela. Trata-se de uma atividade que naturalmente exige grande esforço para manter os seus clientes e fornecedores sempre fiéis. Dessa forma, é de grande valia escutar e entender os anseios dessa parte do negócio. Além de a alimentação se tratar de uma necessidade básica do ser humano, o seu pronto atendimento e da melhor forma possível constitui um ponto muito importante nessa cadeia de relacionamentos. Ou seja, o cliente não quer ser apenas alimentado, mas sim bem alimentado. Este artigo fundamenta-se em um estudo de caso da empresa Jorjão, situada no bairro do José Américo, em João Pessoa. Uma lanchonete que ao longo do tempo foi passando por transformações nas mais variadas esferas como no cardápio e reestruturação física sempre com a colaboração dos clientes. Sendo este último o principal agente de propaganda. Esse foi o principal mecanismo balizador das modificações que sempre foram executadas e que serviu de elemento norteador das ações. A partir da observação dos registros fotográficos, pode-se perceber o quanto essas modificações se fizeram importantes para se encontrar um melhor equilíbrio entre as necessidades dos clientes e as possibilidades operacionais do empreendimento. E tudo com a prática do marketing colaborativo, uma das estratégias mais modernas que aqui será revisado e conceituado. A metodologia utilizada foi a descritiva e de pesquisa de campo, estudo de caso foi feito para promover maior contextualização. Diante do estudo feito, foi demonstrada a evolução do Jorjão, através do seu arquivo fotográfico dando ênfase a sua estrutura finalizada, chegando ao ápice da relação cliente/empresa, em que a interação foi e ainda é a mais eficiente e recíproca possível.

**Palavras-chave:** Marketing Colaborativo; Restaurante Jorjão; Decisões Empresariais.

\*Aluno do Curso de Pós-Graduação em Marketing Avançado - IESP (Instituto de Educação Superior da Paraíba);

\*\*Orientador Mestre em ciências da sociedade pela UEPB e Professor do Instituto de Educação Superior da Paraíba-IESP

\*\*\*Orientadora do Artigo Científico – IESP (Instituto de Educação Superior da Paraíba)

**Apresentação Oral**

## ENTREVISTA AO CÉREBRO – A IDENTIFICAÇÃO DE METÁFORAS PROFUNDAS PARA A ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE MARKETING EFICIENTES

\*Henrique Ribeiro Pessoa Cavalcanti

\*\*Antonio Augusto Albuquerque Vaz

É notável a deficiência que as empresas apresentam em compreender e reagir ao público-alvo, às suas necessidades, desejos e aspirações, mesmo com o investimento e a aplicação direcionada de pesquisas de mercado convencionais. Este trabalho exhibe uma revisão acerca dos estudos que demonstram como o pensamento metafórico profundo influencia os aspectos basilares que definem o comportamento do consumidor e o processo de tomada de decisão que o leva ao consumo. As informações aqui apresentadas baseiam-se nas pesquisas bibliográficas realizadas por Gerald Zaltman, professor da Harvard Business School e sócio-fundador da firma OlsonZaltman Associates, que criou a técnica de pesquisa ZMET (ZaltmanMetaphorElicitationTechnique). Este método foi formulado a partir da união de várias áreas do conhecimento e é considerado, pelo próprio Zaltman, como uma “entrevista ao cérebro”, pois permite identificar padrões de pensamento complexos e reveladores. Sua extensa aplicação contribuiu para a identificação das sete metáforas profundas (equilíbrio, transformação, jornada, recipiente, conexão, recursos e controle) comuns a todos os seres humanos e que afetam diretamente sua conduta. Estas representações são as “lentes” fundamentais que utilizamos para nos orientarmos ao mundo a nossa volta e funcionam principalmente no plano inconsciente – por este motivo, trabalham de maneira “secreta” em nossas mentes – Elas moldam a maneira como pensamos, agimos e sentimos. Consequentemente, são bastante poderosas e influentes. Percebe-se que apesar das inúmeras peculiaridades que distinguem os indivíduos, essencialmente o seu comportamento é moldado por apenas sete metáforas. Desta forma, apresenta-se uma nova modalidade de pesquisa de marketing que visa levantar dados verdadeiramente esclarecedores e abrangentes a respeito das preferências e do comportamento do consumidor, por expor denominadores comuns que podem levar as empresas ao sucesso no mercado.

**Palavras-chave:** Metáforas Profundas; ZMET; Comportamento do Consumidor.

\*Aluno do Curso de Graduação em Comunicação Social– Publicidade e Propaganda

\*\* Orientador Mestre em ciências da sociedade pela UEPB e Professor do Instituto de Educação Superior da Paraíba-IESP

### **Apresentação Oral**

## NEUROMARKETING E O APELO SEXUAL NA PUBLICIDADE E PROPAGANDA

\* Maurivã da Silva

\*\*Antonio Augusto Albuquerque Vaz

O Neuromarketing tem a sua definição variada de autor para autor. Para, Ariely e Berns (2010), Lee et al. (2006), Lindstrom (2008), entre outros autores, neuromarketing pode ser definido como a junção entre o marketing e a ciência, refletindo os pensamentos, ações e desejos que motivam as decisões de consumo e relação com os mercados. Já Thompson (2003, cit. in Wilson, Gaines & Hill, 2008) descreve neuromarketing como uma aplicação dos métodos laboratoriais de neurologia às questões de publicidade. O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas definições, experiências e resultados obtidos através de pesquisas realizadas através da neurociência em favor do marketing, o chamado neuromarketing e como esta ciência atua e é capaz de nortear profissionais de diversas áreas. Como o neuromarketing pode explicar o que ocorre na mente das pessoas quando são expostas a determinadas propagandas, aqui em específico as que se utilizam de apelo sexual e desmistificar a pergunta que não quer calar: "Sexo vende?". O artigo também apresenta o posicionamento de alguns autores e pesquisadores da área a respeito de como as grandes marcas e empresas se utilizam do apelo sexual como ferramenta para criar conceitos e tendências que fazem com que os consumidores mudem seus comportamentos. A metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica, composta pelos seguintes passos: levantamento bibliográfico do material produzido nos últimos anos sobre marketing, neuromarketing. Na metodologia prevista de pesquisa bibliográfica foram usadas as técnicas de análise textual de interpretativa com a finalidade de iniciar a produção de artigos que veiculassem alguns dos resultados do processo. Propaganda e estudos a respeito da sexualidade humana. O neuromarketing pode ser usado para testar o eminente fracasso ou sucesso de determinados produtos, as empresas poderão se beneficiar de suas experiências para melhorar suas campanhas e suas ações de marketing, descobrindo o que move os consumidores no nível mais profundo, qual a cor ou forma que os agrada ou que tipo de anúncio publicitário rejeita, podendo oferecer produtos que realmente satisfaçam as pessoas.

**Palavras-chave:** Publicidade e propaganda; Neuromarketing; Apelo sexual

\* Graduando em Publicidade e propaganda do Instituto de Educação Superior da Paraíba-IESP.

\*\*Mestre em ciências da sociedade pela UEPB e Professor do Instituto de Educação Superior da Paraíba-IESP

**Apresentação oral**

## Erradicação do Trabalho Infantil

Victor José da Silva Costa\*  
Juliana Figueiredo e Carvalho Costa\*\*

O Trabalho Infantil no Brasil não é considerado um fenômeno recente. Ocorre desde o início da Colonização Brasileira, quando crianças negras e indígenas foram introduzidas ao trabalho doméstico e em plantações para ajudar no sustento familiar. Deixando de significar o momento no qual a comunidade dos adultos ensinava todos os aspectos da vida, tanto práticos como simbólicos, aos novos membros. O presente trabalho de iniciação científica tem por objetivo desenvolver um estudo sobre a Erradicação do Trabalho Infantil desde de sua origem até fundamentação da doutrina e da Legislação vigente. A metodologia adotada para a sua elaboração foi a pesquisa de livros, revistas, jornais e periódicos tirados da Internet, e o estudo aprimorado da legislação em vigor. O Código de Menores de 1979 iniciou sua tramitação no Congresso Nacional a partir do projeto de Lei nº 105/74 de autoria do senador Nelson Carneiro que instituía o Código de Menores. Sob esses aspectos inspirados na Declaração Universal dos Direitos das Crianças da ONU de 1959, reconhecia direito às crianças e aos adolescentes, tais como à saúde, à educação, à profissão, à recreação e à segurança social, responsabilizando a família, a comunidade e o Estado Democrático de Direito pela proteção e assistência social do menor (artigo 13) e previa a necessidade de proteção à família, sendo que só excepcionalmente, o menor poderia ser separado dos pais. Grosso modo, a doutrina da proteção integral concebe a criança como um ser dotado de direitos que precisam ser concretizados. É assim que "partindo dos direitos das crianças, reconhecidos pela ONU, a lei assegurava a satisfação de todas as necessidades das pessoas de menor idade, nos seus aspectos gerais, incluindo-se os pertinentes à saúde, educação, recreação, profissionalização". Partindo da proteção integral garantido pela Constituição Federal no seu artigo 227 conflitava-se com Código de Menores e precisava de legislação sobre a infância e a juventude fundada agora na perspectiva da enunciação de direitos. Um novo diploma legislativo mais científico, mais jurídico e dirigido a todas as crianças, consagrando na ordem jurídica a verdadeira proteção integral infantil. Garantidos pela coercibilidade todos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhe oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, moral, espiritual e social, condição digna. O dever da família é resguardar os direitos inerentes da proteção infantil, dando educação fundamental, trabalho só é permitido se for de aprendiz, havendo sempre a comunicação de trabalho e escola.

Palavras Chaves: Trabalho Infantil, Proteção ao Menor, Legislação Eficiente.

\* Aluno do Curso de Direito do IESP

\*\* Orientadora.

Apresentação Oral

## Exploração do Trabalho Infantil

João Paulo de Almeida\*  
Juliana Figueiredo e Carvalho Costa\*\*

Sabemos que o trabalho da criança e do adolescente recebe a proteção da legislação nacional e internacional. Porém, é de fácil constatação que a exploração do trabalho infantil ainda ocorre de forma escandalosa no Brasil. O presente estudo objetiva verificar o cumprimento da legislação nacional sobre a proteção ao trabalho infantil, analisando as respectivas normas e evidenciar a real situação da exploração do trabalho infantil nos dias atuais. A pesquisa foi realizada através de uma observação sistemática das políticas públicas desenvolvidas no Brasil para solucionar o problema em questão, e de uma análise interpretativa dos dispositivos normativos existentes na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Há pelo menos dez anos, entidades da infância iniciaram campanhas em todo país pela eliminação do trabalho infantil. Em 1994, o Unicef a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e mais de 40 organizações governamentais e não-governamentais se uniram no Fórum pela Erradicação do Trabalho Infantil. No tocante as políticas públicas, o governo criou, em 1996, o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – que conseguiu resultados em muitas regiões, mas em outras provou ser ineficiente por causa do baixo valor pago às famílias. Muitos pais acabaram colocando crianças no trabalho para eu fossem retiradas e, assim, incluídas no programa. Mesmo com todas as dificuldades e precariedades, iniciativas diversas pelo Brasil, campanhas em empresas, escolas e nos meios de comunicação e uma vigilância um pouco maior das autoridades, foi possível retirar pelo menos 1,3 milhão de crianças do trabalho penoso em olarias e carvoarias ou na colheita da cana e do sisal, por exemplo. Contudo, podemos evidenciar que hoje o trabalho infantil está reaparecendo, violando, pois, dispositivos normativos importantes como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a CLT, além de princípios constitucionais fundantes no tocante a proteção à criança e ao adolescente. Diante do exposto, podemos concluir que apesar das inúmeras normas nacionais e internacionais de proteção e respeito ao desenvolvimento físico e emocional das crianças e adolescentes, a exploração do trabalho infantil constitui uma realidade distante de ser erradicada.

Palavras Chaves: trabalho infantil – exploração – criança

\* Aluno do Curso de Direito do IESP

\*\* Orientadora.

Apresentação Oral

## A IMPORTÂNCIA DA AUTOEFICÁCIA NA GESTÃO ATUAL DAS EMPRESAS

Akylles De Brito da Cruz e Silva\*  
Luciane Albuquerque Sá de Souza\*\*

Sempre existiu uma curiosidade dos estudiosos para saber quais eram as ações responsáveis por conduzir o comportamento humano e por quais motivos. Essa preocupação se estende as empresas pois, hoje em dia um dos grandes desafios encontrados nas organizações é fazer com que os funcionários se sintam motivados a trabalhar. Para que se possa encontrar a resposta existem diversas teorias que falam sobre motivação, estas estão divididas entre clássicas, como a teoria das necessidades de Maslow e teoria X e Y, e contemporâneas, como a teoria ERG. Dentro de propostos contemporâneos, mais precisamente da teoria social cognitiva está o estudo da autoeficácia. Segundo este estudo a motivação é algo intrínseco e essa forma de motivação interna é mais relevante pois a autoeficácia é a crença que certa pessoa tem em sua própria capacidade de realizar determinadas atividades e alcançar seus objetivos ultrapassando os obstáculos encontrados. Contidos nesta definição estão aspectos importantes sobre a mesma como suas dimensões, processos mediadores e suas fontes geradoras. Diante dos conceitos expostos e de sua importância esta monografia teve como objetivo geral analisar a influência do nível de autoeficácia dos vendedores de uma empresa paraibana no desempenho de suas atividades e na tentativa de atingir as metas organizacionais. Para isso, buscou-se atingir os seguintes objetivos específicos: Conceituar a autoeficácia, traçar o perfil dos vendedores, conhecer as propostas aos funcionários para atingir suas respectivas metas e verificar se e como as crenças de autoeficácia dos vendedores interferem na melhora dos mesmos. Participaram do estudo 15 vendedores de uma loja de calçados do centro da cidade. Entre eles, todos do sexo masculino, foi constatado que a maioria estava na faixa de idade de 19 a 44 anos e dentre essa variação foi possível notar que existiu uma constância de pessoas na casa dos 20 aos 30 anos os vendedores pesquisados nessa faixa de idade foi cerca de 73,33%, com poucas exceções. Outro aspecto visto foi à escolaridade, em sua maioria os funcionários tem apenas o ensino médio completo, algo que chega percentualmente a 93,33%, com somente uma exceção de um indivíduo com ensino superior. Para realização pesquisa desenvolvida nessa loja de calçados foram utilizados entrevista e o instrumento de pesquisa que foi a escala de autoeficácia geral percebida (EAEGP) e, também, com a colaboração da gerente que fez uso do bom relacionamento com os colaboradores para auxiliar no desenvolvimento da pesquisa. Ao final de todo estudo realizado o resultado alcançado foi satisfatório conseguindo atingir o objetivo geral e os objetivos específicos propostos e pode-se concluir que a autoeficácia é sim um conceito muito importante para todas as empresas de uma forma geral e contribui para que os funcionários da loja estudada alcancem as metas propostas pela organização pois foi constatado que a empresa tenta incentivar seus colaboradores apenas mediante adicionais que incidem sobre as vendas realizadas.

Palavras chave: Motivação, comportamento, autoeficácia

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS FUNCIONÁRIOS DE UM CARTÓRIO

Alexsimar Vieira de Paiva Junior\*  
Luciane Albuquerque Sá de Souza\*\*

A sociedade nos dias atuais e com o mercado tão competitivo está a todo instante buscando mudanças (CHIAVENATO, 2000), quando se trata de organizações empresarias isso não é diferente, visto que buscam melhorias para se destacarem nesse meio e com isso obter um maior desempenho. Um dos assuntos importantes para se alcançar essas melhorias nas empresas é a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Segundo França (1996), Qualidade de Vida é um conjunto de percepções individuais de vida no contexto dos sistemas de cultura e de valores em que vivem, e em relação a suas metas, expectativas, padrões e preocupações. A relevância deste tema para as organizações é vital, pois a satisfação no trabalho é um dos fatores que influenciam a motivação e a relação funcionário-empresa. Por isso este estudo procurou analisar como os funcionários de um cartório localizado na cidade de João Pessoa-PB percebem sua QVT. Tem caráter descritivo, exploratório e explicativo; utilizou-se amostragem não probabilística por conveniência; o instrumento foi do tipo questionário, contendo dados sócio demográficos e questões pertinentes às dimensões propostas pelo Modelo de Walton. Os dados foram analisados estatisticamente, por ser uma abordagem quantitativa. Observou-se que: a maioria dos colaboradores considera inapropriada a relação entre serviço prestado e benefícios e salário percebidos, identificando uma compensação injusta e inadequada; quanto às condições laborais, eles consideram que trabalham em um bom ambiente físico; a empresa não oferece estrutura ao desenvolvimento e crescimento do funcionário, logo, para os respondentes, as dimensões uso e desenvolvimento de capacidades e chances de crescimento e segurança não são satisfatórios; quanto à integração social na empresa e constitucionalismo, os auxiliares cartorários sinalizaram que mantêm boa relação, bem como a empresa os informa sobre direitos e deveres; quanto à dimensão trabalho e espaço total de vida, fora visto que os mesmos estão satisfeitos; finalmente, quanto à relevância social da vida no trabalho, identificou-se que é bem visto pelos colaboradores e sociedade. Conclui-se que os pesquisados percebem positivamente sua QVT. Sugere-se que ações baseadas neste estudo sejam adotadas visando minimizar fatores que apresentaram resultados negativos, proporcionando aumento do nível de satisfação e melhoria da motivação dos colaboradores.

Palavras Chaves: Qualidade de Vida no Trabalho. Cartório. Satisfação. Organizações.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## AS INFLUÊNCIAS DO USO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DAS EMPRESAS

Ariana Vasconcelos Mendes\*

Gabrielly Pinho\*

Josiane Paz\*

Profº Me. Odilon Carreiro de Almeida Neto\*\*

Atualmente, o cenário econômico brasileira encontra-se em fase de estabilização. O contexto empresarial paraibano também pode-se considerar um momento de uma economia estável e até mesmo de expansão, conforme dados da Federação da Indústria da Paraíba, que liga esses dados a aspectos relacionados com a atual conjuntura econômica. Dessa forma, as empresas vêm alocando recursos tecnológicos em suas atividades operacionais com vistas ao gerenciamento mais eficiente de seus negócios. O objetivo da presente pesquisa foi analisar como a tecnologia de informação exerce influência na estratégia de produção da empresa BUON GELATTO. Buscou-se trabalhar os principais aspectos ligados a abrangência do sistema, sua influência nas atividades operacionais da empresa e os principais tipos de benefícios que o sistema pode proporcionar nas tomadas de decisões do gestor de produção. Para tal pesquisa, foi estabelecida uma sistemática de visitas à empresa com entrevistas não estruturadas, mas com um direcionamento de questionamentos relacionados com o objetivo do trabalho. Os resultados demonstram que o sistema proporcionou vários tipos de benefícios tais como: cadastro de novos clientes, cadastro de novos pedidos junto aos fornecedores e clientes. Dessa forma, os erros nas compras de materiais bem como nas vendas de produtos acabados foram reduzidos significativamente, implicando assim, em uma maior eficiência nas atividades desenvolvidas no setor de produção. Percebe-se também que com a implantação do sistema de informação gerencial, cada gestor passou a utilizar as informações que lhe são pertinentes através da devida identificação do usuário. Diante do exposto entende-se que esse modelo de sistema facilita a tomada de decisões, facilita as tomadas de decisões no planejamento da produção e controla as atividades desenvolvidas no processo produtivo de forma mais eficiente, permitindo ao gestor de produção obter resultados mais satisfatórios das ações planejadas e ao mesmo tempo, conseguindo ser proativo perante as mudanças de mercado.

**Palavras-chave:** Gestão da Produção, Tecnologia da Informação, Empresa Alimentícia

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral



## **Evolução e estado da arte do desenvolvimento sustentável**

André Pimentel Dória de Lucena\*  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Flavia de Oliveira Borba Coutinho\*\*

Este trabalho tem o objetivo de apresentar a evolução e o estado da arte do desenvolvimento sustentável. E como objetivos específicos: identificar os documentos nacionais e internacionais que regulamentam as questões da sustentabilidade; alertar sobre a problemática do desenvolvimento sustentável; conscientizar a comunidade dos riscos do desenvolvimento desenfreado. Trata-se de um trabalho bibliográfico realizado em bases de dados científicas na Internet, utilizando o Google Acadêmico e Scielo, com os descritores: “desenvolvimento sustentável”, “crescimento desenfreado”, “impacto ambiental”, “documentos ambientais”. O desenvolvimento das cidades, indústrias e veículos causa transtornos para o ar, solo, e as águas. O crescimento é necessário, porém, o Homem precisa saber os limites de seus recursos, pois somos dependentes deles para sobreviver. É importante que haja viabilidade econômica nas ações voltadas para a produção de bens e serviços, porém estes não devem comprometer o futuro das próximas gerações. O termo desenvolvimento sustentável (DS) surgiu de um esboço de movimentos ambientalistas a partir de meados da década de 1960. Após alguns estudos realizados acerca do assunto, foi concluído que, se continuarem as tendências de crescimento da população mundial e da indústria, sem nenhuma adaptação, os limites do crescimento no planeta serão alcançados em algum momento dentro dos próximos cem anos. O DS busca o equilíbrio entre o crescimento econômico, equidade social e a proteção do ambiente. Segundo o Relatório *Brundtland* – documento intitulado Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*) –, publicado em 1987, o DS é concebido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Ou seja, permitir que as pessoas, agora e no futuro, alcancem um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e da realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso consciente dos recursos do planeta, preservando, assim, as espécies e os habitats naturais. O objetivo de toda e qualquer ação que garanta a sustentabilidade ambiental contorna a preservação do meio ambiente. A idéia principal é garantir o desenvolvimento em todos os campos, sem que, para isso, seja necessário agredir o meio ambiente. Para tanto, é necessário que haja uma conscientização na utilização dos recursos, garantindo que tenham longevidade, gerenciando os recursos naturais que são essenciais para manutenção das condições de vida das pessoas e de outras espécies. Entre outras vantagens, a qualidade de vida e a perpetuação das fontes de energias renováveis são os principais benefícios oriundos do uso inteligente dos recursos naturais. Conclui-se que o DS é muito importante para a continuidade dos recursos naturais, que são primordiais à sobrevivência do Homem, caso estes sejam utilizados de forma consciente.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável. Recursos ambientais. Consciência ambiental.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## O PAPEL DA LIDERANÇA E A SUA INFLUÊNCIA NA MOTIVAÇÃO DE EQUIPES

Antonione de Castro Madaleno\*  
Luciane Albuquerque Sá de Souza\*\*

Em um mundo moderno, repleto de constantes mudanças, as empresas estão cada vez mais investindo na gestão de pessoas, tendo em vista a importância que o capital humano tem representado para as mesmas. Surgindo daí a necessidade de se buscar soluções para aumentar sua eficácia, garantindo a sua sobrevivência e sucesso num mercado cada vez mais globalizado e competitivo. O presente trabalho aborda um dos temas administrativos mais pesquisados e estudados nos últimos cinquenta anos; liderança e motivação. A liderança se torna um dos fatores fundamentais para o sucesso das organizações, enfatizando, sobretudo o importante papel que esta exerce sobre a motivação humana para o trabalho em equipe. O líder, portanto assume um papel fundamental, já que é através desse importante mentor que se traçam os objetivos e as estratégias de sobrevivência, com o intuito de melhorar, entre outros, o desempenho da sua equipe, por ser essa responsável pela produção eficiente ou não de bens e serviços oferecidos pelas empresas e organizações. Dentro deste contexto liderança e motivação se constituem em duas variáveis extremamente importantes. Liderança é capacidade de um indivíduo influenciar outros, enquanto a motivação vem de dentro de cada indivíduo e que uma pessoa não pode motivar outra diretamente, ou seja, podem-se criar situações que a motivem, mas não motivá-las. Uma das principais qualidades da liderança é a habilidade de manter sua equipe motivada e principalmente produtiva, uma vez que a liderança e a motivação são aspectos essenciais na obtenção do sucesso das organizações, ou seja, são ferramentas imprescindíveis no mercado atual. As empresas e/ou organizações necessitam desenvolver mecanismos para alcançar seus objetivos, precisam desenvolver a liderança e gerar motivação, sem estes elementos sua sobrevivência no mercado sucumbe. Assim, o sucesso da liderança depende muito da motivação dos seus liderados, pois quanto maior o grau de satisfação das pessoas, maior o índice de sucesso, ou seja, equipe feliz e motivada resulta em líderes bem sucedidos. O líder do século XXI é aquele que é aceito líder pelo grupo a que pertence, consegue direcionar, conduzir, tem a percepção de compartilhar a liderança dentro do grupo e guia o mesmo a apresentar resultados favoráveis à instituição da qual fazem parte, mas para isso, é necessário que o líder tenha a competência de liderança necessária para exercer à tão difícil tarefa de liderar. Porquanto incumbe ao líder motivar e manter motivada a sua equipe. Este estudo encontra-se em fase de análise de dados onde o mesmo tem por objetivo analisar a o papel da liderança e sua influência na motivação de equipes. Pretendendo lançar luz sobre o assunto e, sobretudo estimular outros estudos e pesquisas nessa área instigante do comportamento humano.

**Palavras-chave:** Liderança. Motivação. Equipe.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## MARKETING OLFATIVO COMO ESTRATÉGIA DO BRANDING SENSORIAL NAS LOJAS DO MANAÍRA SHOPPING

Bruno Xavier da Silva \*

Luciane Albuquerque Sá de Souza\*

O marketing tradicional não terá tanta força nos próximos anos. Os consumidores estão mais informados. Logo, atraí-los passou a ser uma tarefa ainda mais complexa. É nesse sentido que alguns profissionais de marketing visualizam o *branding* sensorial como estratégia de diferenciação e relacionamento com o cliente, sendo o mesmo focado em estimular os cinco sentidos do consumidor, e vinculá-lo a uma marca. Sabe-se que os trabalhos de marketing tem a tendência de ir mais para o lado da visão e da audição, fazendo um trabalho bidimensional, desconsiderando os outros sentidos. E quando se fala então de estratégias voltadas para o olfato, muitos acreditam que elas não devam surtir efeitos. Sendo que o olfato é o sentido que está diretamente ligado ao cérebro e atrelado à memória e as emoções. E percebendo isso, se desenvolveu o que hoje se chama de marketing olfativo, que no caso consiste no uso de fragrâncias para despertar as emoções dos consumidores através do olfato, e auxiliar o mesmo no processo de decisão de compra. Poucos estudos foram realizados sobre o marketing olfativo, mas as poucas investigações feitas apontam conclusões pertinentes, desde o aumento do tempo de permanência na loja, até o aumento de vendas. Partindo destas perspectivas, este trabalho buscou analisar a utilização da estratégia do marketing olfativo nas lojas Manaíra Shopping, buscando quais lojas utilizam esta estratégia, e se a mesmas utilizam de maneira adequada. Bem como, através da percepção do gestor, analisar a influência para empresa e para os consumidores, advindas do uso desta estratégia. A investigação foi dividida em três fases. A primeira foi à observação feita em 221 lojas do Manaíra Shopping, a fim de levantar a amostra para segunda fase, que no caso, foi à aplicação do questionário com as lojas que apresentaram o requisito mínimo do marketing olfativo, que seria o uso do aromatizante ou fragrância. A última fase foi uma entrevista com a gerente da loja que mais se enquadrou nos requisitos requeridos pelo marketing olfativo. Os resultados apontaram que a maioria das lojas não utiliza o marketing olfativo, e as que utilizam, fazem isso de maneira inadequada. Mas também se obteve resultados satisfatórios quanto à loja que mais se enquadrou nos requisitos requeridos pelo marketing olfativo, pois a mesma apresentou o quanto esta estratégia influencia o processo de decisão dos seus consumidores, assim como expôs os benefícios que o marketing olfativo traz para a mesma, e os investimentos que ela faz nesta estratégia.

**Palavras-chave:** Comportamento do consumidor. Branding sensorial. Marketing olfativo.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## **Qualidade de vida no trabalho: um estudo de caso com os funcionários do setor produtivo da Alpargatas**

Ednalva Cezário da Silva\*  
Luciane Albuquerque Sá de Souza\*\*

O mercado de trabalho, hoje, está muito competitivo e, devido à globalização, as organizações precisam inovar e desenvolver o potencial, inclusive sua maneira de lidar com os funcionários. Para as organizações continuarem no mercado de trabalho atingindo seus objetivos e suas metas, elas precisam investir em seus funcionários, observando seus valores e conhecimentos, ouvindo suas opiniões e melhorando sua Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Logo, com os funcionários trabalhando satisfeitos e sendo reconhecidos financeiramente e moralmente, a empresa terá bons resultados. O conceito de QVT implica em profundo respeito pelas pessoas. Para alcançar níveis elevados de Qualidade e produtividade, as organizações precisam de pessoas motivadas que participem ativamente dos trabalhos que executam e que sejam adequadamente recompensadas pelas suas contribuições. A competitividade organizacional e, obviamente, a qualidade e produtividade, passam obrigatoriamente pela QVT. Para satisfazer o cliente externo às organizações precisam antes satisfazer os seus colaboradores responsáveis pelo produto ou serviço oferecido. A empresa Alpargatas S/A atua no segmento de calçados vestuários e acessórios, sendo a própria o objeto deste estudo monográfico, hoje está muito preocupada com a Qualidade de vida no trabalho dos seus funcionários, pois eles precisam estar bem em várias situações, para a empresa conseguir realizar suas metas, para isto acontecer à empresa tem que dar uma boa condição de trabalho, valorizar mais os funcionários reverem suas ideias porque com isso os resultados fluirão melhor. Portanto, este estudo de caso busca analisar como os funcionários do setor produtivo da Alpargatas percebem sua QVT, para este entendimento a teoria baseia-se nos principais modelos sobre Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), concomitantemente este trabalho concentra-se em conhecer o perfil dos funcionários do setor produtivo da Alpargatas; Observar as condições de trabalho do setor pesquisado; Identificar o nível de Qualidade de vida dos funcionários do setor produtivo da Alpargatas, a partir das dimensões propostas pelo modelo de Walton. A metodologia aplicada foi de caráter descritivo, qualitativo, quantitativo, exploratório, onde foi utilizado um estudo de caso, e um questionário de pesquisa. Através dos dados recolhidos observa-se que os funcionários demonstram em parte, satisfação no seu trabalho, em contrapartida foram identificados alguns fatores que estão a desejar no que diz respeito à qualidade de vida no trabalho percebida por eles. Esses fatores acima descritos solidificam a importância deste estudo para a identificação de possíveis falhas e conseqüentemente a sugestão oportuna de aperfeiçoamento da qualidade de vida no trabalho dos funcionários da Alpargatas S/A.

**Palavra-chave:** Qualidade de Vida no Trabalho; Produtividade; Competitividade.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

O USO DOS PROGRAMAS FEDERAIS, PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA E PROGRAMA  
DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA, NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE PILAR/PB

Eduardo Fernandes Felix\*  
Ruhan Silva Monteiro\*  
Antonio Gomes Vieira\*\*

É dever de todo município, estado, distrito federal e governo federal levar educação de qualidade as milhares de famílias espalhadas por esse Brasil, mas será que isso é feito na pratica? O que o governo federal faz para ajudar a melhorar o índice de educação das escolas públicas? Este artigo vem por objetivo demonstrar o uso de dois programa do Ministério da Educação usado para melhorar a educação das mais diversas escolas públicas e escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) são programas do governo federal, utilizados pelas escolas credenciadas, destinados a melhorar de alguma forma a educação dos mais diversos alunos, seja por meio de materiais de informática, pela aquisição de carteira novas a criação de bibliotecas. A funcionalidade final de cada programa é o aumento no índice de desenvolvimento da educação básica das escolas da rede pública de educação e de escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos de cada município e/ou estado.

**Palavra-chave:**Governo, Plano de Desenvolvimento da Escola e Programa Dinheiro Direto na Escola

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

**SÍNDROME DE BURNOUT:**  
**Uma análise com os docentes da rede pública de ensino na cidade de João Pessoa**

Edvânia Juvito de Araújo\*  
Luciane Albuquerque Sá de Souza\*\*

O trabalho é parte intrínseca da vida do homem, mas com a corrida pelo mercado de trabalho, os ambientes laborais passam a oferecer estressores constantes, por oferecer condições precárias para que os docentes realizem o seu trabalho chegando a causar doenças físicas e mentais. A síndrome de burnout é um processo causado pelo contato contínuo com fatores estressores do ambiente de trabalho. É composta por três dimensões, exaustão emocional que é preditiva para a despersonalização seguida pelo sentimento de baixa realização profissional. A síndrome de burnout é conhecida como (Síndrome de “*Burn-Out*” ou “Síndrome do Esgotamento Profissional) contemplada no Código Internacional de doenças (CID) com a denominação de estar acabado. É considerada hoje um problema de saúde pública. O objetivo deste estudo é identificar a ocorrência da síndrome de burnout nos docentes da rede pública de ensino e revelar os possíveis desencadeadores no surgimento e desenvolvimento desta síndrome em professores da rede pública de ensino na cidade de João Pessoa. Trata-se de um estudo de prevalência exploratória com abordagem quantitativa. Foram utilizados dois instrumentos, o MBI-ED (*Maslach burnout inventory- forma ED*), que avalia as dimensões de exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional e QSF (Questionário Sócio-Funcional) elaborado pela pesquisadora, contendo aspectos da vida pessoal, social e institucional. Foram escolhidas duas escolas com um total de 30 participantes na pesquisa. Os dados colhidos foram tabulados na planilha do EXCEL e demonstrados em gráficos e tabelas. Em relação ao gênero: 60% feminino, mostrando a inclusão da mulher no mercado de trabalho. 56% têm entre 20 a 30 anos. 63% são solteiros; 53% não têm filhos; Para exaustão emocional, 53% apresentam alto nível, 43% nível moderado e 4% nível baixo. O fator mais relevante foi o sentimento de cansaço e sobrecarga de trabalho. Para a despersonalização, 33% apresentaram alto nível e 67% moderado. Nesta dimensão o que mais preocupa é a relação entre os docentes e os alunos. 76% apresentam alto nível para realização profissional, 4% nível moderado e 20% nível baixa em realização profissional. Nesta dimensão mostrou falta de estímulos para o trabalho. 20% dos docentes apresentaram as três dimensões presentes, sendo verdadeiramente considerados em burnout. E o resultado na análise individual das três dimensões, apresentou as mesmas causas que no estudo do grupo. Grande parte do professorado das instituições 70% estão em processo de instalação da síndrome de burnout, 30% já estão com a síndrome instalada. Ela é insidiosa e muitos nem se dão conta que estão sofrendo. É necessário que o governo municipal invista na saúde física e mental de seus docentes para alcançar um ensino de qualidade.

Palavra- chave: Trabalho docente. Síndrome de Burnout. Ensino Público

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## **QFD – O DESDOBRAMENTO DA FUNÇÃO QUALIDADE NA GESTÃO DE SERVIÇOS:** proposta e aplicação em uma Imobiliária.

Emiliany Nunes Borges\*  
Luciane Albuquerque Sá de Souza\*\*

Toda empresa necessita de qualidade para se manter no cenário altamente competitivo. Sob a definição de Juran (2001, p. 9), entende-se que “qualidade é adequação ao uso”, ou seja, uma condição que são atendidas as características mínimas de funcionamento, operação e execução do produto ou serviço de acordo com o que o cliente necessita. Gestão é adequar as atividades da empresa da melhor forma para atender ao cliente, superando suas expectativas para que se torne um consumidor cativo. A diretriz da aplicação se deu na área de prestação de serviços da Hofmann Imobiliária, a qual fica em João Pessoa, trabalha com imóveis para vender nos bairros de maior valorização da cidade. A imobiliária conta, em seu quadro societário, com profissionais que possuem mais de vinte anos de experiência no setor e agrega profissionais qualificados. O objetivo geral é de descobrir a melhor forma de aplicação da ferramenta QFD, de modo a garantir a excelência da qualidade no atendimento ao cliente da Hofmann Imobiliária. QFD – Desdobramento da Função Qualidade é uma das técnicas mais relevantes para o planejamento da qualidade, onde, é usada durante a preparação e o desenvolvimento de produtos e serviços, ou seja, na criação da qualidade, Mello (2010). Foi feito um questionário aos clientes desta empresa, onde se obteve informações desde o que acham necessário em uma empresa deste ramo como os pontos positivos e negativos da Hofmann Imobiliária. Os clientes julgaram que uma imobiliária com qualidade precisa possuir nos seus serviços, qualidade dos imóveis e boa quantidade ofertada, na sequência, foi citado o quadro de corretores qualificados, onde estes possuam conhecimento do mercado e dos produtos ofertados mantendo assim, total qualidade no atendimento. Foi solicitado também dos clientes que citassem os pontos positivos e negativos da empresa pesquisada, e ficou claro que, no conceito qualidade a Hofmann Imobiliária está muito bem conceituada por seus clientes, mas, como tudo o que é bom pode ser melhorado, alguns itens foram solicitados pelos entrevistados, para serem incluídos no portfólio de serviços ofertados como, a administração de aluguéis e imóveis ofertados na zona sul da capital. Conclui-se que o uso da demanda qualidade ao cliente pela Hofmann Imobiliária é excelente, no entanto não pode a mesma ficar estagnada em um só serviço de seu seguimento em um mercado altamente competitivo que oferece opções diversas aos clientes. O cliente que compra para investir quer alugar seu imóvel e nada melhor que fazer isto na imobiliária de sua confiança. Afinal, a Hofmann imobiliária usa a seguinte frase em sua mídia: “confiança é coisa de família”.

Palavras-chave: imobiliária; QFD; qualidade

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## **Gestão Ambiental nas Atividades Operacionais de uma Empresa Hoteleira na Cidade de João Pessoa**

Fabício Barbosa da Costa\*  
Ivanaldo Dantas da Silva Junior\*  
Odilon Carreiro de Almeida Neto\*\*

A gestão ambiental na empresa é uma atividade que vem sendo desenvolvida com intensidade nos dias atuais dessa forma, sabe-se que a preocupação ambiental não constitui tema recente, com base na literatura pesquisada foi somente nas últimas três décadas do século XX que ela passou a ser debatida em profundidade. É uma discussão desafiadora, que deve envolver governo, empresas e, sociedade civil de forma abrangente, implicando que no âmbito acadêmico, o esse debate necessita urgentemente rever seus paradigmas. O presente trabalho aborda a importância da gestão ambiental na empresa, de forma a mostrar os principais tipos de benefícios que a gestão ambiental pode trazer para a empresa focando a área de gestão da produção e operações, indispensável para a integração da dimensão ecológica no ambiente dos negócios. Para tanto, as principais contribuições encontradas na bibliografia sobre gestão ambiental na empresa foram analisadas e sistematizadas, com o intuito de estabelecer uma relação com as práticas de gestão desenvolvidas em uma empresa do setor hoteleiro, explorando aspectos ligados ao foco ambiental e a ISO 14000, sistema de gestão na empresa e os principais benefícios que a gestão ambiental proporciona para as empresas. Este trabalho tem como principal objetivo, identificar os benefícios obtidos pela empresa ao adotar práticas de gestão ambiental em suas atividades operacionais. Para que o trabalho fosse desenvolvido, foi elaborada uma pesquisa de campo e aplicado um questionário abordando questões ligadas ao uso racional dos recursos de produção, bem como a sua preocupação com o destino correto dos resíduos gerados por esta. Após o processo de investigação, percebeu-se que a empresa não possui um sistema de gestão ambiental formalizado, mas desenvolve algumas ações ligadas a essas questões como, por exemplo, a preocupação com o consumo de água, consumo de energia e ações de conscientização sobre a gestão ambiental junto a sociedade. Diante do exposto, pode-se afirmar que a prática ambiental proporciona diminuição de desperdícios de insumos de produção, evitando assim, que a mesma tenha gastos desnecessários em suas atividades operacionais, tornando assim, a empresa mais competitiva e vista de forma diferenciada no mercado.

**Palavras-chave:** Gestão Ambiental, Gestão da Produção, Empresa Hoteleira.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral



## O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO FERRAMENTA ADMINISTRATIVA NO MEIO MILITAR: Um Estudo de Caso no BOPE - PB

Franklin Santos de Oliveira\*  
Luciane Albuquerque Sá de Souza\*\*

O Planejamento estratégico como ferramenta na administração militar não é algo novo já que está vem sendo utilizada desde as mais antigas das batalhas. O termo estratégia teve origem na Grécia antiga e significa a arte do general. Segundo Luvás (2001, p.293), em Frederico o Grande, estratégia militar correspondia “a ciência dos deslocamentos militares fora do alcance da observação do inimigo ou do tiro de canhão”. De acordo com (ANSOFF *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 99). Hoje, com base nos conhecimentos advindos dos estudos das estratégias de guerra do passado os gestores da atualidade reconhecem este mister como sendo de fundamental importância para o melhor desempenho das organizações, sejam elas públicas ou privadas. A Polícia Militar da Paraíba divide-se em vários setores que tratam de atividades relacionadas às áreas de logística, pessoal, saúde, entre outras, todas inseridas em um contexto estratégico coordenado pelo estado maior, EM/1 que tem como missão planejar ações operacionais que envolvam eventos de grande monta e que atinjam a área de mais de um batalhão operacional, eventos como o campeonato de futebol profissional do estado, carnaval, festa juninas, festejos de fim de ano e operação verão, são tratados por este setor. O planejamento estratégico da PMPB, procura descrever e prever todas as fases das operações, desde seu antes até o depois, passando pela etapa mais complexa no contexto operacional, a execução. Nesse contexto o presente artigo toma como base de estudo o Batalhão de Operações Policiais Especiais-BOPE da Polícia Militar da Paraíba, unidade operacional recém criada e que tem como área de atuação, todo o território Paraibano. O BOPE foi criado pela Lei Complementar 87, de 02 de dezembro de 2008, mas só foi efetivamente ativado em 14 de março de 2012. Atualmente, a unidade conta com um efetivo de 331 Policiais Militares especialmente recrutados e treinados, divididos em cinco companhias especializadas como Choque, Canil, GATE, Sertão e Patrulhamento tático móvel-PATAMO que atuam em diversas atividades de risco em todo o território paraibano. Por ser uma unidade relativamente nova no contexto operacional, ela ainda não possui um planejamento estratégico que defina claramente elementos básicos como missão, visão de futuro e valores institucionais. Mas, será que uma unidade operacional deste porte e importância para a sociedade paraibana necessita mesmo de um plano estratégico? E como elaborar e definir estas estratégias? A partir destes questionamentos, surgiu a seguinte problemática: Como apresentar de maneira, simples e prática, os conceitos científicos de planejamento estratégico aos policiais do BOPE, definindo com esse trabalho, seus princípios, valores, missão e visão de futuro?

Palavras-chave: Administração, Planejamento estratégico, Polícia Militar, BOPE.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## A VIABILIDADE DA ECONOMIA DE COMUNHÃO AOS ADMINISTRADORES DE EMPRESA

José Cândido da Silva Neto\*  
Joana D'Arc de Souza Cavalcanti \*\*

A Economia de Comunhão (EdC) mostra-se como uma filosofia empresarial que se materializa no modo de gestão, onde as relações internas e externas se dão de modo a atuar a partilha, a ética e o respeito frente aos agentes relacionados à empresa. A Economia de Comunhão está vinculada ao Movimento dos Focolares. Trata-se de um movimento católico surgido em 1943. De Forma prática a EdC visa ser um projeto de inclusão e de fraternidade a exemplo das primeiras comunidades Cristas. Nesse estudo foi demonstrada a importância desse modelo econômico para a mudança social e promoção da dignidade humana. Criando assim uma nova cultura que substituindo a economia clássica, que se baseia na aglomeração de lucros, terá como objetivo a divisão destes para uma sociedade mais igualitária. Tem como objetivo Os objetivos determinam a pretensão da realização através da pesquisa servem para dar a direção da ação do pesquisador e para definindo a natureza do trabalho. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi caracterizada por um estudo descritivo bibliográfico, onde foi desenvolvida e realizada uma pesquisa bibliográfica baseada em autores da área em estudo, que fundamentou a construção teórica e análise da viabilidade da economia de comunhão aos administradores de empresa. Deste modo é importante repensar nosso modelo econômico atual em vista que, esse novo modelo proposto denominado economia de comunhão abra as portas ao homem, a esperança. Uma esperança de um mundo onde as riquezas são igualmente distribuídas e investidas na promoção do homem

**Palavras-chave:** Economia tradicional. Economia de comunhão. Dignidade.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## **CAPITAL INTELECTUAL: um estudo sobre a forma como é gerenciado em uma empresa privada no Estado da Paraíba**

Joselita Figueira de Oliveira\*  
Joana D'Arc de Souza Cavalcanti \*\*

Organizações e colaboradores buscam cada dia mais se adequarem a realidade do mundo globalizado onde só os que constroem bases estruturadas conseguem manter-se. O Desafio da Gestão de Pessoas é criar condições para que a organização possa competir e conquistar seu espaço. Investir em capacitação e qualificação pode ser considerado a chave para o sucesso. Uma organização que capacita e treina seus colaboradores à medida que dá condições de crescimento dentro dela, adquire o respeito do funcionário. Este por sua vez estando motivado dedica-se e contribui efetivamente em benefício próprio e da empresa.. O presente trabalho está voltado para identificar como a política de desenvolvimento agrega valor ao capital intelectual da empresa estudada, diante disso a pesquisa mostrou que os investimentos destinados a capacitação e desenvolvimento dos colaboradores são percebidos pelos mesmos. A metodologia utilizada baseou-se em levantamento teórico sobre capital intelectual, por meio do qual pôde adquirir subsídios com a finalidade de elaborar conceitos que contribuiram para a pesquisa. O presente trabalho procurou mostrar como a política de desenvolvimento da empresa estudada agrega valor ao seu capital intelectual. Como foi possível verificar através da investigação existe na empresa estudada uma política de benefícios bem estruturada quanto a essa abordagem. Com base nas informações obtidas através do estudo percebe-se que o Departamento de Recursos Humanos tem uma relação participativa com o quadro de funcionários da empresa.

**Palavras-Chave:** Capital intelectual. Organização. Investimento.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## **A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE COLABORADORES DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO NO SETOR GECAD**

Juliana Charamba dos Santos\*  
Luciane Albuquerque Sá de Souza\*\*

Diferentemente de tempos passados, hoje em dia, muito ouve-se falar da qualidade de vida, diante das novas exigências do mundo atual e a competitividade cada dia maior no mundo empresarial, tanto nas empresas privadas como públicas, tudo isso tem exigido mudanças rápidas, que passam desde as adaptações de produtos e serviços quanto a cultura organizacional da empresa. Tem-se com a qualidade de vida desenvolvimentos para atender um público cada vez mais exigente e cauteloso.

A qualidade de vida não é apenas percebida nos produtos e serviços, mas também naquele que é responsável pela formação do serviço e produção: o trabalhador. Com empregados motivados e satisfeitos a produtividade e os serviços são concluídos com qualidade. Segundo o modelo de Walton (1973 apud OLIVEIRA, 2006) são 8 fatores que alteram a qualidade de vida no trabalho: a compensação justa e adequada, as condições de segurança e saúde no trabalho, utilização e desenvolvimento de capacidades, oportunidades de crescimento contínuo e segurança, integração social na organização, constitucionalismo, trabalho e espaço total de vida e relevância social da vida no trabalho. Meu objetivo geral tem como analisar a qualidade de vida no trabalho dos funcionários do setor da GECAD. A administração pública é uma organização de trabalho antiga, que obedece a um determinado molde de estar, político e econômico. Em alguns estudos de casos quem analisam o componente afetivo dos funcionários, como o feito por Bandrão e Bastos (1993) é explícita a vontade de permanecer na organização e agir para que esta resolva seus problemas. Outro vínculo afetivo existente nas organizações públicas é a estabilidade oferecida a todos efetivos. O Estudo é caracterizado como uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva onde os dados serão registrados, analisados e interpretados. Para realizar a coleta foi utilizado um questionário adaptado ao modelo de Walton e desenvolvido na Secretaria de Estado da Administração do Estado no setor de gerenciamento de apuração de custos (GECAD). Enquanto aos resultados, estou em análise. E com tudo concluo que com todo este estudo de pesquisa que está sendo desenvolvido, irei alcançar determinantes falhas e sistemas simples não existentes que poderão ser implantados ao setor de forma básica e abrangente a todos colaboradores, sistemas que o farão perceber o quanto satisfazer a suas necessidades existentes durante o dia do trabalho, como disponibilizar ambientes de relaxamentos após o almoço, ambientes de lazer e interação com seus colegas de trabalho trará qualidade aos seus serviços oferecidos durante o seguir do dia de funcionamento.

Palavras Chaves: Qualidade de Vida no Trabalho, Gestão Pública, Produção.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## Clima organizacional como termômetro da satisfação corporativa

Karla Emanuella Alves da Silva\*  
Luciane Albuquerque Sá de Souza\*\*

Ao fazer uma viagem pela história organizacional, é perceptível o quanto ela sofreu modificações, e quanto foi alterada a visão dos que delas fazem parte. E isto se torna bastante pertinente, visto que a organização precisa acompanhar as mutações que ocorrem ao seu redor, pois na medida em que ela almeja crescimento, a ela deve estar harmonizada com as influências internas e externas. Nos últimos anos surgiu uma preocupação em investigar estas variedades, uma vez que foi percebido que elas têm uma relação direta com a produtividade da organização, bem como de seus funcionários. Dentre estas mudanças destaca-se a temática Clima Organizacional, que vem como um termômetro da satisfação corporativa (CODA 1993 *apud*, BISPO, 2006), pois os seres humanos estão constantemente envolvidos em uma variedade de situações que tem intuito de satisfazer suas necessidades, e também manter um equilíbrio emocional (CHIAVENATO, 2009). A presente pesquisa perpassou pelo caminho evolutivo, conceitual e comparativo no tocante à organização, até chegar ao ápice do trabalho que é o estudo acerca do Clima Organizacional, sendo realizada a mensuração da percepção dos fatores motivacionais intrínsecos e extrínsecos de cada colaborador pertencente ao departamento de Call Center de uma empresa de energia elétrica da Paraíba. A forma de abordagem foi seguindo o modelo de pesquisa quantitativa, cuja ferramenta de mensuração aplicada foi a pesquisa de Clima Organizacional à luz dos modelos de pesquisa elaborado por Kolb, em junção com o de Litwin e Stringer, em um questionário de vinte dimensões para que se pudesse observar como os colaboradores percebem em sua empresa os elementos de que influenciam na qualidade do Clima Organizacional. De maneira genérica, as dimensões mais desfavoráveis apresentadas foram: Equidade salarial, recompensas e padrões de desempenho. No entanto as que se apresentaram como favoráveis foram: Conformidade com a estrutura, responsabilidade e liderança. Sugere-se que sejam adotadas ações que minimizem os fatores negativos e potencializem os positivos à luz dos estudos voltados para esta temática.

Palavras Chaves: Clima. Satisfação. Organização. Desempenho.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## **A PERCEPÇÃO DAS CRENÇAS DE AUTOEFICÁCIA NOS ESTUDANTES CONCLUINTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO IESP**

Kiara Raquel Apolinário de Araújo \*  
Profª. Dra. Luciane Albuquerque Sá de Souza \*\*

Os estudantes de graduação passam por muitas mudanças e adaptações durante o curso e no período de conclusão se deparam com um grande desafio: encarar o atual mercado de trabalho e ser um profissional competente, colocando em prática todo conhecimento adquirido, e é nessa fase que muitos se questionam a respeito de sua capacidade, fazendo uma autoavaliação de suas competências. Nesse contexto, esse estudo analisou como as crenças de autoeficácia podem interferir na escolha profissional dos estudantes concluintes do curso de Administração do Iesp. Trata-se de um estudo teórico de caráter prático em que os dados foram obtidos através da pesquisa de campo com abordagem quantitativa, caracterizado, quanto aos seus objetivos, como descritivo exploratório e explicativo; colaboraram com a pesquisa 41 alunos selecionados numa amostragem de participação voluntária; o instrumento utilizado foi do tipo questionário, envolvendo dados sócio demográficos e questões relacionadas a escala de autoeficácia geral percebida. Observou-se que: a maioria dos participantes já trabalhou em alguma área da administração e encontram-se atualmente empregados. O mercado de trabalho e a influência dos familiares apresentam-se como fortes motivadores na escolha do curso e todos declararam estar satisfeitos com a opção que fizeram como também se sentem preparados para ingressar no mercado de trabalho. A expectativa dos estudantes após a conclusão do curso de graduação é fazer uma especialização. Quanto às crenças de autoeficácia, a maioria dos estudantes apresentam crenças de autoeficácia positiva, acreditando na habilidade de saber lidar e se sair bem em situações imprevistas como também mostram-se determinados e com facilidade para persistir e alcançar seus objetivos. A maioria dos indivíduos consideram que, fazendo o esforço necessário, são capazes de resolver a maiorias dos problemas e encontrar diversas soluções. Como também muitos afirmaram ser sensatos e manterem a calma mesmo enfrentando dificuldades, pois confiam na capacidade que têm de resolver problemas. Conclui-se que os estudantes concluintes do curso de administração apresentam uma autoeficácia satisfatória.

**Palavras-chave:** Autoeficácia, Mercado de Trabalho,

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## VIABILIDADE DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO SETOR PÚBLICO

Marcela Lúcia Paulino Souza\*  
Hozana Santos\*  
Josimar Viana\*\*

O objetivo geral deste trabalho é questionar: “Qual a percepção dos colaboradores da Caixa Econômica Federal em relação à importância das práticas sustentáveis adotadas pela empresa?” As empresas estão constantemente sendo interrogadas pela sociedade no tocante às explorações de suas atividades produtivas, provocando mudanças no ambiente. Neste trabalho, será apresentado uma análise descritiva da percepção dos colaboradores da empresa Caixa Econômica Federal quanto a questão da sustentabilidade adotada pela empresa. Além disso, nesse trabalho foi adotado a pesquisa bibliográfica para o melhor entendimento do tema em questão. Quanto à natureza a pesquisa foi aplicada, utilizando uma empresa específica como um estudo de caso. Perante o padrão dominante de produção e de consumo, que vem causando grandes devastações ambientais, a humanidade vive um momento de realizar novas escolhas para garantir o nosso futuro. Dessas escolhas surge o desenvolvimento sustentável, ganhando cada vez mais força, entre as diversas correntes da sociedade e, passando a ser sinônimo de equilíbrio para a vida do planeta. As Instituições Financeiras são organizações que possuem uma enorme influência no que se refere à mudança da sociedade, seja de forma direta e indireta. Por terem um papel importante para o futuro do planeta, elas são cada vez mais observadas e cobradas no tocante às suas práticas e o resultado do desempenho de suas ações sustentáveis. Após levantamentos realizados para a consecução deste trabalho foi concluído que o percentual da participação dos colaboradores às políticas de sustentabilidade da Caixa é pequena, pouco mais de 30%. Entre as razões para a pequena participação está o fato de que, mesmo internamente, as ações tem pouca divulgação. Quanto aos benefícios provenientes da atuação de sustentabilidade para a empresa, esses foram significativos, ensejando uma maior conscientização por parte dos colaboradores sobre o tema e um prestígio maior junto a clientela. Entende-se que a tendência é de um maior comprometimento dos colaboradores em relação às práticas adotadas com o passar do tempo. Após a conclusão entendemos que avaliações do tipo realizada nessa pesquisa poderão ser feitas em outras empresas para a correção de imperfeições na implementação de práticas de sustentabilidade e seria interessante a realização de uma análise mais aprofundada, bem como envolver todos os colaboradores da unidade pesquisada, utilizar-se de instrumentos e técnicas mais precisos, como uma entrevista com maior profundidade para coletas de dados.

**Palavras chaves:** Caixa Econômica Federal, Sustentabilidade e Sociedade.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## O USO DO COACHING NA MELHORIA DO DESEMPENHO DE UMA EQUIPE DE VENDAS: estudo de caso na Totalnorte

MARINA MACIEL SITÔNIO\*  
Profª Drª Luciane Albuquerque Sá de Souza\*\*

O crescente fenômeno da globalização resulta em mudanças constantes no cenário social, ambiental e mercadológico. Estas mudanças aumentam a competitividade entre as organizações, exigindo a utilização de ferramentas e atitudes inovadoras a fim de alcançarem seus objetivos. As empresas, gradativamente, sentem a necessidade de ter um alinhamento estratégico que envolva, também, as pessoas a fim de alcançar as metas especificadas. Assim, surge um estudo referente à liderança exercida pelo processo *coaching*, uma ferramenta gerencial para as organizações, o qual existe o comprometimento de um líder para com o seu aprendiz a fim de atingir um determinado resultado, seja ele profissional ou pessoal, deste segundo indivíduo. A ferramenta alinha os propósitos do colaborador aos da organização, o que culmina na potencialização de resultados. O objetivo deste estudo é definir formas de contribuição da ferramenta *coaching* no desempenho profissional dos vendedores da empresa Totalnorte. O estudo foi realizado através da análise do comportamento social na empresa, quando aplicada a ferramenta, onde a população e amostra coincidem, sendo as mesmas formadas por cinco vendedores internos. Foram aplicadas as principais ferramentas auxiliadoras da implantação do processo do *coaching* na Totalnorte. Após a apresentação do plano do projeto aos diretores da empresa, foi iniciado o alinhamento de propósito de cada vendedor com o objetivo da empresa. Posteriormente, apresentado a cada *coachee* a roda de competências necessárias ao desempenho excelente da função de vendedor na empresa. Com cada competência trabalhou-se a ferramenta dos seis passos que definia um plano de ação para alcançar a eficácia no desempenho daquela competência. Foi analisado o comportamento de cada aprendiz no âmbito da aplicação dos seis passos sobre a competência definida. Diante da implantação do *coaching* nessa equipe, foi verificado que tais indivíduos tinham falhas graves no que diz respeito às suas funções, sendo identificado, também, o desconhecimento das competências relacionadas a sua função. Concluiu-se que a ferramenta *coaching* é passível de apresentar resultados consistentes e positivos após sua implantação. No entanto, esses resultados poderiam ter sido mais eficazes se iniciados sua implantação no topo da pirâmide hierárquica.

Palavras-chave: coaching, vendas, liderança.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral



## O estilo de liderança como principal influenciador para o sucesso de uma empresa do setor comercial

Marina Pedrosa Gonçalves\*  
Luciane Albuquerque Sá de Souza\*\*

A área de Gestão de Pessoas evoluiu bastante nos últimos tempos, tornando-se cada vez mais forte dentro das organizações. Deste modo é possível intensificar estudos sobre o comportamento organizacional, a liderança, a mudança e a cultura organizacional dentro de uma empresa para que a mesma possa ganhar espaço no mercado e obter o sucesso desejado. Tendo como objetivo geral analisar como o estilo de liderança adotado pelo gestor da SOFAGRIL contribuiu para o crescimento/desenvolvimento da empresa, foi possível realizar uma pesquisa qualitativa, então neste caso não é necessário o uso de métodos e técnicas estatísticas, pois o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. Usualmente a pesquisa qualitativa é descritiva, dentro dela realizou-se um estudo de caso, utilizando a entrevista como instrumento, feitas individualmente tanto com funcionários como com os atuais gestores. Após conceituar os diversos estilos de liderança segundo a literatura, foi possível tratar os dados, analisá-los e confirmar de acordo com o que foi estudado. Foi feito um contexto histórico da trajetória da empresa, mostrando suas raízes desde muitas décadas atrás, passando por muitas mudanças, até mesmo radicais, confirmando sua evolução e a forte cultura organizacional formada dentro do grupo. Traçando o perfil do gestor, notou-se que o líder era bastante corajoso, um homem de grande visão, que não tinha medo de mudanças, mas que era bastante centralizador, sempre dando ordens e controlando as tarefas, surpreendendo nas raras vezes em que pedia opiniões, mas que ao mesmo tempo sabia lidar com o ser humano e seu comportamento, sendo amigo quando possível, tendo uma boa relação com empregados e ensinando aos funcionários o melhor caminho para atingir suas metas, sabendo abrir mão da liderança quando não estava mais capacitado para o cargo. Na hora identificar o estilo de liderança adotado, vimos que ele reunia diversos estilos que juntos tornaram-se ideais, os estilos identificados foram: a liderança visionária, o estilo de liderança autocrática sendo equilibrado por um pouco de liderança democrática, a teoria caminho-meta, o estilo de liderança transformacional, a liderança carismática e por fim a liderança simbólica. Contudo, conclui-se que saber lidar com o ser humano dentro do ambiente de trabalho é fator fundamental para o crescimento da organização como um todo, e para isso precisa-se também usar o estilo de liderança certo, sempre havendo um equilíbrio entre eles.

**Palavras-chave:** Comportamento. Estilos. Liderança. Organização.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## **EMPRESA FAMILIAR: SUCESSÃO E SUA SOBREVIVÊNCIA**

Max Silva dos Santos\*  
Luciane Albuquerque\*\*

A empresa familiar é uma das mais antigas formas de negócios surgidas ao longo da evolução humana, representando a maior parte dos empreendimentos mundial. Possuem características particulares e não devem ser consideradas e geridas como organizações comuns. A organização familiar tem como principal característica a base familiar, onde o negócio é gerido e liderado pela família e passado por gerações através das sucessões. Outra peculiaridade da empresa familiar são os interesses familiares se misturarem com os interesses da organização, assim muitas vezes gerando conflitos e desentendimentos entre os membros da família. Durante sua vida, a empresa passa por diversos problemas e situações, uma delas é a etapa mais delicada e importante para essa organização, a sucessão, a escolha de um sucessor para passagem do comando dos negócios da família. Portanto a problemática desse trabalho consiste em definir quais fatores devem ser levados em consideração durante o processo de sucessão de uma empresa familiar, de forma a garantir sua sobrevivência? A sucessão é a etapa mais importante e delicada de uma organização familiar, visto que será escolhido o sucessor para dar continuidade aos negócios e nessa fase de transição, a maioria das empresas familiares possui sua solidez comprometida.

Palavras-chaves: Empresa familiar, Sucessão, Gestão.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## Logística Reversa de Eletroeletrônicos – Um estudo de caso no IESP

Monique Baros Peixoto \*  
Adriana de Souza Nascimento\*  
Rômulo Carvalho de Oliveira\*\*

A Indústria de eletroeletrônicos no Brasil tem apresentado, durante anos, um grande crescimento no número de vendas de artigos. O crescimento no consumo de equipamentos eletroeletrônicos (EEs) em todo o Brasil tem evidenciado problemas com relação à gestão dos resíduos gerados por estes dispositivos. Os resíduos de equipamentos eletroeletrônicos (REEs), além de conterem materiais que podem vir a ser reciclados e recuperados, possuem várias substâncias tóxicas e poluentes, tais como os metais pesados. O manuseio e/ou descarte incorreto dos REEs têm o potencial de causar problemas à saúde humana e ao meio ambiente, por meio da contaminação, principalmente, do solo e das águas subterrâneas. O Brasil produz cerca de 2,8 Kg por ano de resíduos eletrônicos por habitante (RODRIGUES, 2010), sendo que estes contêm chumbo, cádmio, arsênio, mercúrio, bifenilas policloradas (PCBs), éter difenil polibromadosentre e outras substâncias tóxicas que, se descartados como lixo comum, podem contaminar o solo e a água, além de serem acumulados nos organismos dos animais e do homem causando diversos problemas de saúde. A logística reversa passa a ser uma mudança cultural e abrangente em gestão de resíduos sólidos, sendo contextualizada pela lei que institui o plano nacional de resíduos sólidos como um instrumento de desenvolvimento, econômico, ambiental e social. Os resultados apresentados nesse trabalho são decorrentes de uma pesquisa qualitativa com dados primários coletados em campo. Como seu propósito foi o de identificar e propor medidas a ser tomadas para tornar ambientalmente sustentável o processo de consumo, geração e destinação dos resíduos sólidos eletrônicos dentro do IESP, a partir de informações relevantes, visitas às áreas externas e internas, almoxarifados, relatos de funcionários, entre outros, foi possível informar e sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a devida importância da coleta e destinação final do lixo eletrônico, além de designar a mesma como sendo ponto de coleta de lixo eletrônico oficial em João Pessoa.

Palavras-chave: logística reversa; eletroeletrônicos; lixo eletrônico.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## **A INFLUÊNCIA DO COMPORTAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS NA CAPTURA DE NOVOS CLIENTES EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA**

Natália Urban\*  
Joana D'Arc de Souza Cavalcanti \*\*

O estudo apresentado a seguir mostra a história do comportamento organizacional dentro de uma empresa de ensino superior privado na cidade de João Pessoa, enfocando como objetivo principal a análise dos fatores vinculados à qualidade no atendimento que podem influenciar na busca por novos clientes. Dentro desse estudo principal, foram abordados teoricamente os elementos constitutivos da relação gestão de pessoas e qualidade no atendimento, levantando os fatores relacionados à qualidade no atendimento e fidelização, identificando as políticas de beneficiamento e de desenvolvimento da organização estudada, e, além disso, verificando os níveis de satisfação dos colaboradores da organização. A fundamentação teórica trouxe desde os primórdios do estudo de gestão de pessoas, passando por todas as suas eras e contribuindo para a melhor evolução desse tema nos dias de hoje, com a modernização e as tecnologias. Além disso, foram abordados assuntos a respeito da qualidade e como ela pode influenciar na busca por novos clientes. O próprio comportamento organizacional também foi citado, mostrando como ele pode ser útil na vida da empresa, e o que a mesma pode fazer para melhorá-lo cada vez mais. Esse estudo classifica-se como pesquisa bibliográfica, mostrando a bibliografia tornada pública em relação ao tema proposto, e pesquisa de campo, com a aplicação de questionários para o levantamento de dados, utilizando-se desse como instrumento para a coleta de dados de forma quantitativa, aplicado com trinta colaboradores de uma instituição de ensino superior privado da cidade de João Pessoa, entre ajudantes de serviços gerais, até coordenadores. Os resultados obtidos apontam que a organização tem tudo para crescer no seu ramo de negócio, pois é portadora de funcionários capacitados, com perspectiva de crescimento, e que entendem que o melhor para a empresa também é melhor para eles. Como toda a organização, a mesma possui falhas, que devem ser sanadas e monitoradas para obter sempre um melhor resultado.

**Palavras Chave:** Comportamento Organizacional. Gestão de Pessoas. Clientes.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## A CONSAGRAÇÃO DO MARKETING DE EVENTO ESPORTIVOS NO BRASIL: O CASO DA COPA DO MUNDO

Natália Taveira Mota Alves\*  
Maíra Vasconcelos\*\*

Devido às mudanças e ao aumento do acesso à informação, bem como o aumento do tempo livre, constata-se que as pessoas vêm apresentando interesses diversos, criando novos nichos de mercados. Um deles é o conceito de Eventos Esportivos que ganhou uma nova visão ao ser definido como uma atividade do Marketing, ou seja, uma modalidade de marketing promocional que visa criar ambientes interativos entre patrocinador e consumidores em potenciais, promovendo a marca e aumentando as vendas. O Brasil em plena ascensão, já é considerado participante no circuito dos grandes eventos esportivos mundiais e está bem perto de ser considerado como a “sociedade de eventos”. Essa é uma tendência de mercado crescente em nosso país, alavancados por eventos marcantes como a Copa do Mundo. Um evento desse porte está relacionado a impactos socioeconômicos diretos e indiretos. É possível determinar os efeitos sobre o país e as cidades-sede e dimensionar e avaliar os efeitos que o mesmo pode proporcionar ao país. Neste sentido, o esse estudo tem como objetivo geral analisar a eficácia do planejamento estratégico e das ferramentas de gestão de marketing para renovar e fixar a imagem do país através da realização da Copa do Mundo de 2014. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica desenvolvida em material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos. Documental, relacionada ao seu caráter restrito a documentos primários e/ou secundários segundo as fontes de informação, tais como: livros, artigos, sites da internet. Qualitativa, relacionada com seu caráter de compreensão e interpretação do fenômeno, que considera o significado que os outros dão às suas práticas segundo a natureza dos dados. Exploratória, pelo caráter de investigação *in loco*, buscando informações ao objeto de estudo. Após conceituar os pontos relacionados ao marketing esportivo e eventos esportivos, notou-se que esporte possui um valor enorme dentro do país, tendo o poder de movimentar pessoas de destinos e costumes diferentes. Seja expectador ou atleta, as pessoas procuram no esporte uma maneira de sair da rotina, buscando o bem-estar e a emoção que o mesmo proporciona. Os espetáculos esportivos proporcionado pelo segmento de eventos são fomentadores que trazem benefícios à localidade receptora de uma forma multiplicadora: trabalhando o potencial da cidade de forma sustentável, diminuindo os problemas da sazonalidade, gerando mais empregos, aumentando a renda, melhorando a infraestrutura turística e de equipamentos esportivos, resultando na qualidade de vida da população. Sendo assim, conclui-se que essas características transformaram a prática esportiva em um valor social, e conseqüentemente, em um poderoso instrumento de marketing. Em ambos, existe a valorização da vitória e a competição para a conquista da liderança.

**Palavras-chave:** Marketing Esportivo. Marketing de Eventos. Marketing Promocional. Copa do Mundo.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

**QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO SEGUNDO MODELO DE WALTON: Um estudo de caso num restaurante de culinária chinesa em João Pessoa**

Nathália Arcindo dos Santos\*  
Luciane Albuquerque Sá de Souza\*\*

A relação entre o homem e o trabalho se dá desde o início da existência daquele. Ao longo do tempo, transformações foram desencadeadas e cada vez mais o homem dedicou-se ao trabalho, tendo-o como status, símbolo de realização profissional e pessoal. Junto a esta evolução, iniciou-se o processo de compreensão e melhoria da qualidade de vida no trabalho, fundamental para toda a empresa nos dias atuais, investindo simultaneamente na organização e no colaborador, proporcionando gradativas melhorias na execução dos processos, assim como bem estar do empregado. O estudo desenvolvido está inserido na área de recursos humanos e classifica-se como sendo descritivo, utilizando-se de pesquisas bibliográficas e de campo. O principal objetivo deste estudo é analisar o nível de qualidade de vida no trabalho dos colaboradores de um restaurante de culinária chinesa na cidade de João Pessoa, para isso utilizou-se de meios de pesquisa como o questionário e o método de observação, tendo como base os preceitos defendidos por Walton em seu modelo de QVT. De modo geral, observou-se que a percepção dos colaboradores em relação à QVT, ainda que alguns tenham se queixado, pode ser considerada satisfatória, através de resultados positivos referentes à remuneração, condições de trabalho, integração social, trabalho e espaço total de vida, uso e desenvolvimento de habilidades e relevância social, mas, a possibilidade de ajustes organizacionais não foi descartada, existem áreas que necessitam de mais atenção, para que assim coopere com a satisfação do quadro funcional em relação ao trabalho e a vida.

**Palavras-Chave:** QVT, Colaborador, Satisfação.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## Fluência em línguas estrangeiras: um elemento essencial para a autoeficácia de gestores

Priscila Cavalcanti Erlich\*  
Luciane Albuquerque Sá de Souza\*\*

O objetivo deste estudo foi investigar se a fluência em línguas estrangeiras está contribuindo no processo de autoeficácia de gestores. O estudo restringiu-se à empresa Alpargatas S/A que possui em seu quadro de gestores, profissionais que utilizam as línguas estrangeiras em sua atividade laboral de maneira essencial e assídua. No desenvolvimento do trabalho destacou-se a fluência em línguas estrangeiras como um diferencial para autoeficácia de gestores, para tal alcance desmembrou-se a luz dos pressupostos teóricos o conceito da Teoria Social Cognitiva (TSC), determinando a importância da autoeficácia, citada por vários autores, e suas características gerais; definiu-se a conjuntura da globalização das empresas; configurou-se a relevância do papel do gestor atual; e destacaram-se as principais considerações no tocante as línguas estrangeiras, como também não obstante, suas contribuições no contexto profissional psicológico e pessoal materializado neste caso em específico pelos gestores. Como encaminhamento metodológico estrutural, optou-se por trabalhar numa abordagem qualitativa de natureza interpretativa. Utilizou-se como instrumento para coleta de dados a entrevista semiestruturada com questões subjetivas e objetivas, e uma Escala de Autoeficácia Geral Percebida (EAEGP) como instrumento de medição, com o objetivo de se obter respostas relacionadas à: quais funções dos gestores que mais exigem a fluência em outro idioma; qual o nível de conhecimento nas mesmas; quais as necessidades específicas da empresa estudada quanto à fluência em línguas estrangeiras dos seus gestores; compreender como a fluência em línguas estrangeiras facilitou aos gestores o alcance dos objetivos e metas organizacionais; bem como analisar as prováveis conexões existentes entre o binômio: línguas estrangeiras e autoeficácia de gestores, assimilando, portanto, os desdobramentos positivos impetrados dentro de todas as especificidades do assunto proposto. Como resultado, detectou-se que as funções exercidas pelos gestores da área de P&D necessitam do conhecimento em uma Língua estrangeira. O nível de conhecimento necessário geralmente é o fluente, essa é uma das habilidades mais fortemente requeridas no contexto das negociações empresariais. Constatou-se a contribuição das línguas estrangeiras no processo de autoeficácia de gestores da empresa estudada. A conclusão deste estudo apontou para o fato de que o conhecimento em línguas estrangeiras influencia significativamente na autoeficácia de gestores da área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da empresa Alpargatas S/A filial João Pessoa-PB no distrito industrial.

**Palavras-chave:** línguas estrangeiras; autoeficácia de gestores; globalização das empresas.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS FUNCIONÁRIOS DA CONFEITIÇÃO DOCES E SALGADOS

Regiane Alves Souza\*  
Luciane Albuquerque Sá de Souza\*\*

No novo ambiente do capitalismo moderno, as grandes mutações institucionais vêm crescendo aceleradamente a cada instante, pois essas mudanças são constantes e as organizações tendem a se adaptar e buscar implementar uma postura altamente competitiva. Com essa grandiosa explosão na evolução, a tecnologia vem tornando-se um trabalho complexo e exigindo pessoas cada vez mais qualificadas. As empresas vêm buscando, cotidianamente, desenvolver e aprimorar a capacidade de contribuir cada vez mais para tais mudanças existentes no comportamento do ser humano. Pois, é certamente as pessoas a essência de uma organização, já que o ser humano é o elemento fundamental de todo o processo de trabalho. A qualidade de vida no trabalho (QVT) vem tendo um grande destaque entre as organizações, principalmente pelo fato das diversidades globais e do mercado cada vez mais competitivo, buscando viabilizar uma sobrevivência com maior qualidade de vida. Diante deste contexto, esta pesquisa objetiva compreender como os funcionários da empresa Confeição doces e salgado percebem sua qualidade de vida no trabalho e partir desta mensuração abarcar a influência e os benefícios que isso poderá gerar para empresas, pois diante do novo cenário de globalização, devem buscar cotidianamente inserir-se e adaptarem-se às novas ferramentas e exigências de mercado, visto que a Qualidade de Vida no Trabalho não é apenas um modismo passageiro e sim um processo que busca o desenvolvimento tanto do ser humano quanto das organizações onde estão inseridos. Sendo assim, almeja-se que as pessoas que exerçam atividades laborais em empresas que buscam programar a QVT nos seus processos dentro da organização tenham maior e melhor desenvolvimento, tanto profissional quanto pessoal, tendo total compromisso com o que fazem respondendo às expectativas esperadas pela empresa, como também encontrar melhorias para vida pessoal. O estudo desenvolvido foi do tipo exploratório e descritivo, de natureza quantitativa e distingue-se como um estudo de caso, o instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário onde apresentou resultados baseados no modelo de QVT proposto por Walton. A conclusão deste estudo apontou para o fato de que a qualidade de vida no trabalho influencia significativamente na produtividade dos funcionários da empresa objeto de estudo, pois, identificaram-se pontos importantes que afetam a qualidade de vida dos funcionários, se estes pontos forem sanados a produtividade e a motivação dos mesmos será influenciada positivamente.

**Palavras- chave:** Qualidade de vida no trabalho; produtividade; motivação.

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP

\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral



## Mamanguape do apogeu ao declínio

Welton Sampaio dos Santos\*  
Rejane Anselmo da Silva\*  
Maria Adelice da Silva Luz\*\*

Este trabalho analisa a história do apogeu econômico ocorrido em Mamanguape – PB que se estende entre os anos de 1700 a 1855, período monárquico, e declínio entre o período de 1855 a 1930, entre o fim da monarquia e início da república. Esta análise se deu a partir do livro Mamanguape: A fênix paraibana (1986) de Adailton Coelho Costa. A importância deste estudo, está na percepção de que esta cidade vivenciou em tempos passados um auge econômico, possuindo o porto de Salema que servia para importação e exportação de produtos comerciais, como o algodão que teve importante força no desenvolvimento da região. O povoado de Mamanguape que tinha como sede a Vila Monte-Mor, localizava-se às margens do Rio Mamanguape e prosperou muito economicamente, pois possuía condições naturais muito favoráveis, a saber: água em abundância, rios propícios a navegação (rios Mamanguape e Camaratuba), solo fértil e o pau-brasil. A antiga área de ocupação da cidade compreendia territórios hoje pertencentes a dez municípios: Rio Tinto, Baía da Traição, Marcação, Itapororoca, Jacaraú, Pedro Régis, Curral de Cima, Capim, Cuité de Mamanguape e Mataraca, contando com praias como Barra de Mamanguape e Praia de Campina, hoje pertencentes a Rio Tinto. Chegou a ser a segunda vila cidade mais desenvolvida da Paraíba e por isto teve o privilégio de receber o imperador Dom Pedro II. Mamanguape foi um das principais núcleos econômicos e populacionais da Paraíba no século XIX. Sendo assim, nos deteremos em analisar dois importantes momentos históricos desse município, o apogeu e o seu declínio após a construção da linha férrea que passava pela cidade de Sapé, desviando assim, a rota comercial. Desta forma, ao compreendermos a história de uma cidade, assimilamos o conhecimento de um povo, suas origens nos revelam sobre o presente e podem nos orientar para o futuro.

Palavras – chave: Mamanguape – história- economia

\* Aluno(a) do Curso de Administração do IESP  
\*\* Orientador(a).

Apresentação Oral

## GARANTIA CONSTITUCIONAL DA AÇÃO POSSESSÓRIA

Poliana Dias\*  
Luciano Honório de Carvalho\*\*

Da análise das teorias desenvolvidas por Savigny e Ihering, estudiosos do direito, observa-se a necessidade da busca pela exata compreensão e condizente extensão do instituto “posse”. Savigny, o instituidor da Teoria Subjetiva, diz que os elementos constitutivos da posse são o *corpus* – poder físico sobre a coisa- e o *animus domini* – intenção de exercer sobre a coisa o direito de propriedade, no entanto, o Direito Civil pátrio adotou, ainda que parcialmente, a teoria Objetivista de Ihering, para o qual a constituição da posse necessita unicamente da existência do *corpus* (artigo 1.196 do Código Civil). Dessa forma, o locatário, o mandatário, entre outros, são possuidores e como tais podem utilizar as ações possessórias diante das inquietações face ao seu estado de posseiro, ações constitucionalmente garantidas com o escopo de protegê-lo na relação. Correlacionar o instituto civilista em análise com as regras constitucionais que respaldam sua manutenção diante da função social exercida quando da posse é o objetivo do presente trabalho. Através da análise da legislação e jurisprudência vigentes, bem como da orientação doutrinária majoritária, desenvolvemos a metodologia. A posse significa apenas ter a disposição da coisa, utilizando-se dela e tirando-lhe os frutos, com fins socioeconômicos, o que lhe acarreta um fim social, implícito à codificação emergente, especialmente pela valorização da *posse-trabalho* (arts. 1.238, parágrafo único; 1.242, parágrafo único; e 1.228, §§ 4º e 5º do Código Civil). A qual se encontra em acordo com os preceitos presentes na Carta Magna de 1988, quais seja: solidariedade social, proposta de erradicação da pobreza e, especialmente, com a proteção do direito à moradia, prevista em seu art. 6º. Consubstanciando, acresce-se a modalidade aquisitiva “*accessão*”, sob a qual restará garantida a continuidade possessória dos herdeiros e legatários que tomam o lugar do *de cujus* (art.1.207,1ª parte – CC) dando-lhe prolongamento. As ações possessórias são dotadas de efeito *dúplice* (art.922 – CC) uma vez que ambas as partes no pleito podem argüir a condição de possuidores, restado ao juízo avaliação de quais possuem a melhor posse, não havendo aqui a confusão da relação o *jus possessionis* – direito de posse- com o *jus possidendi*- direito de propriedade- já que constituem-se como postulações jurídicas autônomas, protegidos cada qual por suas respectivas ações (Enunciado n.79 do Conselho da Justiça Federal) E imprescindível a aplicação dos interditos possessórios, inclusive com desvinculação do direito de possuir, na proteção possessória dada sua função social e garantia constitucional, sem a qual a permanência do estado de posse não atingiria seus fins de manutenção econômica e social

**Palavras-chave:** posse, garantia constitucional e ação possessória.

\*Alunos do Curso de Direito

\*\*Orientador

## A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O CONCEITO DE CONSUMIDOR

Marcelo Santos\*  
Valberto Alves de Azevedo Filho\*\*

O presente trabalho trata da possibilidade de enquadrar a Administração Pública, quando ela adquire produtos ou serviços, no conceito de consumidor: “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final” (artigo 2º, 8.078/90). A doutrina consumerista aponta duas correntes na interpretação deste artigo: a finalista (subjéctiva) e a maximalista (objéctiva). A primeira corrente, mais restrita, entende que consumidor é o destinatário final fático e econômico do bem, seja pessoa física ou jurídica. Assim, é necessário que o produto ou serviço não seja adquirido para uso profissional, ou revenda, com o fim da cadeia produtiva. Um taxista que compra um automóvel para seu serviço não seria considerado consumidor, por exemplo. A segunda corrente, mais ampla, entende que consumidor é o destinatário do bem, sem levar em consideração a finalidade da sua aquisição. Esta corrente é criticada por desprestigiar o fim especial do legislador ao definir as normas de Direito do Consumidor. É importante verificar também a condição de vulnerabilidade do consumidor (artigo 4º, I, 8.078/90), que é classificada pela doutrina especializada em: técnica, jurídica e fática. As duas primeiras referem-se à insuficiência de conhecimentos técnicos, jurídicos, respectivamente. A última refere-se à vulnerabilidade diante do poderio econômico do fornecedor, seja pelo monopólio de mercado ou pela essencialidade do serviço que presta, de modo a haver uma verticalização na relação de consumo. A Administração Pública, como qualquer pessoa física ou jurídica, também necessita adquirir produtos e serviços para o desenvolvimento das suas atividades. Desse modo, ao adquirir um automóvel para uso da repartição pública, por exemplo, estaria atendido o requisito da corrente finalista, pois, em regra, não há utilização deste bem com a finalidade profissional de obter lucro, mas tão-somente a prestação do Serviço Público. Todavia, como estas aquisições, em regra, são feitas sob as exigências da Lei de Licitações, estaria afastado o reconhecimento da vulnerabilidade técnica ou jurídica da Administração Pública. Entretanto, nos casos em que a licitação é inexigível pela inviabilidade de competição, ou seja, na aquisição de produtos e serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo (artigo 25, I, 8.666/93), configura-se a vulnerabilidade fática. Assim, abre-se a possibilidade do enquadramento da Administração Pública no conceito de consumidor, e a consequente utilização das prerrogativas da legislação consumerista.

Palavras-chave: Direito do Consumidor. Licitações Públicas. Inexigibilidade.

\* Aluno do Curso de Direito

\*\* Orientador

## A Função Social

Vanessa Ramalho Borges\*  
Luciano Honório de Carvalho\*\*

A função do direito privado deve corresponder exatamente à sua concepção, de conjunto de normas destinadas a regulamentar operações econômicas, segundo interesses e valores prevalecentes em determinado momento histórico. Esse estudo tem como objetivo a discussão da função social no âmbito do direito privado, compreendendo os seus reflexos na propriedade, no contrato e na família. A pesquisa baseou-se em levantamento bibliográfico e legislação. A intervenção do legislador neste terreno, longe de limitar-se a codificar regras impostas pela natureza ou ditadas pela razão (como afirmavam os seguidores do direito natural), constitui, antes, uma intervenção positiva e deliberada do legislador (das forças políticas que exprimem o poder legislativo), destinada a satisfazer determinados interesses e a sacrificar outros, em conflito com estes, tentando dar às operações econômicas concretamente realizadas um arranjo e um processamento, conformes aos interesses que, de quando em quando, se querem tutelar. Enfim, o direito privado não se rege por normas e princípios absolutos, isolados do contexto socioeconômico e da ideologia de sua época. Tende, ao contrário, e freqüentemente, a reunir em um sistema coerente e concatenado, mas flexível e mutável, as normas que vão determinar e orientar as operações econômicas e a distribuição de vantagens e ônus econômicos entre os diversos grupos sociais, segundo o pensamento dominante na época e os objetivos politicamente eleitos. Atua o Estado de forma a incentivar o desenvolvimento econômico e social da nação, e que lhe permita competir no mercado internacional, atraindo riquezas, investimentos e capital estrangeiro para o País. Por de trás das novas normas, cláusulas e teorias debatidas, jaz a moderna filosofia de vida da sociedade ocidental, democraticamente organizada, sempre ambígua e se debatendo entre os conflitantes, mas auto-reguladores, valores e ideais de liberdade e interesse público, propriedade privada e igualdade de todos, segurança social e flexibilidade, autonomia e responsabilidade. O Direito privado é instrumento de política econômica e social e o dirigismo do Estado aumenta e diminui nessa área conforme as necessidades sociais, sem nunca desvincular-se dos valores e garantias constitucionais, pilares da sociedade.

Palavras-chave: Função social; propriedade; contrato.

\*Alunos do curso de direito do IESP

\*\* Orientador

Apresentação Oral

## O silêncio no Direito Civil

Paulo Henrique Ponce Neto\*  
Donato Henrique da Silva\*\*

Em determinadas situações o silêncio, que é "*situação de quem se cala*", configura exteriorização de vontade. O silêncio, como todas as manifestações de vontade, exige cuidadosa interpretação, a fim de que a conclusão coincida com a realidade. O objetivo da pesquisa é de trazer para o campo jurídico algumas considerações da área médica, aludindo alguns princípios e aspectos importantes que configuram o silêncio. Através de pesquisas bibliográficas, foi possível obter parâmetros para estudo do silêncio. Nesse mister, foram verificados as posições doutrinárias, jurisprudenciais e alguns aspectos legais. Em nosso Direito o silêncio é admitido como forma de manifestação de vontade sempre que para o ato não for exigida declaração expressa. Não é preciso, portanto, que a lei mencione o silêncio como causa de produção de efeitos jurídicos, basta que exija para o negócio um instrumento público ou privado. Para que o silêncio importe em declaração tácita da vontade, dado o fato de que se apresenta freqüentemente de modo ambíguo, é preciso que se revele estreme de dúvida. Conforme a Lei Civil destaca, é preciso que as circunstâncias ou os usos o autorizem. Para ser interpretado como anuência é preciso que o agente tenha assumido o dever de se manifestar.

Palavras-chave: silêncio; exteriorização da vontade; declaração.

\*Alunos do curso de direito do IESP

\*\* Orientador

Apresentação Oral

## Classificação dos Fatos Jurídicos

Larissa Barrêto Costa\*  
Donato Henrique da Silva\*\*

A sustentação jurídica da sociedade se faz em duas grandes esferas: a do Direito objetivo, que reúne a Constituição Federal e o diversificado elenco das fontes formais, e a dos direitos subjetivos, que é o mundo das relações jurídicas concretas e que forma o patrimônio jurídico de cada pessoa, consubstanciado em seu estado civil, seus direitos de personalidade políticos e os de conteúdo econômico. Aquela esfera constitui o ordenamento jurídico do Estado, que se organiza a fim de garantir a proteção da pessoa humana em seus valores fundamentais. Tem como objetivo a investigação dos fatos jurídicos, bem como dos requisitos necessários à sua classificação. O estudo teve caráter exploratório. Com tal desiderato buscou-se examinar os fatos jurídicos e a legislação aplicável à matéria no Brasil. Há fatos jurídicos que se compõem de apenas um episódio e outros dependem de uma seqüência de acontecimentos. Quando alguém compra um livro, tem-se um fato jurídico produzido por um ato único. A desídia de um empregado, que caracteriza motivo de dispensa, muitas vezes se completa por um conjunto de ações e de omissões. Estabelecido litígio em torno de um fato jurídico e conduzido o caso a apreciação judicial a prova a ser deduzida poderá ser uma ou mais modalidades entre as arroladas no art. 212 do Código Civil: confissão, documento, testemunha, presunção, perícia. Nessa imensa ambiência jurídica, que reúne leis e direitos, legislador e pessoa humana, há noções fundamentais que possuem significado universal na árvore jurídica, sendo valiosas para as diversas dogmáticas. Entre as que mais de perto nos interessam, nesta ordem de estudo, são as noções de fato jurídico, relação jurídica, direito subjetivo, dever jurídico, objeto do direito, que se interpenetram de tal sorte que não é possível a compreensão isolada de um destes conceitos sem a concomitante visão dos demais, nem é possível a abordagem de qualquer deles sem a referência explícita ou implícita de todos os outros.

Palavras-chave: Fatos jurídicos; ambiência jurídica; direito subjetivo.

\*Alunos do curso de direito do IESP

\*\* Orientador

Apresentação Oral

## Efeitos jurídicos do decurso de tempo

Patrícia Cristiane Santos\*  
Donato Henrique da Silva\*\*

Prescrição e decadência estão fundamentalmente ligados a direito subjetivo e direito potestativo. O direito subjetivo é aquele que gera no titular uma pretensão de existir de outrem um determinado comportamento. É aquele direito exercido em face de alguém. Ele pode ser dirigido a todos (a coletividade) sendo absoluto, se dirigido a uma pessoa certa, determinada ele é relativo. Se tem um conteúdo econômico ele é direito subjetivo patrimonial se não tem conteúdo econômico ele é extrapatrimonial. O objetivo desse trabalho é discutir os conceitos e efeitos da prescrição e decadência. O estudo se realizou por meio de pesquisa baseada em obras e leis aplicáveis referentes ao tema proposto, através da análise dos títulos bibliográficos, com isso determinando os conceitos chaves relativos à pesquisa. Violado o direito subjetivo nasce a pretensão que é um instituto de direito material de que aquela pessoa repare o dano causado. Direito potestativo é aquele que cria para o titular a possibilidade de produzir efeitos pela simples manifestação de vontade. É aquele que gera para o titular um poder para produzir efeitos. O titular ao se manifestar já gerou efeitos. É um direito que não pode ser violado, pois depende apenas da vontade do titular. Prescrição e decadência são fenômenos presos ao passar do tempo. O decurso do tempo serve para sedimentar (usucapião) ou diluir relações jurídicas (prescrição e decadência). Por isso aplicam-se à usucapião todas as regras da prescrição. Prescrição é a perda da pretensão de uma pretensão de exigir de alguém a reparação de um dano causado. Logo só existe prescrição de direitos subjetivos patrimoniais. Os direitos subjetivos extrapatrimoniais não prescrevem. As causas de suspensão são todas extrajudiciais. As causas de interrupção contam com a intervenção do poder judiciário. Salvo duas exceções em que causas extrajudiciais geram interrupção: protesto cambial e confissão de dívida.

Palavras-chave: Prescrição; decadência; direito potestativo.

\*Alunos do curso de direito do IESP

\*\* Orientador

Apresentação Oral

## Classificando as obrigações em relação ao vínculo

Marcelo Nascimento\*  
Donato Henrique da Silva\*\*

Qual é o conceito sobre obrigações? O que é o fenômeno jurídico obrigacional? É a relação em que um devedor fica adstrito a cumprir uma obrigação para com o credor. É um comportamento que o devedor tem em benefício do credor. Normalmente um prestação de dar, fazer ou não-fazer. Essa é a concepção que normalmente se tem. Agora com o CC ele não incorporou essa conceituação de modo integral. Ele trouxe uma nova concepção para o fenômeno obrigacional. Ele trouxe nova visão de que a obrigação é vista como um processo. Isto é: obrigação tem como objetivo geral delinear um painel geral das obrigações quanto ao seu vínculo. O plano de trabalho foi desenvolvido com base na análise de doutrina nacional e estrangeira e da interpretação do direito, através de pesquisas bibliográficas, posições doutrinárias e jurisprudenciais. Dentre as diferentes modalidades das obrigações, encontramos as obrigações atinentes ao vínculo que liga seus sujeitos, as quais encontram-se subdivididas, a fim de se estabelecer diferentes regimes para disciplinar sua formação, seu desenvolvimento e seus efeitos. Dessa forma, considerando as relações obrigacionais em relação ao vínculo intersubjetivo que estabelecem, podemos apresentá-las da seguinte maneira: Obrigações civis (fundadas em um vínculo jurídico); Obrigações morais e naturais (fundadas em vínculos morais e de equidade).

Palavras-chave: obrigações; vínculo jurídico; vínculos intersubjetivo..

\*Alunos do curso de direito do IESP

\*\* Orientador

Apresentação Oral



## Dação em pagamento

José de Sousa Marques\*  
Donato Henrique da Silva\*\*

Dação em pagamento é o consentimento do credor gerando o recebimento de coisa diversa do que foi pactuado. O principal requisito é a concordância do credor. Além disso, outro requisito é a diversidade entre a originária e a prestação paga em substituição. O estudo objetivou a análise da dação em cumprimento através da sua caracterização e seus efeitos, ele se realizou por meio de pesquisa baseada em obras e leis aplicáveis referentes ao tema proposto, através da análise dos títulos bibliográficos, com isso determinando os conceitos chaves relativos à pesquisa. No CC anterior ele restringia que a dação não poderia ser dinheiro. No CC atual não existe a restrição, surgiu duas correntes. A primeira diz que sim. Pode ser dinheiro já que não existe mais a proibição no CC. A segunda defende que não. Não pode ser dinheiro, porque pagar em dinheiro seria pagamento de perdas e danos do art. 947 do CC, estaria no âmbito da responsabilidade civil. A evicção do objeto recebido restabelece a obrigação anterior. Já os vícios redibitórios não têm efeito repristinatório, mas cabe a ação estimatória. Ela é diferente da cláusula comissória. Ela seria aquela cláusula prevista em contrato de hipoteca, penhor e anticreses, que concederia direito ao credor ficar com o objeto dado em garantia ocorrendo o inadimplemento. Alguns autores a chamam de pacto comissório, mas isso é na compra e venda, essa cláusula comissória é nula.

Palavras-chave: Dação em pagamento; efeito repristinatório; evicção.

\*Aluno do curso de direito do IESP

\*\* Orientador

Apresentação Oral

## Direito Natural e Jusnaturalismo

José Leite de Almeida \*  
Antônio Marcus Alves de Souza\*\*

Apesar de suas origens imemoriais, o Direito Natural influenciou sempre evolução do Direito em todo o mundo, sendo ainda elemento importante para compreensão de muitos fenômenos jurídicos da atualidade. Esta pesquisa teve o objetivo de verificar até que ponto a importância no Direito Natural é reconhecida na literatura jurídica contemporânea. Paralelamente, procurou-se determinar o grau de importância do jusnaturalismo através da história. Embora centrado no livro *Locke e o Direito Natural*, de Norberto Bobbio, a pesquisa se estendeu a alguns livros brasileiros de Introdução ao Estudo do Direito, onde esses temas são focalizados com maior interesse. Tido por muitos como de origem divina ou espiritual, o Direito Natural aparece nos registros de todas as religiões, sendo exemplo significativo para nós, os Dez Mandamentos, que Deus supostamente transmitiu a Moisés no Monte Horebe, segundo consta do Velho Testamento. Esse exemplo e outras ocorrências históricas, como que os Códigos de Manu, de Hamurabi e o Livro dos Mortos do Antigo Egito, confirma a origem antiga e a fonte espiritual do Direito Natural. Porém, através dos tempos variou bastante a importância do Jusnaturalismo. Estudo de Arnold Brecht, descrito por Bobbio, mostra que houve fases de sucessivos apogeu e declínios. Na Antiguidade Clássica, tanto na Grécia como em Roma, o direito natural influenciou a filosofia e a política. Novo período de grande predomínio ocorreu na Idade Média com sob as influências dos filósofos cristãos, como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Na era moderna, iniciada com os filósofos contratualistas, defenderam a razão humana como fundamento do Direito Natural. Nessa época, iniciou-se a fase de predomínio do Direito Positivo, baseado na cultura, na experiência e na razão humana. A fase de declínio do jusnaturalismo coincidiu com a ascensão do Iluminismo e Positivismo de Comte, mas recuperou-se através dos ensaios os feitos por John Locke, divididos em três partes, denominadas: 1. A existência da lei natural; 2. Da possibilidade de conhecê-la; 3. Da sua obrigatoriedade. Como jusnaturalista, Locke defendeu veementemente o Direito Natural, definindo-o como a ordenação da vontade divina, reconhecível pelo esplendor da natureza; ordena e proíbe, por si mesma, coanvenha ou não à natureza racional". Mas, o essa conclusão é contestada por Bobbio, que afirma ser o jusnaturalismo uma forma de defesa da liberdade e dos direitos individuais contra a opressão do Estado.

Palavras chave: Direito Natural. Jusnaturalismo. Lei natural. História do Direito.

\*Aluno do curso de direito IESP

\*\* Orientador

Apresentação Oral

## A Retórica e o Ordenamento Jurídico

Francisco Ferreira Timóteo\*  
Antônio Marcus Alves de Souza\*\*

A retórica é uma modalidade discursiva geral, aplicada às mais variadas disciplinas. Sua essência consiste na persuasão através da argumentação. Um dos fatores favoráveis ao desenvolvimento dessa arte de persuadir é a democracia e a liberdade de debate. Foram os sofistas os primeiros protagonistas importantes da história da retórica, por serem mestres na arte de bem falar e auxiliavam a classe dominante em seus negócios e questões políticas em troca de recompensas. O comportamento dos sofistas foi desprezado por Platão que suscita objeções contra a retórica conceituando-a como, manipulações desenfreadas e imoral das técnicas argumentativas com o objetivo de manipular a verdade. Aristóteles parte das críticas de seu mestre Platão à retórica sofística, claramente presentes no diálogo citado, para propor uma retórica de outra índole, utilizando-a a serviço do justo e verdadeiro. Chaim Perelman (lógico e filósofo do direito belga) foi precursor da nova retórica, recuperou a reformulação do pensamento aristotélico para situar o raciocínio jurídico ressaltando a sua natureza argumentativa, uma vez que o operador do direito em seu cotidiano é comumente levado a argumentar de forma convincente afim de obter ganho de causa, no caso dos advogados, convencer um júri da culpabilidade do réu, no caso do promotor de justiça, e o juiz por sua vez deve adotar uma decisão razoável e juridicamente motivada é levado na maioria das vezes a exercer sua liberdade de decisão ao escolher argumentos que favorecem um ou outro valor e convencer de sua impertinência ao proferir uma decisão. O ato de argumentar orientando o discurso no sentido de determinadas conclusões, consiste o ato linguístico fundamental, pois em todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, e a eficácia ou não da comunicação pode colocar em risco toda a conduta do argumentador, no sentido de conseguir ou não o seu objetivo que é o da adesão de um público às teses por ele apresentadas. O uso da retórica esta constantemente presente e é fundamental no ordenamento jurídico, pois o direito se caracteriza, com efeito, também pelo ideal de um pensamento estruturado e sistemático - fala-se em diversos sistemas jurídicos - que define uma norma que deve guiar a ação, sendo essa ordem porém aberta e flexível, capaz de se adaptar às circunstâncias e à procura de uma decisão fundada na equidade.

Palavras chave: Nova retórica. Argumentação. Persuasão.

\*Aluno do Curso de Direito

\*\* Orientador

Apresentação Oral

## Discutindo a Maioridade Penal

Juliana Cavalcante de Almeida \*  
Antônio Marcus Alves de Souza\*\*

Em um Estado Democrático, as leis devem ser discutidas pela população, porém, a falta de informações precisas sobre a matéria torna-se um problema grave na medida em que a opinião pública é formada sem embasamento. Paralelamente, a onda de violência que tomou conta do Brasil nas últimas décadas mostra-se uma grave ameaça a, pelo menos, dois dos princípios básicos de nossa Constituição: o direito à vida e à propriedade, exigindo do governo uma atitude eficaz para controlar a situação. Pergunta-se até que ponto a redução da maioridade penal é uma resposta para essa questão. O objetivo deste estudo é Mostrar o que diz a Legislação, tanto a Constituição Federal quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente, a respeito da Maioridade Penal, fazendo um sincronismo com os dias atuais, com as dificuldades a respeito dessas leis para os nossos dias e a dificuldade de mudança da lei para a adequação prática. A equipe envolvida no trabalho realizou tanto pesquisa em livros jurídicos como o acompanhamento das discussões sobre a matéria na mídia, mais especificamente na imprensa escrita da cidade de João Pessoa. O critério usado pelo Código Penal para erigir a imputabilidade foi o biopsicológico, ou seja, a maturidade biológica e a psicológica, que pode acompanhar ou não a idade, dependendo da existência de doenças psíquicas. De acordo com ordenamento brasileiro, a maturidade plena só é alcançada aos 18 anos, idade em que o indivíduo passa a responder de forma total por todos os seus atos. Partindo desse entendimento, a diminuição da maioridade penal de 18 para 16 anos mostra-se controversa, e, até certo ponto, incoerente, visto que exigirá do indivíduo uma consciência que, por motivos alheios a sua vontade, este ainda não é capaz de ter. Por outro lado, argumenta-se que a legislação não condiz com a realidade atual, onde o adolescente de 16 anos tem acesso à informação e sabe, portanto, distinguir o certo do errado, agindo de uma forma ou de outra por livre escolha e devendo, assim, responder pelo seus atos como alguém que tem plena consciência de seus direitos e deveres. Paralelamente, questiona-se se a redução da maioridade penal resolverá o problema da violência no Brasil, levando em conta o colapso do sistema carcerário e a falta de estrutura do Estado para fazer cumprir a legislação vigente. Diante do exposto, podemos concluir que a questão da redução da maioridade penal merece uma discussão menos arbitrária, mas não menos pública, pelo bem do desenvolvimento da democracia e da sobrevivência da própria sociedade brasileira, no momento em que a discussão se alarga e passa a envolver a problemática da violência em geral.

Palavras-chave: Direito Penal. Maioridade. Redução.

\* Aluna do Curso de Graduação em Direito

\*\* Orientador

Apresentação Oral.

## A MINORIA NEGRA E O SISTEMA DE COTAS

Patrícia Ferreira\*  
Marlene Pereira Borba Cahu\*\*

O Brasil é um país com uma grande diversidade étnica e cultural, que se formou através da miscigenação, por isso que não há que se falar de uma raça pura brasileira, e sim de uma mistura de povos que originou o que atualmente conhecemos como o povo brasileiro. Esse caldeirão de culturas e raças que forjou o povo brasileiro também deu origem a muitos dos males que o afligem. Dessa forma, é de suma importância a discussão sobre o Racismo, Discriminação e Preconceito, esse fenômeno do comportamento humano tão caracterizado historicamente e tão atual na nossa sociedade que hoje ainda é um tema tão vivenciado pelo nosso povo. Tem como objetivo discutir alguns aspectos da política de promoção da igualdade, da diversidade ou do multiculturalismo, como forma de combater sistematicamente a discriminação existente em certos campos da sociedade brasileira. Foram delineados os elementos teórico-jurídicos e histórico-dogmático da problemática tratada, com sua plena ou parcial defesa e contestação. Analisou-se, em termos teóricos as decisões, destacando aspectos subjetivos, objetivos e relacionais de sua formação. E por fim, discutiram-se as práticas utilizadas, contrárias ou favoráveis à concretização dos direitos realmente existentes. Racismo, preconceito e discriminação são fenômenos do comportamento humano historicamente conhecidos. De natureza quase universal, eles aparecem nos lugares mais diversos. O primeiro passo na direção de atitudes racistas ou discriminatórias pode ser o ato de distinguir como diferente um grupo ou os seus integrantes do restante da população. O processo não é negativo enquanto não resulta em atitudes racistas ou preconceituosas. Talvez seja até imprescindível para que o grupo se auto-reconheça quando a iniciativa do processo pertence a seus integrantes. No Brasil são negros aqueles que assim se reconhecem. É notória a dificuldade de acesso dos negros ao ensino público de nível superior. Para minorar tal desigualdade se discute a implantação de um sistema de cotas. Para os defensores não há como negros e brancos competirem em situação de igualdade pelas vagas nas universidades públicas. Afinal, a desigualdade social, que teria os negros como suas maiores vítimas, não permite aos mesmos o acesso a uma educação digna. Por outro lado, existe uma corrente que defende ser impossível a adoção do sistema de cotas no Brasil. Tomam, para isso, o exemplo da experiência norte americana, que por alguns autores é considerada desastrosa. No Brasil, não é o preconceito que impede ao negro ter acesso ao ensino superior. O problema não é racial, é social. Não é o negro quem não possui condições de alcançar uma universidade pública. É o pobre. De fato, a adoção de um sistema de cotas é uma medida de caráter emergencial. O que efetivamente necessita ser corrigido e melhorado é o ensino público fundamental e médio. Dessa forma, será dado o primeiro passo para a redução do abismo social existente entre os mais pobres e os mais favorecidos.

Palavras-chave: Negro; Racismo; Sistema de quotas.

\* Aluno(a) do curso de Direito

\*\* Orientador(a)

Apresentação Oral

## A valorização da mulher

Denise Maria Moura\*  
Marlene Pereira Borba Cahu\*\*

O Projeto do Milênio foi especialmente constituído pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 2002 e, por conseguinte, pelos 191 Estados-Membros, que assumiram o compromisso de desenvolver um plano de ação concreta para que o mundo reverta o quadro de pobreza, fome, doenças e desigualdades que afetam bilhões de pessoas. Logo, o Plano Global propõe soluções diretas para que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sejam alcançados até 2015, pois já se possui tecnologia e conhecimento para resolver a maioria dos problemas enfrentados pelos países pobres. Este trabalho tem como foco principal, analisar um desses objetivos do milênio, que seria “promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”, dando ênfase aos problemas brasileiros e ao art. 5º da Constituição Federal. A metodologia aplicada a este trabalho foi a pesquisa bibliográfica, com análise de dados e conteúdo, obtidos através de pesquisas realizadas pelo Plano de Desenvolvimento das Nações Unidas e internet. Com o advento da Constituição de 1988, destacou-se a afirmação categórica da absoluta igualdade entre o homem e a mulher, no sistema jurídico nacional. Logo, a mulher que, no início do século XX era incapaz de gerir sua pessoa, seus bens, seu direito a voz e voto, emancipou-se política, civil e socialmente, levando o constituinte, não a conceder uma igualdade, mas a reconhecer uma paridade conquistada a duras penas e com inumeráveis anos de atraso. O que se vê no mundo é preocupante, e os avanços ocorrem em ritmo lento, muito aquém do desejável. É fato, porém, que muitos países, inclusive o Brasil, trabalham para diminuir as disparidades do gênero na educação e melhorar o acesso de mulheres e adolescentes aos serviços de saúde. No entanto, em quase todas as áreas da sociedade a discriminação persiste. A sexual é latente. Pelo menos 500 milhões de mulheres são analfabetas e, no campo político, são poucas as que têm acesso aos assentos parlamentares. Apesar das leis civis, constitucionais e trabalhistas voltarem-se para a proteção dos direitos, pode-se perceber que a mulher ainda não conseguiu ver os seus direitos plenamente respeitados. Essa dificuldade está presente em todos os países, a diferença é que ela é maior ou menor, de acordo com o grau cultural de cada sociedade.

Palavras-chave: Objetivos do Milênio. Mulher. Igualdade

\* Aluno(a) do curso de Direito

\*\* Orientador(a)

Apresentação Oral

## MEIOS ALTERNATIVOS DE PACIFICAÇÃO SOCIAL NO DIREITO MODERNO

Flávia Alessandra Moura Santos\*  
Marlene Pereira Borba Cahu\*\*

O poder judiciário, hodiernamente, passa por crise, pois atua de modo extremamente formal, lento e com elevado custo econômico. Devido essa sua deficiência, abrem-se espaços ao favorecimento do uso de meios alternativos para solução de conflitos. A pesquisa objetiva discutir os meios alternativos eficazes de pacificação dos conflitos a fim de desafogar o judiciário, proporcionando-lhe satisfatório funcionamento. O estudo foi desenvolvido a partir da análise de artigos científicos dispostos na rede mundial de computadores e da base conceitual da doutrina e jurisprudência, que serviram como fontes primordiais para a concretização do mesmo. Após o nascimento do Estado, essas relações passaram a ser de sua responsabilidade exclusiva, o que se denomina jurisdição. A problemática surge a partir do momento que o Estado, mediante seus órgãos jurisdicionais, não consegue cumprir com toda a demanda oferecida. Assim, carece de instrumentos que o auxiliem, tais como mediação, conciliação e arbitragem. A mediação é uma forma de resolução de conflitos extrajudicial através de um terceiro imparcial, cujo objetivo é facilitar um diálogo entre as partes, para se chegarem a uma solução. Ao fazer o acordo fica a critério das partes se será homologado ou não pelo judiciário. Possui como características, ser voluntária, confidencial e imparcial. Em contraposição a conciliação é feita mediante um conciliador, o qual deve opinar sobre o caso, determinado o que as partes podem fazer. Essa modalidade pode ser extraprocessual, quando as partes chegam a um acordo, sem a participação do judiciário e também endoprocessual, quando a conciliação é feita por intermédio do juiz. A arbitragem envolve um terceiro equidistante para a solução do impasse, sendo mais utilizado nos casos em que necessitem de conhecimentos técnicos. Ressurgiu com a Lei 9.307/96, apresentando algumas inovações, como a dispensa de homologar a sentença arbitral no judiciário e o aparecimento da cláusula arbitral, produzindo efeitos na execução do negócio. A respeito desta cláusula o Supremo Tribunal Federal manifestou sua posição admitindo sua eficácia, porém é caracterizada como uma mera promessa de constituir o juízo arbitral, sendo, portanto, plenamente possível uma das partes requerer ao judiciário. A utilização desses meios alternativos é de suma importância, pois proporciona a celeridade do judiciário, uma vez que possibilita a composição da lide antes mesmo que ela demande ao órgão competente. Esse processo é fundamental para impedir, portanto, a sobrecarga do Poder Judiciário.

Palavras-chave: Conflitos sociais. Poder judiciário. Arbitragem.

\* Aluno(a) do curso de Direito

\*\* Orientador(a)

Apresentação Oral

## **Análise do Conforto Ambiental na lanchonete Empadinhas Barnabé na cidade de João Pessoa-PB**

\*Claudia Conceição Ribeiro Varandas  
\*Gabrielle Benegas Almeida de Medeiros  
\*Jacqueline Costa Cordeiro  
\*Livia Tomaz Batista  
\*Maria Claudiana de Oliveira  
\*\* Larissa Nascimento dos Santos

O Setor de alimentação está crescendo cada vez mais devido à correria da vida moderna, que leva cada vez mais pessoas a se alimentarem fora de casa ou comprar comidas prontas. Para acolher, confortavelmente, essa demanda, os ambientes projetados para este fim devem ser estudados levando-se em consideração não apenas a quantidade de alimentos ou pessoas, mas também os possíveis aproveitamentos climáticos do seu entorno, buscando qualidade e estado de conforto. O conforto ambiental consiste no equilíbrio dinâmico entre o homem e as condições ambientais, favorecendo a otimização das trocas de energia e as informações entre o homem e seu meio ambiente imediato, dependendo intimamente das características dos recintos e, por extensão, dos edifícios. Atingir um desempenho ambiental satisfatório envolve um correto planejamento arquitetônico, diante das diferentes condições climáticas que influenciarão nas condições térmicas (temperatura, vento e umidade), na qualidade acústica e, ainda, nas condições ideais de visão e iluminação, natural ou artificial. A falta de conforto ambiental interfere diretamente na qualidade de vida, pois influencia a saúde e a produtividade. O presente trabalho trata-se de um estudo do conforto ambiental realizado na lanchonete Empadinhas Barnabé, situada na Faculdade de Tecnologia da Paraíba, em João Pessoa-PB, onde se buscou analisar os diversos fatores pertinentes relacionados ao bem estar dos clientes e funcionários, que poderiam interferir diretamente na produção. Verificou-se que os estudos a cerca do conforto ambiental em lanchonetes ainda são poucos, por isso este trabalho pretende aplicar o conhecimento do tema para contribuir com as análises de observância, a fim de obter a neutralidade térmica do meio, a análise do desempenho dos funcionários em meio ao trabalho, bem como a satisfação dos clientes. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas no que diz respeito aos temas de temperatura, umidade do ar, ruído e iluminância. Além disso, foram feitas medições em horários pré-determinados e distribuídos em etapas nas fontes de ruído, iluminância, temperatura e umidade relativa do ar. Os aspectos térmicos, acústicos e sonoros foram analisados através da tabulação dos dados, onde se constatou níveis inadequados, principalmente ao que tange os conceitos do conforto térmico, aos quais estão expostos os funcionários e clientes.

### **Palavras-chave: Conforto ambiental, lanchonete, ruído**

\* Aluno do Curso de Graduação em Design de Interiores – FATECPB

\*\* Professor Orientador



## **NARCISISMO E SUPEREXPOSIÇÃO DO “EU” NO CIBERESPAÇO: UM ESTUDO DO CASO #LINGERIEDAY**

\*Fernanda Paiva  
\*\*José Maria Mendes

O que move as relações nos sites de redes sociais é o compartilhamento, através de uma troca de informações entre os usuários. Nestes espaços virtuais, um ator social pode mostrar o lado de sua vida que deseja que seja visto pelos usuários a ele conectados. Neste cenário, é possível perceber uma exagerada exposição de detalhes da vida pessoal que outrora eram conhecidos por poucos e próximos amigos. Publicações contendo informações sobre hábitos corriqueiros, fotos de parentes, bebês recém-nascidos, cliques em hospitais e checkins reveladores são facilmente observadas na timeline de sites como Facebook e Twitter. Na Internet, a exposição de nossa vida e gostos pessoais funciona, de certa forma, como o consumo de marcas que nos inserem em determinados grupos sociais. Produzimos, curtimos ou compartilhamos conteúdo visando ser bem vistos ou aceitos por nossos públicos de interesse. É neste ambiente de relacionamento e trocas sociais - o ciberespaço - onde estão inseridos eventos como o Lingerie Day. Com participação massiva do público feminino, o #lingerieday acontece uma vez por ano e propõe que seus adeptos postem, neste dia, fotos nas quais estejam usando apenas lingerie. As contribuições vão desde fotos tímidas que pouco mostram até ensaios sensuais com direito a acessórios e poses mais ousadas. Se em nossa vivência diária em sites de redes sociais já "desnudamos" nossa personalidade, no Lingerie Day o fenômeno vai além: mulheres e homens quebram tabus e exibem para milhares de anônimos sua intimidade corporal. Por ser alvo de inúmeras críticas e motivo de polêmica, escolhemos o Lingerie Day para estudar como o narcisismo está associado à superexposição de si mesmo no ciberespaço. Para isso, traçamos objetivos específicos: (1) Fazer uma breve análise sobre o comportamento narcisista e a necessidade de se expor, (2) refletir acerca da motivação de participar do "evento", (3) recuperar a história do #lingerieday, analisando o material que é publicado e como se dá sua promoção. Este trabalho terá uma abordagem metodológica qualitativa, exploratória e explicativa, uma vez que propomos não apenas apresentar o fenômeno, mas discuti-lo, considerando os rumos que o ciberespaço vem traçando em termos de privacidade e exposição. Quanto à operacionalização, trabalhamos com a busca de uma referência bibliográfica consistente, apoiada nos estudos de Zigmunt Bauman (2007) sobre identidade e transformação das pessoas em mercadoria (1984), e nos estudos de Muniz Sodré (1984) sobre mídia e narcisismo. Para complementar, utilizamos autores relacionados à cibercultura, a exemplo de Levy (1997), Lemos e Levy (2012) e Recuero (2009), uma vez que é neste contexto que o fenômeno analisado está situado.

**Palavras-chave:** Narcisismo; Cibercultura; Redes Sociais.

\*Aluna do curso de Publicidade e Propaganda do IESP; fernandadvp@gmail.com  
\*Mestre em Comunicação (PPGC/UFPB). Professor da faculdade IESP.

## MARKETING DIGITAL: O COMÉRCIO ELETRÔNICO NO SETOR VAREJISTA DE ALIMENTOS

Surama Marjouri Campos da F. Maia\*  
José Mauricio Alves Fernandes\*\*

Com a chegada de uma comunicação mais dinâmica, inovações tecnológicas prometendo uma conexão sem fronteiras, a era da interação da informação surgiu e com ela o comércio eletrônico no setor varejista de alimentos. Um campo da economia que está em pleno crescimento devido as novas realidades sociais no âmbito tecnológico. Os supermercadistas precisam ficar atentos as mudanças do mercado e aos novos hábitos de consumo para se estabilizarem no ambiente virtual. O objetivo do trabalho é identificar as necessidades do consumidor contemporâneo e como interagir com eles nessas plataformas digitais, além de mostrar quão mundialmente, o setor de supermercados já está adotando estratégias inusitadas para adentrar nesse nicho de mercado, e como essa realidade está sendo implantada em nosso território. A metodologia utilizada é de natureza exploratória, bibliográfica e qualitativa para coletar as informações necessárias que compõem o artigo, tratando o trabalho com coerência, clareza e veracidade. O marketing está intrínseco em todas as áreas da comunicação e entre os seres humanos também. Por que, então, não estaria presente no setor varejista de alimentos? Atualmente os consumidores se encontram ávidos por inovações, formas e possibilidades de experiências e interação com os produtos, fazendo com que o setor varejista de alimentos se molde, para estar á frente dos concorrentes e ter a preferência dos consumidores, que desejam ao máximo minimizar as tarefas diárias. São abordados assuntos como marketing digital onde as mídias *offline* e *online* se misturam e se complementam cada vez mais para atrair, chegar e atingir os reais e potenciais clientes de modo personalizado, relevante e único; e-commerce, um mecanismo de venda que se utiliza das tecnologias de informática e telecomunicações onde as pessoas compram bens e/ou serviços pela rede; supermercados virtuais e serviços personalizados para consumidores eletrônicos, além de *cases* de supermercados pioneiros na ação de servir bem a exemplo da Rede Angeloni (Região Sul - SC); Grupo Zona Sul (Região Sudeste - RJ); Supermercado Pedro Gondim (Região Nordeste - PB); A tecnologia móvel (*Mobile*) também se faz presente, na hora de inovar com criatividade e praticidade, permitindo ao usuário ter acesso às informações de qualquer lugar e através de qualquer meio de comunicação por uma interface única. Comprar alimentos pela internet aos poucos vai se tornar algo corriqueiro, onde todos se beneficiam seguramente o e-commerce no setor varejista de alimentos não é moda, é uma tendência que veio para se firmar.

**Palavras-chave:** Comércio eletrônico; Supermercados virtuais; Mobilidade.

\*Aluna Pós-Graduada em Marketing Avançado - IESP

\*\* Professor Orientador

Apresentação Oral

## **O ESCOPO DO NEUROMARKETING: NEUROCIÊNCIA, MARKETING E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR.**

\* BARRETO, Davi Drieskens Carvalho de Castro Sá.

\*\* VAZ Antonio Augusto A. Vaz

O neuromarketing é uma nova ciência que surgiu da emergente revolução neurocientífica. À disposição do marketing, as técnicas e equipamentos neurocientíficos passam a estudar com mais precisão e mensurar de forma empírica o comportamento dos consumidores. É neste ponto que o presente trabalho foca, objetivando traçar o escopo do neuromarketing, através do estudo específico das neurociências, do marketing, e do comportamento do consumidor. As pesquisas relativas ao tema cresceram substancialmente nos últimos dois anos, chegando a um cenário bem mais completo de informações, contudo ainda dispõe-se de poucas produções acadêmicas, o que abriu espaço para que esta pesquisa se estruturasse através de fontes primárias, utilizando-se de títulos acadêmicos relativos à psicologia, neurociência, marketing e publicidade e propaganda, bem como produções on-line das diversas áreas, para que se pudesse alcançar o objetivo geral do trabalho. Quanto à sua natureza, a referente pesquisa possui caráter descritivo e bibliográfico. A metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica, composta pelos seguintes passos: levantamento bibliográfico do material produzido nos últimos anos sobre marketing, neuromarketing. As considerações finais direcionam as expectativas para um contínuo crescimento do neuromarketing. Presencia-se através da profusão de empresas utilizando-se desta ciência, que ela surgiu para complementar de forma duradoura os processos de marketing das organizações, e estudar de forma mais aprofundada os processos mentais relativos ao consumo.

Palavras-chave: Neuromarketing; Marketing; Neurociência; Comportamento do Consumidor.

\*Graduado em Comunicação Social: Habilitação em Publicidade e Propaganda, Instituto de Educação Superior da Paraíba.

\*\*Mestre em ciências da sociedade pela UEPB e Professor do Instituto de Educação Superior da Paraíba-IESP

## **FOI SÓ UMA MAROLINHA? O BRASIL E OS REFLEXOS DA CRIESE FINANCEIRA DE 2008**

\*Bruno Xavier da Silva  
\*Danilo Batista Florentino  
\* Naligían Ferreira Barbosa  
\*Tâmara de Souza Paulino  
\*\*Prof MSC Odilon Carreiro de Almeida

Em um mundo tão globalizado em que vivemos, qualquer problema que acontece na economia de um determinado país, logo pode afetar os outros em uma produção escalar, seja ela de pequena ou grande relevância desse país no cenário econômico mundial. Se caso o problema, dependerá totalmente da relevância desse país chamado Estados Unidos da América , a proporção tomada é bem maior, até mesmo pela dependência dos outros países em relação a esta potência econômica mundial. Iniciada nos Estados Unidos, a Crise Financeira de 2008, logo tomou dimensões globais , afetando a todos os países, em sua maioria quase que total, de forma negativa. Embora tenha uma história longa, iniciada no início dos anos 90, a crise só se definitivamente, depois da falência do Banco de Investimento Lehman Brothers nos Estados Unidos, em 2008, e logo ocasionou Vários países, até nos renomados , como China, Japão , Inglaterra, França, Alemanha, Holanda, entre outros , um caos econômico. Este caos ocasionou a quase falência ou falência total de vários bancos, quedas das principais bolsas de valores mundiais, intervenções, e pronto, estava concretizada a crise. E o Brasil, também foi atingido de forma rigorosa pela crise? Ou a frase, “Vai ser só uma marolinha”, eternizada na época pelo então presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva terá sido uma verdade. Porque ele falou isso? O Brasil estava livre dos grandes impactos da crise? E nós? Onde fomos afetados? A crise já acabou? Para responder estas e outras indagações, este artigo tem o objetivo de mostrar de forma clara e concisa, os problemas enfrentados pelo Brasil quando atingido pela Crise Financeira de 2008, os seus setores mais afetados e os principais reflexos na sociedade administrativa e em geral, naquele tempos e até os dias de hoje. Para que isso seja possível , o presente estudo foi feito com base em conhecimentos Históricos e científicos, que por sua vez confrontados com depoimentos e fatos sociais de caráter atual, levem a compreensão e aceitação deste tema perante todos.

Palavras-chave: Brasil, Crise Financeira, ADMINISTRAÇÃO.

\*Alunos do curso de Graduação em Administração.

\*\*Professor Orientador.

## **A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA BEMFAM PARA A CIDADE DE JOÃO PESSOA –PB**

\*Péricles Lima de Sousa

\*\*Ms. Odilon Carreiro de Almeida Neto

Este trabalho de conclusão de curso tem como principal foco, a necessidade de demonstrar a importância das atividades desenvolvidas pela BEMFAM (Bem Estar Familiar no Brasil) para a cidade de João Pessoa- PB. A empresa estudada, BEMFAM (Bem Estar Familiar no Brasil). Focada nas necessidades da população, realiza ações voltadas para o desenvolvimento social local. Visando o controle da proliferação das Doenças Sexualmente Transmissíveis, a BEMFAM desenvolve uma série de ações, em articulação com a sociedade civil e outros órgãos governamentais (municípios) e também em empresas privadas. O referente trabalho monográfico trata de um estudo de caso de caráter exploratório e descritivo. A coleta de dados foi realizada pelo próprio pesquisados, ocorrendo no período de março a maio de 2010. Esse estudo mostrou-se de grande valia, pois contribuiu para um amplo desenvolvimento na vida acadêmica e profissional do aluno , outro ponto importante são os resultados deste trabalho, pois foi observado que a empresa estudada proporciona muitos benefícios para a cidades de João Pessoa com serviços e projetos voltados para o bem estar das famílias principalmente na saúde sexual e reprodutiva. Por fim, os resultados deste estudo foram bastante positivos, pois foi observado que o trabalho da BEMFAM-PB reflete positivamente no desenvolvimento social e melhoria da saúde para sociedade em especial para de João Pessoa-PB.

Palavras-chave: BEMFAM (Bem Estar Familiar no Brasil). DST'S ( Doenças Sexualmente Transmissíveis).

\*Graduado em Administração pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba

\*\* Professor Orientador

## **ANÁLISE DO MODELO ECONÔMICO BRASILEIRO BASEADO NO ENDIVIDAMENTO EXTERNO, NO PERÍODO DE 1980-1993**

\*Andressa Airres de Carvalho

\*Germana Vitória de Carvalho Lisboa

\*Mayra Almeida Pereira

\*\* MSc. Odilon Carreiro de Almeida Neto

Este trabalho faz uma análise sobre a década perdida, ocorrida entre 1981 e 1993, onde se revelou a decadência do modelo de crescimento baseado no endividamento externo e levou a economia brasileira a ingressar num ciclo marcado por oscilações abruptas no PIB, estacionamento da renda per capita, Explosão das taxas de inflação e fracassos planos econômicos. Em sua maioria, esta crise foi desencadeada pela dificuldade da economia local em se adaptar as novas exigências da economia mundial, influenciada ainda, pelo avanço político do neoliberalismo, pela acelerada inovação tecnológica e pelo crescente papel do setor financeiro na determinação de políticas econômicas que pudessem garantir sua reprodução. Este estudo objetiva compreender as oscilações advindas na economia brasileira no período acima proposto. Para alcançar este objetivo, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo com os temas que norteiam o assunto pleiteado. Na revisão da leitura existente, encontram-se muitas menções a referentes planos estratégicos do governo, tendo em vista a estabilização inflacionária e o crescimento da economia local. Os resultados da análise indicaram que apesar de reconhecer a importância de equilíbrio da economia brasileira. No entanto, a sua sustentabilidade e, principalmente, a retomada do crescimento econômico dependem de reformas mais profundas. Assim, experiência brasileira sofreu várias mudanças que ocorrem simultaneamente, dentre elas a alteração do perfil do mercado consumidor, a restauração produtiva com aumento do coeficiente de importação, a privatização e a entrada de novos concorrentes. Pode-se ainda, evidenciar que a década perdida, a economia brasileira foi marcada por desequilíbrios externos e internos, apresentando uma estagnação da mesma, caracterizado pela queda nos investimentos e no crescimento do PIB, pelo aumento do déficit público, pelo crescimento da dívida externa e interna e pela ascensão inflacionária, onde a renda per capita manteve-se praticamente constante ao longo desse período. Diante do exposto, pode-se concluir que na fase pós-real a inflação caiu, o ambiente econômico tornou-se mais sustentável e previsível, mas a equação básica de crescimento não foi solucionada, sendo este plano uma medida imediata para o PIS, visto como, uma forma de amenizar a crise, ressaltando, porém, a necessidade de adaptarem-se as correntes mudanças a longo prazo no setor econômico, dessa forma, conclui-se ainda que diversas aplicações de planos econômicos, muitas vezes acompanhados de mudanças monetárias, tendo como um dos principais objetivos o controle das altas taxas de inflação que assumiu a economia local, contribuindo ainda mais para a incerteza que a população enfrentava, considerando o alto índice de desemprego que se alocara no PIS onde atingiu um percentual de 12% e podendo citar, que devido aos elevados índices inflacionários e políticas estratégicas aplicadas, como o congelamento de preços por um determinado período fazia com que a produção estocasse produtos comprados com receio que após esse prazo, os preços se elevassem, provenientes da supervalorização destes, contribuindo então para o aumento inflacionário.

Palavras-chave: Crescimento Econômico. Endividamento Externo. Planos Econômicos

\*Orientandos

\*\*Orientador.

## **MELHORIAS ENCONTRADAS COM A IMPLEMENTAÇÃO DA FILOSOFIA JIT: UM ESTUDO DE CASO NA CAMBUCI S.A**

\*Rodrigo de Abreu Jansen da SILVA  
\*\*Ms. Odilon Carreiro de Almeida Neto

O presente trabalho visa apresentar as reduções de perdas encontradas em uma organização do setor calçadista através da implementação da filosofia JIT (Just In Time) na sua forma de atuação. O trabalho trata-se de um estudo de caso realizado na empresa Cambuci S.A na unidade produtora de calçados situada na cidade de Bayeux no estado da Paraíba. O método utilizado para subsidiar a pesquisa foi uma observação participante por acessibilidade e conveniência, e através de uma observação participante por acessibilidade e conveniência, e através de uma pesquisa documental de informações fornecidas pela companhia objeto de estudo. Os resultados encontrados foram reduções de perdas significativas no processo produtivo e no ambiente organizacional da empresa que utilizou-se de conceitos e práticas da filosofia JIT para sustentar as ações tomadas no seu âmbito. A pesquisa concluiu que as técnicas e conceitos da filosofia JIT quando são aplicadas fidedignamente em uma organização geram retorno financeiro e de melhor modus operandi para empresa que utilizou-se das técnicas. A pesquisa aponta recomendações para estudos posteriores que possam realizar ainda mais melhorias no ambiente organizacional.

Palavras chave: Planejamento e Controle da produção. Sistema de Produção JIT. Perdas na Produção.

\*Graduado em Administração pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba  
\*\*Professor Orientador.

## OS SUJEITOS DE DIREITO

Luciano Bezerra Gomes\*  
Antônio Marcus Alves de Souza \*\*

O presente trabalho tem como finalidade demonstrar que os sujeitos de direito em nosso ordenamento jurídico não se constituem em uma enumeração taxativa, pois é perfeitamente admissível o reconhecimento de outras instituições, além daquelas tradicionalmente reconhecidas como tal. Inicialmente, o método de abordagem, utilizado para a pesquisa é o dedutivo, tendo em vista que o ponto de partida é a Constituição Federal do Brasil, a técnica de pesquisa da documentação é de fontes primárias, tais como legislações e documentos em geral e, também, em fontes secundárias bibliográficas. Preconiza a Constituição Federal, como seu fundamento maior, a pessoa humana como o sujeito de direito legitimador de todo o ordenamento jurídico, ou dito de outra forma, a pessoa humana é o valor máximo da república. Nessa perspectiva, é que se discute a possibilidade de conferir-se a proteção de direitos às novas formações familiares, tais como as uniões homoafetivas, equiparando-as aos sujeitos de direitos tradicionais como as pessoas naturais e jurídicas. O desafio que se coloca aos civilistas é a capacidade de ver as pessoas em toda sua dimensão ontológica e, através dela, seu patrimônio. Impõe-se a materialização dos sujeitos de direitos, que são mais que apenas titulares de bens, uma vez que o atual estágio de nossa conduta jurídica deve passar por esse postulado. A restauração da primazia da pessoa humana, nas relações civis, é a condição primeira de adequação do direito à realidade e aos fundamentos sociais e justos, que por via de consequência refletem deveres constitucionais.

Palavras Chave: Sujeitos de Direito. Dignidade da Pessoa Humana. Família homoafetiva.

\*Aluno do curso de direito do IESP

\*\*Professor Orientador

Apresentação Oral



## FONTES E FORMAS DE EXPRESSÃO DO DIREITO

Marcos Vinicius do Nascimento Monteiro\*  
Antônio Marcus Alves de Souza \*\*

O objetivo que procuramos alcançar na realização dessa pesquisa é em identificar e compreender as fontes e formas de expressão do direito. O desenvolvimento da pesquisa, em seu âmbito mais genérico, utilizou-se do método indutivo. O trabalho foi realizado com base em doutrina. As fontes do Direito chegam-nos como os processos de produção do dever-ser imposto como conduta. A expressão fonte vem do latim *fons*, *fontis*, nascente, significando tudo aquilo que origina, que produz algo. Assim, a expressão fontes do Direito indicaria, desde logo, as formas pelas quais o Direito se manifesta. Em geral, são apresentadas três espécies: Fontes materiais: são os fatos sociais, as próprias forças sociais criadoras do Direito. Constituem a matéria-prima da elaboração deste, pois são os valores sociais que informam o conteúdo das normas jurídicas. As fontes materiais não são ainda o Direito pronto, perfeito, mas para a formação deste concorrem sob a forma de fatos sociais econômicos, políticos, religiosos e morais. Fatos sociais de natureza política. Na religião encontra-se uma fonte destacada do Direito, haja vista a antigüidade oriental e a clássica, nas quais encontramos Direito e religião confundidos. Veja-se, nos dias atuais, que temas de natureza religiosa destacam-se no embate político entre candidatos à presidência da república. Fontes históricas: são os documentos jurídicos que continuam a influir nas legislações do presente. São fontes históricas do Direito brasileiro, por exemplo, o Direito romano, o Direito canônico, as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, o Código de Napoleão, a Legislação da Itália fascista sobre o trabalho. Fontes formais: seriam a lei, os costumes, a jurisprudência e a doutrina. O Estado cria a lei e dá, ao costume e à jurisprudência, a força desta. Dessa forma, podemos entender que as fontes seriam os meios em virtude dos quais o dever-ser positivava-se com vigência e eficácia. Assim, o resultado do complexo de fatores de natureza filosófico, sociológico, político e econômico, traduzidos em um dever-ser traçado pela classe dominante, apresentando vigência e eficácia, seriam tidos como fonte do Direito, podendo ser vislumbrado como: o processo legislativo, a atividade jurisdicional, usos e costumes, e poder negocial. Assim, no sistema brasileiro, o processo legislativo pode ser visto como primazia da fonte do Direito no Brasil, tendo em vista sua adequação ao modelo romano germânico.

Palavras Chave: Fontes do Direito. Expressão do Direito. Normas Jurídicas.

\*Aluno do curso de direito do IESP

\*\* Orientador

Apresentação Oral